

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**POR DETRÁS DOS GRANDES PORTÕES:
AS NARRATIVAS DOS POLICIAIS PENAIS SOBRE O CÁRCERE**

CLEO RODRIGO MARINHO SIQUEIRA - 2021100631

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

POR DETRÁS DOS GRANDES PORTÕES:
AS NARRATIVAS DOS POLICIAIS PENAIIS SOBRE O CÁRCERE

CLEO RODRIGO MARINHO SIQUEIRA

Sob a orientação do professor

Edson Miagusko

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Trabalho, Conflitos, Violência, Sociabilidade e Processos Identitários.

Seropédica, RJ

2024

S773d Siqueira, Cleo Rodrigo Marinho, 1984-
POR DETRÁS DOS GRANDES PORTÕES: AS NARRATIVAS DOS
POLICIAIS PENAIIS SOBRE O CÁRCERE / Cleo Rodrigo
Marinho Siqueira. - Seropédica, 2024.
115 f.

Orientador: Edson Miagusko.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, 2024.


1. Policial Penal. 2. Trabalho. 3. Violência. 4.
Saúde Mental. 5. Conflito Social. I. Miagusko, Edson
, 1972-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS


CLEO RODRIGO MARINHO SIQUEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.


DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/03/2024

Documento assinado digitalmente
 EDSON MIAGUSKO
Data: 05/08/2024 09:48:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Edson Miagusko (Dr) UFRRJ

Documento assinado digitalmente
 NALAYNE MENDONCA PINTO
Data: 16/08/2024 13:37:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nalayne Mendonça Pinto (Dra) UFRRJ

Documento assinado digitalmente
 FABIO ALVES ARAUJO
Data: 20/08/2024 14:29:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fabio Alves Araújo (Dr) FIOCRUZ

DEDICATÓRIA

A minha estimada mãe dona Dina por ser meu alicerce, sem ela eu não teria
chegado.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Gostaria de agradecer a CAPES por ter-me contemplado com uma bolsa que garantiu um processo tranquilo de estudo.

Minha família, que precisou ter muita paciência. Foram diversas as negações para a obtenção de uma conclusão satisfatória, uma vez que o caminho foi bastante árduo.

Agradeço ao professor e orientador Edson Miagusko pela parceria harmoniosa, respeitosa e confiante, que me permitiu aprofundar a minha formação acadêmica, em uma tradução viva do que é repensar as relações no âmbito acadêmico. Agradeço pelo estímulo, consideração pelo meu tempo e capacidade, e pela confiança, elementos cruciais para a realização deste trabalho.

Agradeço a todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), que permitiu meu maior engrandecimento como pesquisador na área de sociologia.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que este dia chegasse, sejam amigos, próximos ou distantes, cada palavra me fez avançar um pouco mais.

Agradeço aos meus amigos de turma que também enriqueceram o meu conhecimento, devido à grande variedade de formações que existem na classe.

Agradeço a todos os policiais penais que deram o seu tempo, seu conhecimento sobre o cotidiano e seu conhecimento técnico das prisões para aprimorar a minha pesquisa.

RESUMO

SIQUEIRA, Cleo Rodrigo Marinho. **POR DETRÁS DOS GRANDES PORTÕES: AS NARRATIVAS DOS POLICIAIS PENAIS SOBRE O CÁRCERE** 2023. 142 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

O objetivo desta dissertação é analisar a construção do trabalho do policial penal, observando como ele se consolidou e se desenvolveu no ambiente prisional ao longo do século XX e XXI. Para isso foram realizadas quatorze entrevistas em profundidade com trabalhadores no sistema prisional, com as quais foi possível compreender as trocas subjetivas no ambiente prisional, as especializações geográficas entre as experiências, quem é o policial penal que mantém os presídios e como eles se definem. Por meio de suas narrativas, foi gerada uma realidade social em relação à sua função. Observa-se que somente é possível reconhecer a função diante da experiência que confronta o curso de formação para policial penal com o primeiro dia de trabalho. Sendo assim, o primeiro dia de trabalho na prisão é o momento em que se tem uma ideia mais clara da função e das consequências que ela pode acarretar na vida dos profissionais deste sistema. E essa construção e reconstrução do sentido do trabalho prisional são permanentes, conforme demonstraram as entrevistas com veteranos. Há diferenças estruturais entre as prisões e é importante entender como essas outras prisões funcionam. As diferentes ambientações podem afetar a função, os conflitos sociais e as dinâmicas que interferem no dever. Os exemplos sociais mostram que os policiais vigiam os presos e seus colegas de trabalho. As dificuldades para lidar com os "paradeiros" implicam em uma dupla condição para eles de vigia, assim como as consequências que podem surgir devido ao "paradeiro". Quais são os efeitos dessa dualidade neste indivíduo? As experiências e interações de violência que ocorrem nas prisões podem resultar em violências que geram pressões e afetam a saúde mental dos policiais penais. As investigações sobre como esses profissionais lidam com sentimentos, ideias, estratégias e caminhos que eles têm em prisões estão de acordo com a sociologia das prisões.

Palavras-Chave: Policial Penal; Trabalho; Violência; Saúde Mental; Conflitos Sociais.

ABSTRACT

SIQUEIRA, Cleo Rodrigo Marinho **BEHIND THE BIG GATES: THE FACES OF THE PRISON, ONE DAY AT A TIME, IN DAILY PRISON LIFE** 2023. 142 p. Dissertation (Master's in Social Sciences). Institute of Human and Social Sciences, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

The purpose of this dissertation is to analyze the construction of the work of the criminal police officer, observing how it has been consolidated and developed in the prison environment over the course of the 20th and 21st centuries. To this end, fourteen in-depth interviews were conducted with workers in the prison system, through which it was possible to understand the subjective exchanges in the prison environment, the geographical specializations between experiences, who the criminal police officer is, who maintains the prisons and how they define themselves. Through their narratives, a social reality was created in relation to their role. It is clear that it is only possible to recognize the role from the experience that confronts the training course for criminal police officers with the first day on the job. Therefore, the first day of work in prison is the moment when you have a clearer idea of the role and the consequences it can have on the lives of professionals in this system. And this construction and reconstruction of the meaning of prison work is permanent, as the interviews with veterans showed. There are structural differences between prisons and it is important to understand how these other prisons work. The different environments can affect the environmental function, the social conflicts and the dynamics that interfere with the function. The social examples show that police officers keep an eye on prisoners and their co-workers. The difficulties in dealing with "whereabouts" imply a double condition for them as watchmen, as well as the consequences that can arise due to "whereabouts". What are the effects of this duality on this individual? The experiences and interactions of violence that occur in prisons can result in violence that generates pressures and affects the mental health of criminal police officers. Studies on how these professionals deal with the feelings, ideas, strategies and paths they have in prisons are in line with the sociology of prisons.

Key Word: Criminal Police; Occupation; Violence; Mental Health; Social Conflicts.

LISTA DE TABELAS

TABELA 28

Tabela 1. Informações dos Policiais Penais entrevistados

Nome	Sexo	Tempo de serviço	Entrevista Nº	Filhos	Escolaridade	Raça e Etnia
Da Silva	M	27 anos	01	Sim	Ensino Superior	Branco
Rosa	F	18 anos	02	Não	Ensino Superior	Negra
Jardim	M	08 anos	03	Sim	Ensino Superior	Pardo
Almeida	M	08 anos	04	Sim	Ensino Superior	Negro
Da Gama	M	20 anos	05	Sim	Ensino Superior	Parda
Oliveira	M	25 anos	06	Sim	Ensino Superior	Parda
Omar	M	37 anos	07	Sim	Ensino Médio	Parda
Zanata	M	08 anos	08	Não	Ensino Médio	Branco
Freitas	M	15 anos	09	Sim	Ensino Superior	Branco
Jonny	M	07 anos	10	Sim	Ensino Médio	Branco
Lady	F	15 anos	11	Sim	Ensino Superior	Branca
Ilda	F	37 anos	12	Sim	Ensino Médio	Branca
Valente	M	23 anos	13	Sim	Ensino Médio	Negro
Américo	M	15 anos	14	Sim	Ensino Médio	Branco

Fonte: O autor, 2023.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do Estado do Rio de Janeiro-----34

Figura 2. Mapa do Município do Rio de Janeiro-----34

Figura 3. Imagem Aérea do Complexo Penitenciário de Gericó-----35

GLOSSÁRIO DE LINGUAJAR

ADA Amigo Dos Amigos

B.O. Problema para resolver

Caguetando Delator

CV Comando Vermelho

DEPEN Departamento Penitenciário Nacional

Fitando Observando, vendo, mirando, olhando

GIT Grupo Intervenção Tático

GSE Grupo de Serviço de Escolta

Mais moderno novato

Pela Saco Comete um ato errôneo com o coletivo

PCC Primeiro Comando Da Capital

RAS Regime Adicional De Serviços

Ratão é quando o preso recebe a visita e improvisa uma relação sexual rápida

SEAP Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

SOE Setor de Operações Especiais

TCP Terceiro Comando Puro

Velha guarda antigo de serviço

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I.....	24
1. Entre caminhos e imitações, uma síntese do desenvolvimento das prisões.....	24
1.1. Um pequeno esboço sobre o desenvolvimento do Complexo Penitenciário de Gericinó.....	29
1.2. Do Complexo Penitenciário de Bangu ao Complexo de Gericinó e as adversidades de seu surgimento.....	30
CAPÍTULO II.....	37
2. O dia que conheci o presídio.....	37
2.2. Da trajetória da função, as regulamentações e institucionalização da profissão de policial penal.....	46
2.2.1. Os decretos e leis surgem para dar representação ao trabalhador do cárcere.....	51
2.2.2. Entre a trajetória, e o conhecimento real das cadeias.....	57
2.3. Novas tecnologias surgiram para a manutenção.....	62
2.3.1. Os processos organizativos das prisões, suas incongruências diante do dia a dia: organizar é superar as asperidades e hostilidades do ambiente prisional.....	75
CAPÍTULO III.....	81
3. Quem Vigia, o Vigia: o “Paradeiro”.....	81
3.2. Se você quiser, eu falarei de um amigo: uma encruzilhada, a decisão de não estar doente.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	104

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como propósito fazer uma reflexão sobre as experiências e dinâmicas cotidianas do trabalho do Policial Penal a partir de entrevistas feitas com esses trabalhadores, a fim de produzir uma análise sobre como a função se constitui no ambiente prisional, compreendendo como esse meio de trabalho e como a função se configuraram e institucionalizaram nos séculos XX e XXI.

Este projeto, inicialmente, procurava analisar a situação das presidiárias negras no estado do Rio de Janeiro, diante da constatação, na construção dessa primeira fase do projeto, do crescente número de mulheres presas. Entre 2002 e 2017, houve um aumento de 527% de encarceramento feminino no estado, o dobro do aprisionamento masculino para o mesmo período (220%). Em território nacional, o encarceramento das mulheres negras chegou a 62%, números que chamam a atenção para a problemática.

Devido à dificuldade para realizar a pesquisa de campo por conta do contexto pandêmico, retornei ao trabalho de conclusão da graduação em ciências sociais sobre o trabalho do agente penitenciário no cárcere, pois havia construído algumas conexões e relações com o campo de pesquisa.

A partir das três entrevistas realizadas com os inspetores de administração penitenciária, nomenclatura utilizada antes de a função passar por mudanças centrais para a categoria, tanto no seu nome como em questões administrativas, observei a necessidade de continuidade na análise do processo de desenvolvimento do trabalho, pensando sobre as mudanças e permanências do ofício ao longo do tempo. Ou seja, como esses indivíduos, através do trabalho, firmam relações com as prisões e como se sentem e se estabelecem nesse ambiente. Através dessas histórias, produziu-se uma realidade social sobre a função do policial penal.

Após formular algumas dessas indagações, retornei ao campo e resgatei alguns contatos com os policiais que havia entrevistado na monografia, conseguindo duas entrevistas de retorno. A partir daí consegui outros contatos. Além disso, tive a oportunidade de estabelecer relação direta com o ambiente prisional ao trabalhar na manutenção do colégio do presídio no complexo penitenciário de Gericinó, em Bangu III.

Apesar de ter alguns contatos, uma das primeiras preocupações ao retornar à pesquisa era a necessidade de aumentar o número de entrevistas. Estabeleci essas relações através do “boca a boca”, por ser uma rede familiar que se inicia por meio de conhecidos com parentes ou amigos próximos que auxiliaram a construir a gama de entrevistas.

Embora possua uma rede familiar, sempre que ouvia alguém tratar sobre aprisionamento, perguntava se havia conhecidos que trabalhavam na função de policial penal ou indicações de indivíduos que conhecessem quem poderia ser indicado para ampliar a teia de relações. A relação foi se construindo primeiro a partir da família, com amigos, primos, padrastos e pessoas que conheciam alguém que atuava na função e depois, agregando interlocutores que, inesperadamente, atravessaram as fronteiras do estado do Rio de Janeiro.

A proximidade da minha residência com o complexo penitenciário de Gericinó é outra característica que agrega essa rede familiar. Muitos trabalhadores se fixam em bairros próximos ao seu local de trabalho, o que facilitou minha relação com os

referidos já que moro no mesmo espaço. No entanto, é importante destacar a dificuldade em encontrar pessoas que queiram falar, é comum que a esquivam e o silêncio desses indivíduos.

Uma amiga, com conhecimento da minha pesquisa, perguntou em um grupo de rede social da pós-graduação e obteve retorno de uma pessoa em São Paulo - SP, ajudando a ampliar a rede. Obtive o total de quatorze contatos para as entrevistas em outros estados, como Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, o que possibilitou uma análise mais ampliada e aprofundada do contexto da função.

Através dos relatos, foi possível obter riqueza de detalhes sobre a organização do trabalho, semelhante em termos de operacionalidade e burocracia, táticas de segurança nos presídios, a forma de se impor a rigidez na fala, a administração do cotidiano, as características e semelhantes em termos de construção arquitetônica, a formação de grupos táticos como o Grupo Intervenção Tático (GIT) e Setor de Operações Especiais (SOE) no Rio de Janeiro, a representação da vigilância constante e a violência entre os dois lados entre os presos e os policiais penais em sua grande maioria os que estão inseridos diariamente nas carceragens. Os relatos também revelaram o sentimento de insegurança em relação ao trabalho, a situação precária dos presídios e os problemas da superlotação.

Segundo os policiais penais, a grande diferença na experiência da função tem relação direta com as facções que estão nos cárceres, uns estados possuem uma quantidade maior que os outros, no entanto todos tem presença de facção. Apesar de ter em números menores, o Espírito Santo não possui facções nos presídios onde eles trabalharam ou trabalham, segundo os entrevistados. Em Minas Gerais não há o monopólio das facções nos presídios, porém possui presos que fazem parte. Em São Paulo, apesar das correntes que se integram ao PCC, ela é a única facção do estado, diferente do Rio de Janeiro, que possui algumas facções Comando Vermelho (CV), Amigo dos Amigos (ADA), Terceiro Comando Puro (TCP) é também uma característica diferente na segurança dos presídios e a quantidade de unidades prisionais em um mesmo lugar diferente desses locais que interiorizaram a localidade dessas unidades.

Essa sistemática segundo os policiais penais de outros estados dificulta os diálogos porque cada ala ou espaço está sob o domínio de qualquer um que possui mais força, ninguém responde por ninguém como no Rio de Janeiro que possui presidente ou o “frente” da cela da ala.

Nem todos os contatos da rede atenderam ao convite da entrevista, mesmo após o consentimento prévio, o que, por sua vez, interferiu no desenvolvimento de algumas questões na pesquisa. Observo que há dificuldade de entrevistar e ter contato com esses trabalhadores, mesmo sendo uma rede familiar, há reticências e silenciamentos, situação também ocorrida na pesquisa do trabalho de conclusão de curso (TCC). É perceptível o receio do entrevistado em relação à possibilidade de sofrer isolamento no ambiente de trabalho e ser tratado como um cagueta, ou “x9”, ou seja, alguém que dedura situações e acontecimentos internos.

Para continuar, usarei a nomenclatura “policial penal”, que os agentes de segurança penitenciária preferem usar. Eles entendem que seu trabalho é manter o sistema carcerário funcionando. A função foi institucionalizada pela Emenda Constitucional 104, de dezembro de 2019¹, que criou a Polícia Penal, órgão

¹ Ver em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm.

responsável pela segurança do sistema prisional federal, estadual e do Distrito Federal. Essa nova lei ainda não tramita por todos estados da federação, muitos ainda não a incorporaram totalmente, como por exemplo, o estado do Rio de Janeiro. Diante disso, a classe em seus estados briga por melhorias e implantação.

A função de policial penal é apenas uma parte do processo histórico e social dessa função, percebida somente em períodos de crise. Em outras palavras, apesar de estarem presentes nos ambientes em todas as mudanças estruturais da prisão, como a representação corporal do estado naquele local, só acrescenta valor social quando há crises no sistema.

As prisões, e mesmo as do Rio de Janeiro, apresentam diversas configurações diante do desenvolvimento do trabalho, como aponta Thompson sobre este processo a (...) “multiplicidade de fins a que se propõe, os quais, ligados, oferecem espantosa combinação: confinamento, ordem interna, punição, intimidação particular e geral, regeneração — tudo numa estrutura severamente limitada pela lei” (Thompson, 2002. p. 22). Esses elementos são parte integrante da estrutura e do funcionamento do ambiente prisional, podendo ser compreendidos através da narrativa do trabalho do policial penal, tornando-se uma das ferramentas fundamentais para entender parte da realidade não conhecida das prisões.

Dessa forma, cada policial penal apresenta suas histórias sobre a prisão segundo as suas próprias experiências e, cada história nos permite traçar um panorama de acontecimentos no sistema prisional, possibilitando também o acesso a análises e fatos mais detalhados. A análise nos permite observar uma parte dos seus comportamentos, determinados por normas sólidas e burocráticas criadas e também não institucionais para serem cumpridas. Além disso, a prisão é um local de convivência entre dois grupos sociais principais, policiais penais e presos.

Existem outros grupos que orbitam nos presídios, mas os policiais penais são os objetos principais, os chamados funcionários de “chão de cela²”, aqueles que mantêm um contato diário e constante com os presos. As outras funções têm contatos circunstanciais como uma visita ao médico e visitas familiares com dia e hora para acontecer.

Devido a certas particularidades na organização do trabalho, alguns procedimentos podem ser burocráticos, tais como a vigilância, o dia de visita, as saídas ao médico, escolta e outras questões que asseguram as condições mínimas de administração das prisões. Observamos, portanto, que a burocracia mantém parte do controle local.

A burocracia existe para ambos os lados, porém há outras lógicas não oficiais de controle entre os policiais penais e os presos, como os acordos simbólicos firmados. Estes vêm abaixo a burocracia que mantém a lógica administrativa do trabalho.

É para abrir, por volta das sete, você faz a contagem, você vai à cela e vê se está tudo bem no plantão. Porque a da noite que saiu contou, e de manhã você tem que contar, porque se fugiu alguém que assumiu com a presa faltando vai responder. “Porque se você percebeu que tem presa faltando, vai

² Profissional de “chão de cela” é uma expressão usada por alguns policiais penais do Estado do Rio de Janeiro, são aqueles trabalhadores que estão lidando diretamente com o preso no ambiente prisional na carceragem. Essa fala era dita como jocosa, pois nem todos podiam dar plantão nas guaritas e cancelas, os que eram apadrinhados tinham regalias em trabalhar em presídios onde o trabalho e suas ocorrências eram tranquilas, então usam essa nomenclatura.

responder a sua saída, então é obrigação fazer a contagem nominal, quando você não conhece leva a ficha com os dados pessoais, quando você conhece depois de tanto tempo você conhece quem mora na cela”. Trata-se de uma policial penal que aborda a burocracia e a sua relevância na dinâmica social (Lady, 2023. 14 anos de serviço).

Os procedimentos burocráticos, os quais são gerenciados, incluem a disciplina, a vigilância e a escolta dos presos, a manutenção e administração das unidades prisionais. Destaco aqui outras funções nos ambientes prisionais, pois há a necessidade falar sobre procedimentos vinculados a essas funções, os profissionais de formação superior, como os médicos, psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras, que fazem parte das Comissões Técnicas de Classificação³, auxiliares de atividades distintas, como bombeiros hidráulicos, agentes administrativos e técnicos de radiologia. Além disso, há também profissionais de educação, a visitação de familiares/amigos (Brasil — Ministério da Justiça, 2002) todas essas ocupações ocorrem nas prisões, mas não constituem a atividade que destaco como objetivo de pesquisa, apenas as elucida para salientar que os presídios possuem múltiplas áreas de trabalho em sua estrutura.

Essa experiência relacional apresenta algumas dificuldades, e uma delas é ocasionada pelo distanciamento entre as partes que não apresentam conexões confiáveis. “A interação desses dois modos de vida, o oficial e o interno-informal, enseja, naturalmente, o surgimento de conflitos, solucionados por meio de processos de acomodação” (Thompson, 2002, p 20). Mas essa relação afirma-se em dispositivos de trocas (Dahmer, 2006), a escassez de produtos, a facilitação de algo ou o próprio vício, que produz um mercado “tudo vira comércio, a própria comida que são entregues, eles fazem comércio, eles vendem, tem muitos caras lá que vende o almoço e cobra a janta, só para você ter uma noção de como funciona” (Jardim, 2022. 8 anos de serviço) tudo girando em torno da troca de favores e a ligação acontece pelas facilitações.

A construção do mundo, como demonstra Thompson (2002) e Goffman (1974), é entendida como um universo separado. São generalizações de um mundo isolado, com leis que organizam esse local, que abrangem objetos e sentidos morais próprios. Como afirma Thompson (2002, p 22), “as prisões são uma sociedade dentro de outra sociedade”, com cultura e costumes distintos da sociedade dos livres.

Ao observarmos essas análises, o ambiente prisional é compreendido como uma realidade subjetiva socialmente segregada. Ao analisar a fala de Tânia Dahmer (2006) e Rafael Godói (2015), essa questão é explícita nos paradigmas clássicos, que reforçam o pensamento das cadeias constituídas como um mundo à parte, uma instituição total, como afirma Goffman (2011).

O que se constata é o oposto de uma cultura distante, a prisão reforça os paradigmas culturais extra mundo, pois também é distribuída dentro desse ambiente. As peculiaridades que se apresentam não podem ser o somatório total das prisões, esta condição reproduz uma alteridade exótica, histórica e política de diferença que gera a reafirmação de poder sobre o diferente.

³ Instituída pelo artigo 6º da LEP, a Comissão Técnica de Classificação (CTC) é a compromissada pela criação do programa para a individualização da pena e designação do tratamento penal correto a cada apenado.

As relações são pré-estabelecidas, possuem ruptura e continuidade através das normas de organização e simbólicas das próprias prisões. Essas normas determinam o alinhamento das relações e experiências, a prisão não é atomizada, ao contrário, gera continuidade de rotinas sociais e culturais externas.

Logo, as normas das prisões, os códigos rígidos para o controle, se apresentam como elemento social e cultural. Do lado de fora, as leis e os códigos simbólicos são elementos que estruturam e organizam a sociedade fora dos muros. O que podemos ver é que as regras, legais ou simbólicas, se organizam diante de um contexto duplo, ou seja, há duas leis que regem as cadeias: as constituídas, normativas, burocráticas determinadas para o local; e as simbólicas, subordinadas entre os dois grupos sociais. Desta forma, a condução do trabalho orientar-se-á na rotina e nas formas de construção dos signos de controles que se apresentam, sejam legais ou simbólicos.

Com o decorrer do tempo, a função foi sendo aprimorada com a introdução de novos mecanismos de trabalho e o ingresso de policiais penais de nível superior. Segundo a observação de alguns destes profissionais que têm tempo de casa, houve uma diminuição da violência com o acesso desses indivíduos. As violências ainda existem, como Foucault (1999) mostrou, as cadeias nascem e se mantêm para punir, mas as formas de coerção e violência praticadas por esses indivíduos mudaram com base em relatos.

Uma coisa que me impressionou muito nesse primeiro dia, pra quem chegou, pegou um pavilhão na maior cadeia da América Latina, mil presas naquele lugar, porque são mil por pavilhão. Eu entrei você imagina, com quinhentas, é um lado par e um lado ímpar, são cinco andares, então são quinhentas presas em um prédio. Na época que cheguei lá praticamente apanhava funcionária todo dia, pelos mais diversos motivos. Elas falam eu não quero entrar, pra eu ir embora de noite ela tem que estar trancada, vai ter que contar e pra contar ela tem que estar trancada, e pra não entrar ela vai e bate na funcionária, então quando cheguei lá era muito complicado, apanhava lá quase todo dia, a gente pensava, quem vai apanhar hoje. (Lady, 2023. 14 anos de serviço).

A violência contra a polícia penal é uma realidade presente no ambiente de trabalho e pode ocorrer a qualquer momento. O policial penal, cuja função é de vigia e segurança, utiliza para o controle, o cassetete⁴ ou “tonfa”, ferramenta que não se constitui como preferência no exercício da função.

Diante desse cenário, e de toda essa violência, como é possível garantir a tranquilidade no cotidiano das cadeias? De acordo com todos os entrevistados, a fala é o principal meio utilizado para organizar o trabalho e sua execução. Isso ocorre por meio da representação da voz, sendo o principal recurso e elemento principal da gestão de controle. Na linguagem das prisões esse tipo de conduta é conhecida como “papo reto” ou “chamar na sugestão”. O “papo reto” é “dar uma ideia” sem ter alguma sanção contra o preso e “chamar na sugestão” se converte em uma forma de poder

⁴ O policial penal possui uma pistola calibre 40, acautelada pelo estado do Rio de Janeiro. A Lei 12.993/2014 autorizou aos agentes penitenciários o porte de armas de fogo mesmo fora do ambiente de trabalho.

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216686>. Acesso em 15/06/2022.

hierárquico onde o policial penal direciona sua fala diretamente ao preso para disciplinar e moldar sua conduta.

Para Foucault (1979), o poder é uma prática social constituída historicamente por formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder está por toda parte e provoca ações e uma relação flutuante, nas relações sociais existentes, sendo ações sobre ações. Com esse sistema de trabalho que se converte em autoridade, Foucault (1996) apresenta que o discurso não é neutro, ele apresenta uma ligação com o desejo e poder⁵, então, a fala tem por objetivo uma ordem que precisa ser seguida, assim, a fala do policial penal expressa hierarquia e um poder com capacidade punitiva. Esse controle é representativo para a sua função, uma vez que o diálogo compreende o desempenho da autoridade, que precisa ser posicionada a todo o momento. A utilização do artifício da fala não pode ser vacilante, tem que apresentar reconhecimento de uma moral hierarquizada e poder, pois, sem esse artifício, pode ocorrer o descontrole e a perda da autoridade no ambiente prisional.

Edmundo Campos Coelho (2005) argumenta que a obediência é uma condição inatingível nas prisões, uma vez que sua função não depende dessa condição, mas, sem a presença da ordem através da fala, é possível perder o controle. Então, a vida na cadeia para ser gerida precisa de administração e essa conjuntura acontece através da ordem da fala que se apresenta como forma de poder que apresenta quem está ali sendo responsável por manter o funcionamento prisional. Em suma, a fala origina-se como forma de controle, o policial penal mantém o controle sobre outros através da fala, por signos de correção, estes símbolos que neutralizam a condição do outro, esse poder da fala apresenta potencial para dar resolução e contorno de conflitos através do diálogo. Com o “papo reto”, a fala determinará algumas ações referentes às atitudes errôneas, tirando algumas conquistas e regalias do preso. Vale ressaltar que a violência física é o último recurso a ser utilizado, porém, a violência sobre os corpos dos cativos não deixa de existir e segue sendo o principal instrumento para que se consiga o controle.

O objetivo deste trabalho é apresentar os relatos dos policiais penais em relação ao seu dia a dia e, a partir dessas narrativas, elaborar uma análise sociológica a respeito das interações e conexões, sejam elas morais ou sociais, que ocorrem no ambiente prisional.

A estrutura dos capítulos está composta da seguinte forma: no capítulo 1, tendo em vista desenvolver o processo histórico de construção das prisões, seus principais sistemas prisionais, o Sistema Pensilvânico/Filadélfico ou Celular; Sistema Auburniano, o Silent System; Sistemas Progressivos. Além das metodologias, também argumento sobre o processo histórico de criação dos presídios no Rio de Janeiro.

No capítulo 2, tratarei das trajetórias da função de policial penal, as regulamentações e institucionalização, o movimento criado para organizar as condições jurídico-penais, as legislações que puseram ordem e sistemática na profissão.

⁵ “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996. P 10).

Abordarei, de maneira sociológica e antropológica, e desenvolverei uma análise de campo em decorrência do acesso ao interior de um presídio no Complexo Penitenciário de Gericinó. Esta entrada ocorreu na unidade prisional de Bangu III, Penitenciária Serrano Neves, onde trabalhei na manutenção do C.E. Evandro João da Silva e pude produzir observações do trabalho e da burocracia para o acesso ao ambiente.

Desta forma, analisando as burocracias, pude observar o primeiro contato do policial penal com o cárcere mediante as suas narrativas, como foi seu olhar inicial sobre as prisões. A partir disso, produzir uma análise sobre a constituição da profissão, quais são os elementos que levam a fazer a escolha pela profissão, sendo o aprendizado o elemento simbólico definidor que instituirá a condição do ser policial penal.

O que podemos analisar sobre a compreensão do ambiente prisional é que o cárcere e a função são componentes que necessitam um do outro para coexistir. Destaco ainda que são elementos que surgem no mesmo momento e que existe uma completude entre ambos. O que se pode observar é a necessidade de tratar sobre a estrutura do local, assim como as outras profissões e seus lugares de ocupação, dialogar sobre o tempo histórico e surgimento dos complexos penitenciários.

O trabalho também visa aprofundar a análise histórica das transformações que se sucederam nas cadeias no Rio de Janeiro, em Gericinó⁶, que se tornou uma cidade pela quantidade de presos e presídios, possuindo esta condição por concentrar mais da metade das prisões do Estado do Rio de Janeiro.

No Capítulo 3, discutirei a complexidade do ambiente prisional e suas características, analisaremos indivíduos que compreendem comportamentos que fogem dos objetivos profissionais e dos princípios éticos e comportamentais estabelecidos. Suas operações diferiam em tática e organização, havia uma dicotomia entre ações, e neste caso específico proponho observar os desvios da polícia criminal. Então, gostaria de apresentar os guardas prisionais, indivíduos que oferecem benefícios aos presos. Essas pessoas têm como vulgo “paradeiro”.

Também explorarei a relação entre o trabalho e as situações que podem levar a problemas de saúde mental entre os policiais penais. Condição apontada por muitos dos entrevistados:

Eu tenho amigos que saem no final de semana pra tomar uma cerveja, aí senta num determinado local e a pistola tá em cima da mesa, muitas vezes tem um objeto cobrindo, ou tá dentro de uma bolsa, uma pochete. Mas o fato é que o copo de cerveja e a pistola estão na mesma proximidade a ele, e ele pega um ou outro de acordo com o momento (Oliveira, 2022. 25 anos no sistema).

O estresse diário, a proximidade com doenças e os diferentes comportamentos do dia a dia são fatores que contribuem para o estresse. Lidar com essas emoções é

⁶ Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente, existem cerca de 40 mil presos no estado do Rio de Janeiro. O Complexo Penitenciário de Gericinó é composto por 25 unidades penais, incluindo hospitais, institutos e penitenciárias. É importante destacar que, durante as entrevistas, todos afirmaram ter trabalhado em ao menos três unidades e os mais experientes, nelas todas. <https://portalbnmp.cnj.jus.br/#/captcha/%2Fpesquisa-peca> data de acesso 07/01/2024 às 13h 5min.

uma tarefa complexa, pois administrar a vida de um preso torna-se um desafio extremamente complexo, podendo levar ao desenvolvimento de diversas doenças.

Diante do que foi narrado, todo o caminho e desenvolvimento da pesquisa foram viabilizados pela coleta de dados, priorizando os aspectos qualitativos da pesquisa. A metodologia adotada foi à análise de documentos, como as Leis de Execução Penal, a LEI 7210/1984, Constituição Federal (CF) de 1988, decretos de leis que regulamentaram e institucionalizaram a função de policial penal, e, a literatura que abrange a temática de cadeias, que relatem sobre a função. Além da análise documental, foram realizadas quatorze entrevistas em profundidade, autorizadas com a utilização de um roteiro de perguntas pré-estabelecidas aplicadas aos policiais penais.

Os trajetos até o objeto de pesquisa despertam emoções, sendo o principal fator a paciência, uma vez que surgiram dificuldades para realizar as entrevistas, causadas pela rotina de trabalho intensa. Muitos faziam “bicos” fora do trabalho, ou faziam Regime Adicional de Serviços (RAS), ou possuíam outros afazeres em suas folgas programadas, sendo assim seus horários não se alinhavam com a minha rotina.

Surgiram muitos percalços, para fazer algumas entrevistas, boa parte foi realizada na rua, em padarias, bares, mesas de damas de praças ou mesmo na trajetória de ida ao trabalho do policial penal, me locomovi para todas elas, eu não poderia perder as oportunidades.

Dentre os empecilhos para realização das entrevistas, destaco a ausência de resposta de policiais penais indicados, assim como ocorreu nas entrevistas da monografia. Diferentemente de minha experiência anterior, observo que, para este trabalho, as entrevistas não apresentaram o mesmo formato de respostas mecânicas, como se fosse algo melindroso para falar, ou a problemática de local inacessível. Ocorriam mudanças políticas naquele momento que suscitaram o debate das privatizações das penitenciárias, algo que não facilitou as entrevistas.

No segundo momento de entrevistas, os relatos foram mais produtivos, dispondo de novas particularidades, narrativas e elementos mais transparentes, mais nítidos. O espaço prisional, apesar de melhorar a coleta de dados nas entrevistas, ainda é difícil de acessar. Ao final da pesquisa, realizei quatorze entrevistas, obtidas por meio de uma rede de conhecimentos que se iniciou antes da elaboração da monografia e que foi complementada por outras fontes.

A princípio organizei um circuito com amigos e conhecidos que possuíam relações com trabalhadores do sistema carcerário e fui fazendo a aproximação dos entrevistados. Assim, optei por ser desta forma, pois havia conseguido uns contatos. Analisei que desta maneira existia um facilitador na construção da rede e dei início a caminhada e o roteiro das entrevistas. Após o levantamento e identificação dos entrevistados, o campo foi iniciado.

Em uma conversa com uma das coordenadoras do pré-vestibular⁷ comunitário que leciono, ela citou um colaborador que havia palestrado para os alunos há muito tempo atrás, e que trabalhava como policial penal. Ela entrou em contato com ele para fazer o convite e ele prontamente aceitou. Logo entrei em contato com a entrevista de número 1, entrei em contato no dia trinta e um de março. Levamos três semanas para a entrevista. Ele disse estar cobrindo férias e fazendo alguns RAS ou horas extras, na

⁷ Pré-vestibular Margarida Alves.

linguagem funcional. Eles pegavam esses extras para melhorar o salário, me relatou que cada extra que fazia aumentava em quinhentos reais no seu salário.

Após tomar conhecimento sobre as condições de trabalho dos policiais penais e de ter recebido algumas negativas para entrevistas, em vinte e dois de abril recebi uma resposta, perguntando em qual bairro residia, pois estava planejando visitar um amigo na Zona Oeste. - Se você morasse próximo a mim, poderia me encontrar? Assim, marcamos em uma praça no bairro próximo... disse conhecer o local, havia vindo em outras ocasiões, pois teve uma namorada naquela região.

Iniciamos a entrevista⁸, Da Silva falou que havia trabalhado em quase todos os presídios do estado em funções administrativas até a carceragem, fizera tudo, menos ser diretor, e possuía vinte sete anos de profissão.

Da Silva⁹ era um homem caucasiano, de estrutura alta, com aparência física forte, possuía em torno de cinquenta anos, escolaridade de nível superior, comentou ter se formado em Pedagogia. Casado, dois filhos e tinha o hábito da leitura, algumas vezes relatou ser religioso e apegado à família.

Nesse primeiro momento, as entrevistas ficaram complicadas de se realizar na minha rede de apoio, os possíveis entrevistados estavam com dificuldades de tempo. Inusitadamente, meu olhar para o trabalho do policial penal perpassa os limites do estado, conseguindo a entrevista de número 2 no Espírito Santo sendo efetuada com o auxílio da tecnologia de reuniões online possibilitada pelo uso do Google Meet.

Esta entrevista tem início da seguinte forma: uma amiga do campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) de Seropédica, do curso de Engenharia Florestal, me falou ter uma amiga policial penal, mas do estado do Espírito Santo, em Vitória. Avaliei se efetuaria a entrevista, pois sairia do eixo do Rio de Janeiro e acabei por decidir que sim.

O primeiro contato foi efetuado pela minha amiga e no dia treze de abril de 2022 marcamos uma data para a entrevista, agendada para seu dia de folga, momento que estaria menos cansada e poderia responder com mais tranquilidade, por ser estressante logo após o plantão.

A entrevista foi à noite por volta das 19 horas, orientei como usar a plataforma online, pois me confessou que não tinha muita habilidade com tecnologia e redes de chamada de vídeo. Ao iniciar a entrevista, ela falou que antes de ser concursada havia trabalhado como contratada e experimentado os dois lados, entre o privado e função pública, o trabalho não possuía diferenças, a única era a segurança do trabalho público por ser concursada.

No decorrer da entrevista, ela relatou que esteve um longo tempo na carceragem em um presídio feminino, no momento da entrevista se encontrava em serviço na torre de um presídio masculino. Dessa forma, por estar trabalhando em um presídio masculino, explicou que as mulheres não poderiam cumprir serviço na carceragem masculino, somente poderiam estar na portaria ou na torre¹⁰.

⁸ Os policiais penais em acordo pediram para preservar sua imagem, pois poderiam sofrer retaliações e penalidades burocráticas, como sofrer um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), ou mesmo não ter sua progressão no cargo. Ser perseguido pela direção, ser punido com a pena na diminuição do soldo, ser mandado para uma prisão que tenha um serviço complicado e violento.

⁹ Todos os nomes utilizados são fictícios para preservar a integridade dos entrevistados.

¹⁰ A torre tem um papel relevante para além da segurança física, desempenhando um papel psicológico relevante. A torre está sempre presente, simbolizando a ordem e a disciplina no presídio, mantendo a

Rosa, mulher negra, de estatura mediana, em torno de quarenta anos, na função entre contratada e concursada, estava há quase dezoito anos no sistema, onze como concursada. Com nível superior de escolaridade, formada em direito, não era casada nem tinha filhos. Contou que não queria entrar no sistema dessa maneira, mas pretendia trabalhar com pessoas presas através dos direitos humanos.

Na trajetória, surge a entrevista a entrevista de número Jardim, que por acaso era um amigo do bairro que trabalhava como policial penal no interior do estado de Minas Gerais. Por consequência do cargo, residiu no interior de Minas, em São Joaquim de Bicas. Encontrei-o aleatoriamente na rua, falou que havia voltado para o Rio de Janeiro e que hoje estava trabalhando em Juiz de Fora e fazia o trajeto de ida e volta. Perguntei se poderia ajudar com meu trabalho de pesquisa, disse que sim. Esse primeiro contato foi em dezesseis de março de 2022. No dia vinte e três de abril marcou para ir a sua casa após o retorno do plantão. No dia vinte e seis me ligou, perguntou se podia ir a casa dele, peguei o carro e logo fui para sua residência, próxima à minha. Assim, demos início à entrevista.

No decorrer da entrevista, ele se lembrou de um “camarada” que ingressou com ele no curso de formação de policial penal lá em Minas Gerais que também poderia ajudar neste momento surge a entrevista de número 4. Imediatamente, ligou para o amigo para saber se poderia me ajudar, logo disse que sim. Retornando a entrevista, relatou que fora subdiretor, torre e carceragem apesar do pouco tempo na função.

Jardim, homem pardo, de estatura mediana, em torno de cinquenta anos, possuía oito anos na profissão, nível de escolaridade superior, formado em Educação Física. Casado, três filhos, sendo dois enteados, entraram na função devido ao salário. Estando na sua residência, ligou para o amigo perguntando se a entrevista podia ser naquele momento. Sinalizou que sim e, imediatamente, engatei outra entrevista.

Jardim ligou para o amigo via chamada de vídeo pelo whatsapp e me deixou à vontade em sua casa para realizar a entrevista. Logo que comecei, Almeida me falou ser também do Rio de Janeiro, se dizia “cria” da Zona Norte, oito anos no sistema e estava lotado no canil. Cumpria sua função com cães, porém no momento estava no presídio como vigia, pois a muralha havia caído e estava lá para inspecionar o local, visto que todos os presos haviam sido transferidos para a manutenção da muralha.

A entrevista fluía até que a chamada caiu e não conseguimos retorno. Fui para casa, e, logo, Jardim me retornou, falou que a bateria do amigo havia descarregado e pediu para ligar de volta, foi uma entrevista longa. Almeida relatou ter estado nas Forças Armadas como fuzileiro naval, antes era camelô, vendia bala no trem e muitas outras profissões até que passou na prova para atuar em Minas Gerais.

Ele afirma que não queria fazer parte dessa área do sistema, pois via um peso no local, mas o salário era melhor que muitas outras profissões. Almeida era negro, estatura alta, em torno dos seus cinquenta anos, com escolaridade de nível médio, casado, possuía um filho.

hierarquia e o cumprimento das regras. A compreensão do sistema prisional como um ambiente que requer controle e vigilância constante torna clara a função fundamental desempenhada pela torre, tornando-a um elemento indispensável para a eficiência da instituição.

No sistema prisional, a torre é um elemento indispensável para a segurança e funcionamento da instituição. Esta estrutura elevada possibilita a vigilância constante do entorno do presídio, impedindo fugas e controlando possíveis conflitos. Além disso, a presença da torre transmite uma sensação de controle e autoridade, tanto para os detentos quanto para os funcionários.

Logo após a entrevista com Almeida, Jardim me arrumou outra entrevista com da Gama a entrevista de número 5, me ligou, falou ter conseguido outro amigo também para poder ajudar. Assim que me passou o número, efetuei o contato no dia vinte e sete de abril e agendei para o dia seguinte.

A entrevista de número só foi possível após algumas dificuldades, uma vez que o policial polícia Da Gama não tinha experiência com as mídias sociais e suas tecnologias, além de sua conexão à internet estar bastante precária naquele momento, dificultando a concretização da entrevista. Havia muita queda na rede e, como ele tinha pressa, ficou para depois do seu outro plantão. Retornou-me no dia dois de maio.

Inicialmente, orientei Da Gama como usar a videoconferência, pois seria mais fácil para conseguirmos ter um contato eficiente. O entrevistado começou relatando ter trabalhado em Goiás antes de Minas Gerais também como contratado, mas por pouco tempo, logo conseguiu ser contratado em Minas Gerais. Trabalhou doze anos na profissão, disse que o contrato era de renovação anual, e se renova automaticamente, pois não tinha uma demanda grande de procura.

Há oito anos passou no concurso a fim de ter estabilidade financeira, pois as renovações de contrato apresentavam dificuldades, devido ao que chamavam de entrada de “peixes” nas vagas, pessoas indicadas por terceiros. Também o estado estava pondo fim ao regime de contratação e isso foi um incentivo para fazer o concurso. Durante a entrevista, contou que fez quase tudo nos presídios nesses vinte anos, passou por tudo, desde rebelião e mesmo ser pego como refém e sofrer violência física. Ganhou uma estocada na perna (como eles chamam os golpes proferidos por punhal artesanal feito com escova de dente), ficou um tempo nas mãos dos presos, ameaçado de morte. Gama era pardo, de estatura baixa, com Ensino Médio e era morador de Minas Gerais, casado, não relatou ter filhos.

Da Gama era de falas curtas, possuía sotaque do interior. Percebi na entrevista um receio na fala, condição também observada no TCC, apenas no momento de falar da agressão sofrida teve mais detalhes do ataque sem explicar o que ocorreu, apenas disse que continuou a jornada de trabalho.

A entrevista foi com uma conexão feita anteriormente Oliveira foi à entrevista de número 6, em 2018, para a monografia. Dessa forma, entrei em contato em oito de abril. O contato me informou estar muito atarefado no momento, pois estava construindo junto a outros policiais penais a Associação dos policiais penais e precisava estar presente na discussão final sobre as mudanças da profissão que estava entrando para a pasta de segurança pública.

Depois de um tempo me ligou, no dia seis de maio, perguntou se podia ir à Associação, em frente ao sanatório penal que pertencia ao complexo penitenciário de Gericinó. Nesse primeiro momento não consegui ir por motivos pessoais, marquei para dez de maio no mesmo local.

No retorno, me apresentou outro policial penal Omar, garantindo outra entrevista. Durante a entrevista Oliveira relatou haver estado em muitas funções no presídio, inclusive de diretor, atualmente estava na torre. Além de ter vinte cinco anos de profissão, Oliveira, homem negro, em torno dos seus cinquenta anos, de estatura alta, nível superior, formado em Direito, afirmou estar na função devido à estabilidade financeira, era casado e possuía filhos.

Oliveira é um homem de fala tranquila, disse ter estado na prisão onde estavam os presos ex-militares, o que lhe garantiu o conhecimento e sabedoria para trabalhar

em qualquer presídio, pois estava com os iguais e lidar com eles era uma dificuldade. O principal problema era fazê-los entender serem presos. Hoje, estavam do outro lado da prisão e quem prendia se tornou preso, isso era uma queda de braço, um exercício de paciência.

A entrevista de número 7 veio por indicação de Oliveira, realizada no mesmo dia da visita à Associação. Omar estava aposentado, porém, possuía trinta e sete anos exercendo a função. Mesmo após se aposentar não se afastou totalmente da função, tinha uma trajetória nas cadeias do Rio de Janeiro, aplicava cursos para novos trabalhadores e dava palestras sobre o exercício da função, também havia permanecido no sindicato e depois na associação para garantir melhorias para a função.

Omar falou que foi fundamental para a função chegar à condição de polícia penal. Narra que passou pela transição de agente de carceragem a condição de inspetor penitenciário, observou as mudanças desde a diminuição da truculência dos servidores, relatou a chegada de servidores com nível superior de escolaridade. Omar era homem pardo, em torno de seus sessenta e quatro anos de estatura baixa, com nível médio, casado, um filho, se afirmava como burocrata, seguia à risca os estatutos, com ele não tinha preso A ou B.

A entrevista de número 8 foi realizada com um contato já entrevistado para a monografia, em 2018. Fazia parte da rede, estudou comigo no fundamental II. Fiz o contato, zanata prontamente aceitou fazer a entrevista novamente, como mora bem próximo a minha residência entrou em contato no momento que havia decidido retornar a pesquisa.

Em trinta de maio, fizemos nossa conversa, me relatou que passou por outros cargos na segurança pública do estado. Sua convocação demorou quase treze anos e estava há seis anos, cumprindo a função de policial penal. Informou que exerceu a função de torre, de carceragem e subdiretor, apesar de ter trabalhado pouco tempo e exerce atualmente a função de portaria no presídio feminino.

Zanata, homem pardo, estatura mediana, com nível superior, formado em Direito, decidiu assumir a função, pois agregava um salário melhor apesar das condições que trabalhava. Não era casado e nem tinha filhos. Zanata relatou pensar e contribuir mais para essa profissão e, por isso, tinha se candidatado para tentar o pleito eleitoral a fim de representar melhor o servidor.

Esta entrevista aconteceu por intermédio de um amigo do grupo do futebol. Apesar de não jogar, perguntei se conhecia alguém, falou que sim Freitas foi a entrevista de número 9, mas estava aposentado, pedi se podia efetuar o contato, possibilitando a entrevista. Então, no dia treze de julho de 2022, entrei em contato, marquei a entrevista para a semana seguinte, no dia vinte. Fui até ele, morava no bairro próximo a minha casa, peguei um trânsito horrível causado por uma colisão de veículos, e acabei chegando atrasado. Tivemos pouco tempo para a entrevista, então marcamos para outro dia para dar continuidade. Freitas retornou e marcamos o encontro no fórum de Campo Grande, pois tinha uma audiência, fui até lá e aguardei por duas horas.

Iniciamos a entrevista dentro do seu carro, perguntou se morava no mesmo bairro do “cabeça de frigideira”, apelido do amigo que fez o contato, falei que sim, então me ofereceu uma carona até minha residência. Ele relatou que antes de ser policial penal exerceu outro cargo no setor de segurança pública como guarda

municipal. Por um tempo, optou por conciliar os dois cargos, mas não conseguiu e fez opção para o cargo de policial penal.

Narrou que foi para a reforma pela psiquiatria, ao sofrer um atentado na carceragem. Houve um início de confronto com seu companheiro de trabalho, tentaram assassiná-lo, logo tentou auxiliar o amigo, acabou jurado de morte. Além disso, relatou que o seu companheiro de trabalho, dias depois, foi assassinado na rua. Uma vez que esse acontecimento o afetou, e nesse momento da fala ele apontava para a cabeça, disse que o médico lhe deu alguns dias em casa após o incidente. Acresce que, no retorno ao médico, o próprio perguntou: “como vocês conseguem lidar com essa função desumana?”. Ele foi diagnosticado com algum transtorno não especificado a mim, e comunicado que não poderia continuar trabalhando. Ele não queria se aposentar, pois queria agregar o aumento de salário com as promoções que viriam. Mas falou que foi melhor, pois andava armado em qualquer lugar antes de ser posto na reserva, depois de um tempo parou de andar armado, conseguia ficar em paz.

Freitas, homem caucasiano, com quinze anos no sistema penal, em torno de cinquenta e cinco anos, estatura baixa, nível superior, formação em Direito, relata que se graduou simultaneamente na função de policial penal. Era casado e tinha um filho apaixonado por futebol.

O diálogo com o Jonny surgiu da aproximação de um funcionário público que uma amiga tinha no esta do espírito santo que era seu amigo de infância, esta foi à entrevista de número 10. Em uma confraternização de final de semana entre amigos, conversando sobre a realidade das cadeias, essa amiga me disse ter um amigo, que foi chamado muitos anos após ter efetuado o concurso. Essa conversa foi realizada em 2023, Jonny parecia inseguro para dar a entrevista.

Ele trabalha numa prisão superpopulosa no interior, com muitos problemas, como diz. A sua fala parecia um tanto pensada, havia um receio de dizer coisas ou falar sobre outros assuntos. A situação foi difícil, tentei fazer perguntas e ele passava respostas breves, mas foi falando lentamente sobre sua carreira, formação e como desejava deixar o presídio fazer outro concurso, mas estava com uma idade avançada e pensava em não conseguir.

Ele começou a me apresentar algumas questões relevantes, incluindo a questão da falta de água diária no presídio, que afetava a saúde de todos. O local apresentava um cheiro ruim, devido ao acúmulo de lixo, situação degradante. Jonny, homem branco, de estatura elevada e porte físico atlético, casado e com filhos, possuía nível superior.

A entrevista apareceu por indicação de um grupo da rede social Facebook de um coletivo de pesquisadores, entrevista de número 11. Ela estava disposta a falar sobre “um mundo que todos conhecem, mas ninguém quer falar, estamos asfixiados pelo trabalho”. Lady era uma mulher branca, concursada pública e disse rindo “estar em uma aventura que acho de mal gosto”, disse “fui parar em uma prisão sem saber nada devido ao salário”. Lady tinha nível superior, estatura mediana, divorciada com filhos.

Lady fez a entrevista pelo Google Meet, com falas relevantes para algumas narrativas sobre presídios femininos, possuía uma fala rápida e usava as mãos para se comunicar.

A entrevista com Ilda foi feita de forma voluntária, entrevista de número 12. Ilda, uma mulher de meia-idade, que passou por todas as mudanças do sistema entre o

século XX e XXI, dizia ser ativa. Quem me falou sobre sua profissão foi sua filha mais velha. Ilda morava próxima a minha residência. Uma mulher sisuda, de fala firme e risonha, as falas dela sempre tinha um sarcasmo ácido, passou 37 anos no sistema.

Ilda é uma mulher de estatura baixa, branca, magra, Ensino Médio, viúva e com filhos. Ela estava aposentada, mas a fala da sua filha foi interessante, até hoje ela não tem o sono tranquilo, acorda de madrugada e não dorme, faz as coisas e vive acelerada para tudo.

Valente é uma entrevista de 2018, entrevista de número 13, pois sua narrativa aborda diversas questões, além de ser abrangente, ela apresenta essas questões de forma clara, algo que não consegui ver em outras entrevistas. Ele era um homem forte, alto, não tinha diplomas, tinha filhos e era casado.

Américo surge de repente, entrevista de número 14. Um amigo o chama, “olha o cara”, aí conversamos com ele. Utilizei o gravador do meu celular. Um homem com voz branda e sensata parecia um funcionário burocrático que só cumpria a lei local que governa os presídios. Américo discursou sobre a lei 7210, a lei de execução penal, marco pétreo que regula os presídios. Sua fala parecia mecânica. Homem branco, sem filhos, solteiro, com quinze anos de serviço prestados.

Os trajetos percorridos até o objeto de pesquisa ocasionam sentimentos, o principal foi o de paciência, pois existiam dificuldades para que se realizassem as entrevistas, tendo em vista que os policiais estavam com a rotina de trabalho corrida.

Apesar das dificuldades encontradas, realizei quatorze entrevistas que foram particularmente interessantes, apresentando novas histórias e dados mais detalhados sobre as prisões.

CAPÍTULO I

1. ENTRE CAMINHOS E LIMITAÇÕES, UMA SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS LEIS E DOS PRESÍDIOS.

O presente capítulo tem como propósito apresentar uma análise do desenvolvimento das prisões, evidenciando os principais instrumentos jurídicos utilizados para a criação desses ambientes, bem como os mecanismos que inspiraram a formação dos pilares jurídicos penais brasileiros. Ademais, essas narrativas revelam a origem do sistema legal, o funcionamento das prisões e seus objetivos, considerando que este espaço é, desde o início, o local de atuação dos carcereiros, guardas, agentes, inspetores e policiais penais.

Anteriormente, a prisão era concebida como um local temporário destinado não ao cumprimento de penas, mas sim como um lugar transitório de curta duração. Ao examinarmos alguns fatos relevantes, é crucial identificar um novo momento nas áreas designadas para a provisão. É possível observar o desaparecimento ou a diminuição de elementos essenciais para a manutenção das cadeias, uma vez que os suplícios foram abolidos nos séculos XVIII e XIX, devido a diversos questionamentos da sociedade em relação aos métodos de tratamento dos detentos.

Esse tipo de método era violento e, diante da rejeição da sociedade, houve uma mudança de paradigmas, fazendo com que os métodos de encarceramento e manutenção do detento fossem mais técnicos, gerando leis que impediriam as práticas violentas. Há evidências de que essas práticas, embora em menor escala em alguns casos, nunca foram totalmente eliminadas das prisões, especialmente nas prisões brasileiras.

A partir do paradigma de transição¹¹, surgem diversas discussões a respeito das penas e como deveriam ser aplicadas. As ideias fundamentais para os locais de prisão surgiram nesse processo de construção e reconstrução. Diante desse processo de reconstrução podemos observar que os projetos de maior relevância são aqueles elaborados por europeus e norte-americanos, sendo os principais responsáveis pelo surgimento desses projetos e também do conceito jurídico e penal.

César Bitencourt (2012) afirma que surgem diversos outros projetos para tentar de alguma forma dar uma resposta à sociedade, para que as penas habilitadas para o suplício fossem organizadas pelas novas condições que surgiriam, cujo principal processo seria através da reflexão. O Brasil tentou que esses novos conceitos penais fossem incorporados ao pensamento nacional para criar um sistema prisional moderno.

Eventualmente, os primeiros indícios de construção das questões jurídicas no Brasil vão se passar no período colonial. Neste contexto, as legislações que mais se aproximam das regras jurídicas eram o Direito Lusitano¹² em 1500. O que se sucedeu

¹¹ A história da pena e, conseqüentemente, do Direito Penal, apesar de não estar devidamente constituída, é uma história que se confunde com a história da humanidade.

¹² Trato somente os marcos principais inaugurais sem muito aprofundamento, até mesmo porque são muitas leis que se criaram nesse momento, e esta discussão ultrapassa os limites desse trabalho.

nesse momento é que “[...] na realidade, havia uma inflação de leis e decretos reais destinados a solucionar casuísmos da nova colônia”, o que se teve foram ordenações da coroa “contidas nos 143 títulos do Livro V das Ordenações Filipinas, promulgadas por Filipe II, em 1603” (Bitencourt, 2012. p. 37).

As primeiras representações jurídicas no Brasil eram as ordenações inquisitórias. A discussão sobre a criação de uma legislação jurídica é abordada na constituição de 1824, através da qual foi possível elaborar um código criminal. Posteriormente, em 1830, D. Pedro I sancionou o Código Criminal brasileiro, cuja relevância é a de ser o primeiro código autônomo da América Latina, embasado no pensamento jurídico europeu e da América do Norte que consolidaram todo esse processo.

Dado que, desde o seu surgimento, o processo de construções jurídicas penais passaram por algumas dificuldades que causaram efeitos colaterais, como a lentidão no seu projeto de desenvolvimento. O que se pode observar é que essas condições aconteciam devido às inúmeras disputas intelectuais sobre qual deveria ser o projeto jurídico penal brasileiro estabelecido (Bitencourt, 2012). Durante esse processo surgiram diversas discussões para elaboração de um código criminal que evidenciasse as expressões e representações de justiça e equidade.

Nesse clima de disputa intelectual, são elaboradas diversas teses, dentre elas, muitas que não foram sequer vistas ou testadas. Dessa forma, relatarei o curso apenas das que foram relevantes. Com toda essa ebulição, César Bitencourt, em seu livro Tratado de Direito Penal (2012, p. 37), articula que no início da República, Batista Pereira foi encarregado de elaborar um projeto de código penal, aprovado e publicado em 1890, anterior à Constituição de 1891, em que surgem as decisões jurídicas penais para o Brasil.

O autor aponta que esse código foi um dos piores, uma colcha de retalhos, especialmente os códigos jurídicos penais do período Republicano se sucederam em muitas transformações não muito bem sucedidas. O Código Penal de 1890 apresentava graves defeitos de técnica, aparecendo atrasado em relação à ciência de seu tempo (Bitencourt, 2012. P 37) nesse longo período de vigência de um péssimo código de (1890 – 1932) não faltaram projetos pretendendo substituí-los. Inclusive o projeto, com características estruturais nesse momento para a representação legal, foi o projeto apresentado por Alcântara Machado em 1937, que reformulou o código criminal brasileiro e acabou sancionado, por decreto, em 1940, com a criação do novo Código Penal, que entrou em vigência em 1942. Contudo, ao longo do tempo, sofreu algumas reformas, mas manteve seu corpo na íntegra (Bitencourt, 2012).

Há uma discussão que permeia quase todo o século XX sobre o desenvolvimento e estabelecimento do código penal brasileiro. O que se pode observar é que esse debate não terminou até o surgimento das Leis de Execuções Penais brasileiras (LEP), em 1984. A LEP foi a mais significativa das legislações penais, cujo objetivo foi fundar um novo momento sobre as questões jurídicas no estado brasileiro. O que percebemos nesse processo é uma primeira movimentação, em 1975, também no ano da criação do Conselho Nacional de Política Penitenciária (CNPP), como consequência dos atos de 1980. Inicia-se uma grande empreitada de criação para instruir reformas nos campos de atuação penal.

O que foi eclodindo em alguns movimentos ao longo da década de 80 culminou numa comissão composta por Francisco de Assis Toledo, René Ariel Dotti e Miguel Reale Júnior que apresentam o Anteprojeto da Lei de Execuções Penais, publicado

pela Portaria n. 429, de 22/07/81. A comissão revisora apresentou a proposta ao Ministro da Justiça em 1982, promulgada a Lei n. 7.210 em 11/07/1984.

Após esse processo de institucionalização de um código mais humanizado, surgiu a Lei n.º 7.209/84, que alterou os dispositivos do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, a Lei n.º 7.209/84, que reformulou boa parte do Código de 1940 e acabou cumprindo o processo de humanizar as sanções penais e adotou penas alternativas à prisão.

Ao passo em que esse processo de estruturação se desenvolve, com o surgimento da lei de n.º 7.2010/84¹³, terminou-se um longo esforço para implantar um sistema de execução penal no Brasil. Todo esse processo se estendeu por quase cinquenta anos até se desenvolver uma legislação à disposição dos fins. As novas regras começaram a assegurar a relevância do sistema penal nas prisões e, dessa forma, garantiram a sua sobrevivência espacial com as leis que as estruturam, mas também para além da sustentação dos presídios. A regulação e a construção do sistema carcerário favorecem e acabam custodiando o acompanhamento e a garantia do afastamento dos indesejados sociais. Dessa forma, buscava uma proteção constante da sociedade, elevando a ordem moral e social.

Diversos dispositivos foram criados para que essas condições fossem alcançadas ao longo do processo histórico, tanto nas questões que dizem respeito às leis quanto nas de infraestrutura e arquitetura. Nesse campo de debates de localidades para abrigar os presos ao longo do tempo, surgem os seguintes dispositivos citados abaixo, ressaltando as suas utilidades, e que alguns foram mais usados e outros menos utilizados no Brasil:

Sistema Pensilvânico/Filadélfico ou Celular: O sistema Filadélfico, em suas ideias fundamentais, não se encontra desvinculado das experiências promovidas na Europa a partir do século XVI. Seguem as linhas fundamentais que os estabelecimentos holandeses e ingleses adotaram. A pena de morte foi em pouquíssimos casos e vigorou a pena privativa de liberdade com a intenção de recuperar o indivíduo criminoso, onde se aplicava o isolamento total em uma cela e se provocava também a abstinência total de álcool, levando a penitência e salvação.

Sistema Auburniano — silent system: a construção da prisão de Auburn só ocorreu em 1816, uma parte do edifício destinou-se ao regime de isolamento.

Notadamente tinham como objetivo a regra do trabalho era comum e também a regra do silêncio total, desta forma a comunicação era somente feita com os guardas, de uma forma educada tendo uma voz moderada para baixo. No sistema Auburniano não se permitia o misticismo e o otimismo como no sistema Filadélfico, de toda a forma não possuía propriamente um sistema preestabelecido para a reforma dos delinquentes. Operacionalmente as relações eram hierárquicas, nesse sentido as relações não podiam ser laterais, tendo em vista que a comunicação era somente feita verticalmente (BITENCOURT, 2004. P 79, 80).

Sistemas progressivos: No decurso do século XIX impõe-se definitivamente a pena privativa de liberdade, que continua sendo a espinha dorsal do sistema penal atual. O predomínio da pena privativa de liberdade coincide

¹³ O artigo que dispõe dos atos da lei 7.210/1Art. “1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm acesso em 09/01/2024 as 23h20min.

com o progressivo abandono da pena de morte. O apogeu da pena privativa de liberdade coincide igualmente com o abandono dos regimes celular e auburniano e a adoção do regime progressivo. A essência desse regime consiste em distribuir o tempo de duração da condenação em períodos, ampliando-se em cada um, os privilégios que o recluso pode desfrutar de acordo com sua boa conduta e o aproveitamento demonstrado do tratamento reformador. Outro aspecto importante é o fato de possibilitar ao recluso reincorporar-se à sociedade antes do término da condenação. A meta do sistema tem dupla vertente: de um lado pretende constituir um estímulo à boa conduta e à adesão do recluso ao regime aplicado, e, de outro, pretende que este regime, em razão da boa disposição anímica do interno, consiga paulatinamente sua reforma moral e a preparação para a futura vida em sociedade.

Sistema progressivo irlandês: Os sistemas progressivos, em seus diversos matizes, procuram corresponder ao inato desejo de liberdade dos reclusos, estimulando-lhes a emulação que haverá de conduzi-los à liberdade. Exatamente aí está a grande diferença com os sistemas pensilvânico e auburniano, que somente pretendia disciplinar o regime interior das prisões e a eventual correção dos reclusos no transcurso de tempo prefixado na sentença. Em que pese o sucesso alcançado pelo sistema de Maconochie¹⁴, era necessário que se fizesse uma melhor preparação do recluso para voltar à liberdade plena. (Bittencourt, 2012. P 67,68).

Como é possível notar, esses modelos de sistemas penitenciários permitiram a composição de uma parte da estrutura jurídica prisional brasileira, contribuindo, dessa forma, para a estruturação dos pilares-base do sistema penal do Brasil.

No primeiro momento de elaboração, podemos ver uma mescla das escolas, inclusive o sistema Pensilvânico e o Auburniano manifestam-se pouco com seus dispositivos — o sistema Progressivo Irlandês apresenta maior relevância e contribuição, segundo está presente na Lei de Execução Penal, no artigo 33¹⁵, §2º expressa que a aplicação do sistema progressivo, propõe a redução do tempo do preso em um estabelecimento prisional (BRASIL, 1984).

A administração do sistema e sua estrutura surgem simultaneamente, com todas as dificuldades, os espaços prisionais, anteriormente, tiveram diversos locais e diferentes modelos.

Diante do processo estrutural que se desenvolvia, observamos que os processos administrativos das cadeias do Rio de Janeiro foram formados por três

¹⁴ O sistema de Maconochie consistia em medir a duração da pena por uma soma de trabalho e de boa conduta imposta ao condenado. A referida soma era representada por certo número de marcas ou vales, de tal maneira que a quantidade de vales que cada condenado necessitava obter antes de sua liberação deveria ser proporcional à gravidade do delito. Diariamente, segundo a quantidade de trabalho produzido, creditavam-se-lhe uma ou várias marcas, deduzidos os suplementos de alimentação ou de outros fatores que lhe eram feitos. Em caso de má conduta impunha-se-lhe uma multa. Somente o excedente dessas marcas, o remanescente desses “débitos-créditos” seria a pena a ser cumprida (BITTENCOURT, 2012. P 68).

¹⁵ Art. 2º — Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. (Redação dada pela Lei n.º 7.209, de 11.7.1984) Parágrafo único — A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. (Redação dada pela Lei n.º 7.209, de 11.7.1984) Lei excepcional ou temporária (Incluído pela Lei n.º 7.209, de 11.7.1984).

fases de administrações diferentes, que sucederam uma à outra. Em 1960, a administração passa para a Superintendência do Sistema Penal (SUSIPE) no Estado da Guanabara. Até o ano da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, mais tarde, em 1975, a SUSIPE se tornou o Departamento de Sistema Penal (DESIPE) e incorporou a administração das unidades prisionais do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Em 2003, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (SEAP/RJ) foi criada, de modo que esta última permanece até hoje como gestão administrativa das penitenciárias no estado do Rio de Janeiro. Essas são as direções gestoras das complexas prisões do no estado citado, considerando que essas gestões foram as que tiveram normas e estruturas adequadas aos princípios básicos regulamentados para a manutenção de prisões.

As gestões do Rio de Janeiro e dos outros estados sobre situações penais são semelhantes ou têm aproximações em relação ao seu processo de estruturação, como técnicas e metodologias de outros lugares e países.

Os campos estruturais prisionais¹⁶ brasileiros são organizados conforme os conceitos e planos de outros países, não sendo considerados alguns aspectos do nosso país, como questões sociais, condições climáticas, áreas, geográficas onde as construções seriam realizadas como vimos acima:

Mas o nosso padrão de todos os presídios, 98% dos presídios aqui do *Espírito Santo*, é padrão dos EUA. Eu não sei o porquê, aqui a gente praticamente não usa mais chave, não tem mais aquela coisa como era antigamente, carcereiro com chave, abrir cela e tal, hoje em dia não, é tudo automatizado (Rosa, 2022. 11 anos no sistema).

A construção das penitenciárias está presente na narrativa da policial penal que descreve a estruturação das penitenciárias não pertencentes ao estado do Rio de Janeiro. O arcabouço utilizado é constante, uma vez que o estado do Espírito Santo utilizou os modelos¹⁷ americanos para reconstruir a sua composição arquitetônica prisional e legislativas jurídicas, aliadas também a referências de países do continente europeu.

Toda essa perspectiva sobre as cadeias, sua trajetória sem grandes modificações espaciais ao longo do tempo, demonstra uma familiaridade sobre ser

¹⁶ Superlotação, presos em delegacias, rebeliões violentas, homicídios com esquitejamentos, fugas, enfim, ausência completa de uma estrutura mínima que permitisse a gestão da segurança e de uma política de ressocialização dos presos. Essa era a realidade do estado do Espírito Santo até os idos de 2006. A imprensa nacional, por diversas vezes, retratou o estado de calamidade reinante no sistema prisional capixaba até então. O caos chegou a ser motivo de um pedido de intervenção federal, feito pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2009), em razão de práticas de torturas, esquitejamento pessoas presas em contêineres, infestação de insetos, lixo e esgoto a céu aberto em unidades prisionais (Rica, 2017. P 65).

¹⁷ O sistema aqui capixaba ele mudou muito, saiu de um patamar horrível e depois de 2008, depois de denuncia na ONU de preso em containers, muito homicídio dentro da cadeia, depois disso, o governo ele tomou atitude de fazer novos presídios e mudou todo sistema penitenciário, até melhorando a questão desses crimes que ocorriam lá dentro (Jonny, 2023, 8 anos no sistema).

um condutor de produção de violência. A estrutura e distribuição do Rio de Janeiro encontram-se relatadas nos tópicos a seguir.

1.1. Um pequeno esboço sobre o desenvolvimento do Complexo Penitenciário de Gericinó

As áreas geográficas que formam os presídios¹⁸ foram construídas ao longo de uma trajetória histórica que se desenvolveu entre o final do século XVIII e o início do século XIX, e se expandiu com o surgimento de novas ideias iluministas, como principal referência a humanização, afastando os suplícios desses ambientes. Sendo assim, o objetivo é encerrar um período e tentar estabelecer outro e quais eram as condições que se encontravam nesses lugares.

No início, as prisões eram lugares de percepções inquisitoriais, religiosos e civis. Essas áreas foram reaproveitadas pelo estado, pois possuíam o mesmo objetivo. Os espaços criados visando aprisionar no início do século XVIII, relevantes para a história foram:

Prisões civis tinham o Aljube, antigas prisão eclesiásticas no sopé do morro da Conceição, temida por ser uma sentina de todos os vícios, antro infernal onde tudo se achava confundido, o maior facínora com uma simples acusada, o assassino o mais inumano com um miserável, vítima da calúnia ou da mais deplorável administração da justiça. Nas palavras das autoridades da década de 1830, o Aljube era o inferno na terra. Ainda entre as prisões civis, a cidade contava com o Calabouço, localizado no morro do Castelo, destinado exclusivamente à punição de escravos fugitivos ou que eram entregues pelos senhores para serem castigados (Araújo, 2016. P. 148).

Esses lugares são os primeiros exemplos dos iniciais modelos do sistema prisional do Rio de Janeiro. Ao longo do progresso, surgem diversos planos para atender ao excesso de presos que surgiam e seguiam aumentando. As propostas foram criadas com diversos métodos e técnicas aperfeiçoadas para a elaboração de um projeto carcerário e arquitetônico sólido.

No início, a concepção que se consolida¹⁹ tinha sua localização no centro do Rio de Janeiro, na Rua Frei Caneca, que logo se chamaria “A Casa de Correção do Rio de Janeiro²⁰, e, posteriormente, chamada “Penitenciária Lemos de Brito”. Ela tem como base “[...] os estabelecimentos carcerários dos Estados Unidos e baseados nos modelos e recomendações publicadas na Inglaterra (Mais. *et al*, .2017. p. 7)”. Esse projeto desponta nesse primeiro momento, e no decorrer do tempo surgirem novas unidades:

¹⁸ Cada órgão estadual tem a autoridade de elaborar o projeto de cada construção. Os exemplos mais frequentes que foram utilizados são os projetos americanos e europeus.

¹⁹ Foi adquirida uma chácara no Catumbi em local arejado e saudável, conforme parecer da comissão médica que avaliou o terreno, próximo à cidade, com suficiente abastecimento de água e grande pedreira (BRASIL, 1834, p. 19).

²⁰ É importante salientar que, após 156 anos, em 2006, o complexo Penitenciário da Frei Caneca teve suas atividades encerradas, quando houve a desativação do Complexo Penitenciário composto por três presídios e um hospital no centro da cidade (ARAÚJO, 2016, p. 147).

[...] a Casa de Detenção (1856), posteriormente a Penitenciária Milton Dias Moreira, e o Presídio Hélio Gomes (1856) formaram o primeiro Complexo de Prisões da Capital Federal:

Em 1960, as unidades acima citadas, acrescidas das penitenciárias Talavera Bruce (1941) e a Penitenciária Esmeraldino Bandeira (1957), passaram a ser administradas pela então Superintendência do Sistema Penal (SUSIPE), na nova estrutura administrativa do Estado da Guanabara.

No período de 1960 a 1975 (ano de fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro), foram construídas outras unidades: Presídio Evaristo de Moraes (1962), Hospital Hamilton Agostinho Vieira de Castro (1966) e Penitenciária Moniz Sodré (1971). Antes da fusão, ainda no antigo estado do Rio de Janeiro, foram criadas a Penitenciária Agrícola de Magé (1962), o Instituto Penal Romeiro Neto (1966) e o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo (1972). Em 1975, a SUSIPE transformou-se no Departamento de Sistema Penal (DESIPE) e incorporou a administra o das unidades prisionais do antigo Estado do Rio, acima mencionadas. A partir daí, novas unidades são construídas, atendendo a demanda contínua de cria o de vagas para a custódia de presos.

Na década de 70, o DESIPE assume a administra o do Presídio Ary Franco²¹ (1975), até então, uma grande carceragem de presos da Secretaria de Segurança Pública. Em 1977,   inaugurado o Hospital Penitenciário Roberto Medeiros, em Bangu e, em 1979, os Institutos Penais Plácido de Sá Carvalho e Vicente Piragibe. Por necessidade de vagas em regime fechado, mais tarde este último foi remodelado para abrigar presos nesse regime (Brasil-Ministério da Justiça, 2002. P 9, 10).

Esse período foi o marco inicial por grandes movimentos de funda o e renova o das cadeias p blicas²², que abrangeu relevância, apesar de muitas delas ainda estarem em funcionamento.

Ao longo do século XX,   possível notar que diversos estabelecimentos destinados à deten o foram construídos em áreas urbanas. Desta forma, onde havia apenas um presídio, como no Frei Caneca, surgiram outros e se tornaram complexos, como o penitenciário de Bangu, que se tornou o complexo penitenciário de Gericinó.

1.2. Do Complexo Penitenciário de Bangu ao Complexo de Gericinó e as adversidades de seu surgimento

Após uma análise das resolu es e documentos, uma das primeiras prisões que se tem notícia de existir no complexo de Gericinó foi inaugurada em 1942²³. A

²¹ Relato do policial penal Omar, sobre o local e como eram recebidos os presos nesses locais, o presídio Ary Franco em  gua Santa era conhecido como Maracanã entre os trabalhadores. Durante o dia eles ficavam num pátio de visitas que é quase subterrâneo,  gua Santa tem umas áreas que é quase um buraco mesmo, um declive de um morro. Então só tinha uma porta de ferro, duas lâmpadas no meio e dois bois, ou dois vasos sanitários, dois buracos para cagar, que eles chamam de boi na cadeia, então ali, durante o dia eles iam sendo separados pelas fac es, iam sendo separados pra levar pras comunidades de origem, o cara era do Jacarezinho, o cara da Zona Oeste, o cara da Rocinha, então eles procuravam colocar com os presos (Omar, 2022. 37 anos de serviço).

²² Vale ressaltar que cada secretaria dos estados possuía autonomia de projetar a geografia de cada constru o, os utilizados em maior número são os projetos americanos e europeus.

²³ Essa foi a data de referência do Complexo Penitenciário de Gericinó que conseguiu localizar de fato o estudo histórico desse complexo, não há uma data assertiva sobre as constru es ali existentes.

partir do surgimento da cadeia de Bangu, que inicialmente era um presídio feminino, a Congregação do Bom Pastor d'Angers passou a administrá-lo. Com o passar do tempo e o aumento do número de encarceradas, e por este motivo as freiras ao longo do tempo e o aumento do encarceramento não conseguiram manter o controle sobre as presas e assim passaram a administração para o Governo e, em 1966, modifica o seu nome para Penitenciária Talavera Bruce²⁴.

O presídio feminino, organizado pela Congregação, inicialmente não possuía a definição prisional, ou seja, detenção através da pena, conseqüentemente, suas características estavam ligadas ao reajustamento das mulheres consideradas desviadas socialmente, as freiras tinham como objetivo a domesticação das presas para o regresso a vivência social:

Era uma casa destinada a criminosas, mas também a prostitutas, moradoras de rua e mulheres “desajustadas”. E “desajustadas”, naquela época, podia significar uma série de coisas muito distantes do desajuste. Eram mandadas para lá, por exemplo, mulheres “metidas a ter opinião”, moças que se recusavam a casar com os pretendentes escolhidos pelos pais ou até “encalhadas” que, por falta de destreza nas tarefas do lar, tinham dificuldades em arrumar marido. — Era um processo de “domesticação” (Queiroz, 2015, p. 112).

Uma vez que utilizavam de métodos de significância que, segundo o pensamento social, eram pedagógicos para a correção já que algumas posturas e normativas eram exigidas para as mulheres obterem essencialmente o reconhecimento social de como vir a ser mulher²⁵. Desta forma, quem não cumpria esses requisitos sociais, era afastada do convívio social, passando pelo que Nana Queiroz (2015) chama de método de domesticação com a utilização de metodologias pedagógicas.

Nana Queiroz narra algumas questões ligadas a essa pedagogia social de controle e mudança, que as mulheres deveriam cumprir, “ensinavam a bordar, cozinhar e depois as mandavam de volta para a sociedade, para arrumar um bom partido para casar” (Queiroz, 2015. P 113), quem não se enquadra nesses contextos sociais era enviada para a domesticação. É importante mencionar a construção do presídio feminino, no Rio de Janeiro, pois seu marco histórico é o de ser o primeiro espaço prisional construído somente para as mulheres.

Como não há uma concordância histórica com as datas inaugurais dos presídios em Bangu, utilizo como base para a construção da taxonomia a data inaugural do presídio de segurança máxima Bangu I, que define a ideia de complexo penitenciário:

²⁴ A Penitenciária Talavera Bruce é um presídio feminino voltado para o cumprimento de pena em regime fechado, localizado na Estrada do Guandu do Sena, n.º 1902, na região de Bangu, na cidade do Rio de Janeiro, atualmente Bairro de Gericinó. Inaugurado em 1942, a penitenciária leva esse nome em homenagem ao Juiz Roberto Talavera Bruce.

²⁵ Em sua obra “*O segundo sexo*” Simone de Beauvoir aborda sobre o papel da mulher na sociedade e a opressão feminina num mundo dominado pelo homem, essa condição pode ser observada, através das condições das mulheres presas. Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que se qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1970).

E uma dessas principais características é a localização do Complexo de Presídios de Gericinó, anteriormente conhecido como Complexo de Presídios de Bangu, tanto que cada unidade recebe o nome do bairro e a numeração referente à quantidade de unidades presentes no complexo, mas na sua formalidade cada unidade possui sua nomeação. Este complexo penitenciário nasceu em 1987 pelo então governador do Rio de Janeiro Moreira Franco, com o objetivo de construir um presídio de segurança máxima Bangu, cujo nome oficial é Penitenciária Laércio da Costa Pellegrino e posteriormente novas unidades foram sendo construídas, formando o complexo penitenciário atual (Sá, 2014, p. 10).

As prisões, que rapidamente ficaram conhecidas por estarem no bairro de Bangu²⁶, foram numeradas e identificadas pelo número e nome do referido bairro após sua construção. Criou-se um olhar estigmatizado sobre o bairro por conta da presença do complexo e de outros aspectos desfavoráveis, destaca-se sua proximidade com um lixão. Diante desses elementos o prefeito César Maia, por meio da lei 3852/04, oficializou a transformação de Gericinó em bairro.

A conexão entre o bairro de Bangu e o complexo prisional permanece, pois, mesmo após a mudança de Gericinó para a categoria de bairro, o complexo mantém a mesma simbologia de associação com o nome do bairro de Bangu. Isso implica que o estigma continua a existir de maneira contínua através de um espectro simbólico, e mesmo com a alteração do nome do bairro, o estigma perdura. Grande parte desse estigma está relacionada ao que se pode observar sobre o complexo, sua geografia e seu entorno:

O Complexo se encontra atrás de um batalhão da Polícia Militar, entre uma reserva ambiental, um aterro sanitário e um campo de treinamento militar, abrigando 10 das 11 Penitenciárias fluminenses, 3 dos 7 Institutos Penais e 3 dos 4 Hospitais Penais do estado, constituindo-se como o território privilegiado para o cumprimento de penas e medidas de segurança. A cidade do Rio de Janeiro abriga outras 8 unidades: 1 Casa de Albergado, 1 Instituto de Perícias, 1 Patronato, 2 Institutos Penais e 3 Presídios. (GODOI et al. 2019. P 597).

A concentração sistêmica em uma mesma área é a característica que diferencia o sistema prisional do Rio de Janeiro. O desenho apresentado da geografia²⁷ do complexo penitenciário está sendo integrado por 25 unidades prisionais, além disso, possuem mais 33 que se localizam nas regiões metropolitanas e no interior do estado:

²⁶ Todas as penitenciárias de Bangu I a IX, (**SEAPLP**) — Penitenciária Laércio da Costa Pelegrino (Bangu I); (**SEAPAT**) — Penitenciária Alfredo Tranjano (Bangu II); (**SEAPSN**) — Penitenciária Dr. Serrano Neves (Bangu III-A); **SEAPGC** — Penitenciária Gabriel Ferreira de Castilho (Bangu III-B); (**SEAPJL**) — Penitenciária Jonas Lopes de Carvalho (Bangu IV); (**SEAPSR**) — Presídio Elizabeth Sá Rego (Bangu V); **SEAPLB** — Penitenciária Lemos Brito (Bangu VI); (**SEAPNH**) — Presídio Nelson Hungria (Bangu VII); (**SEAPBS**) — Cadeia Pública Pedrolino Werling de Oliveira (Bangu VIII) — Penitenciária Bandeira Stampa (Bangu IX); (**SEAPPO**) .

²⁷ Presídios e Cadeias Públicas — distribuem-se em um território relativamente amplo, enquanto penitenciárias para cumprimento de pena em regime fechado estão quase todas em Gericinó (GODOI et al 2019.p 598).

Já no Rio de Janeiro, a taxonomia carcerária é distinta: as Cadeias Públicas abrigariam presos provisórios; as Penitenciárias, os que cumprem pena em regime fechado; os Institutos Penais, presos em regime semiaberto; Patronato e Casa de Albergado, os que cumprem pena em regime aberto. De todo modo, segundo dados do CNJ (2016), existem presos e presas sob regime fechado em Institutos Penais; provisórios e condenados em Cadeias Públicas, etc. Como em São Paulo, no Rio de Janeiro, a mistura de presos com diferentes estatutos legais é a regra. A segmentação dos espaços segundo o critério faccional também é estruturante, mas, ao contrário de São Paulo, os coletivos se distribuem por um espaço mais fragmentado, dividido entre o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP), os Amigos dos Amigos (ADA), outros coletivos menores, além de milicianos e “neutros” (Godoi *et al*, 2019, p 594).

Esse crescimento considerado desordenado consta entre as muitas deficiências que acabam dificultando a proteção dos presídios. Segundo os policiais penais, dois dos presídios do interior estão próximos à região de tráfico e conflito armado. Eles temem pelo local que deveria ser de segurança, mas se tornou um local com maior intensidade e fechamento:

O que se deve fazer é criar um cinturão de segurança porque não existe, hoje a pessoa pode chegar por trás dentro do complexo que era só pelo mato, não tem um cinturão ali. Tem um estudo tá sendo feito até em Magé, acho que foi votado esses dias na Alerj para criar isso em Magé também porque se não me engano para chegar lá passa em comunidade. Então os policiais vão se, está encontrando marginais no caminho do trabalho, trabalhar você vê marginais armados, aí vê, corre para dentro da comunidade, um negócio assim, mas tá sendo estudado foi aprovado na Alerj um cinturão de segurança lá para essa cadeia (Zanata, 2022, 8 anos de profissão).

O que surge nesse cenário é um duplo fechamento desses presídios que não possuem um cinturão de controle. Além disso, é um local cujo objetivo é ser fechado, pois a aproximação com o local perigoso aumenta a movimentação de controle. Sendo assim, essa condição não é distante da realidade de diversos outros lugares, como relatou um agente que trabalhou no Frei Caneca e Água Santa, devido à proximidade com territórios dominados pelo crime, assim como no complexo de Gericinó, que é próximo à favela da (VK) Vila Kennedy.

Tinha uma das unidades de lá no Milton Dias Moreira²⁸, ela tinha uma população carcerária igual à facção criminosa, era a mesma que trabalhava no morro do Zinco que ficava atrás no Complexo do São Carlos, e eles promoveram uma fuga, presos saíram (Oliveira, 2018, 25 anos no sistema).

Sem nenhum tipo de controle sobre a expansão das moradias, não se tem a existência da criação do cinturão de segurança. Dessa maneira, qualquer um pode dizer que é morador, ultrapassando os limites e ficando próximo ao muro dos presídios. O fato gera uma situação de insegurança, pois qualquer um pode

²⁸ Essa narrativa ocorre quando o presídio Milton Dias Moreira ainda estava localizado junto dos presídios da Frei Caneca, hoje essa unidade se encontra no complexo penitenciário de Gericinó.

arremessar objetos para dentro dos presídios, dentre outras coisas, causando mudanças na rotina de trabalho. A polícia penal acaba vigiando tanto dentro quanto fora da prisão, piorando as condições de trabalho.

Ao analisar as histórias relatadas, é possível notar que a questão do cinturão que deveria existir em torno dos presídios não é apenas percebida atualmente, mas também remonta a processos anteriores. No entanto, sem controlar as moradias próximas aos presídios, o efetivo não consegue manter os locais em condições de segurança. A demanda não é mais exclusiva dos policiais penais, mas sim dos agentes de segurança pública.

Parte dessa condição seria eliminada com presídios sendo construídos nas áreas separadas em setores periféricos da cidade, mas os projetos sempre se encontram nas áreas urbanas, como o bairro de Bangu. Dessa forma, podemos afastar o pensamento que as prisões têm em sua concepção de que devem ser mantidas em lugares distantes, mesmo que se pense em uma região distante, o entorno acaba atraindo o crescimento geográfico e socioespacial para além do que existe.

Desta maneira, os grandes muros dos presídios se fundem com as construções de moradias de civis. O Rio de Janeiro, historicamente, não fragmentou seus ambientes prisionais. Quando analisamos as cadeias nas colônias, vimos que elas ficavam perto do centro da cidade. Isso também aconteceu na construção da Casa de Correção e do complexo prisional do Frei Caneca. Os muros do Complexo Penitenciário de Gericinó estão em áreas urbanas.

Neste contexto, pode-se observar que não há conhecimento específico de porque essas estratégias de construção das cadeias seguem essa linha. As estratégias geográficas de construção dos presídios no estado do Rio de Janeiro, apresentam características de construção diferente dos outros estados do país, mas que também têm inúmeros elementos que se aproximam.

A ideia de interiorização dos ambientes de aprisionamento é relativa, pois o complexo de Bangu ou Gericinó, quando surgiu, era um bairro industrial com muitas moradias. Em 1939, tinha mais de 40 loteamentos, o que permitiu que Bangu se tornasse um subúrbio. O bairro era cortado pela principal via do município, a Av. Brasil. Não há como negar que, mesmo no processo de construção, em 1987, o local onde estão os presídios, não teria tanta complexidade para ser acessado.

A construção do Complexo Prisional de Gericinó num bairro afastado e de difícil acesso (Godoi *et al*, 2019.p 598), tem coerência com as condições de engenharia de tráfego e as linhas de ônibus que existem no papel, porém inexistentes na prática. A Av. Brasil é a principal entrada para quem vem de outros bairros e municípios e não se caracteriza por uma dificuldade de acessibilidade, o impedimento.

Se observarmos Bangu, analisarmos os extremos²⁹ do Rio de Janeiro, a área de Gericinó está concentrada quase no meio do estado para essas localidades de ponta. Não há certeza se essa questão foi pensada de forma estratégica, até mesmo pelo pouco contexto histórico que se tem produzido, mas se analisarmos, o bairro se

²⁹ Bangu está localizada numa área de aproximadamente 46 quilômetros quadrados, está localizado em proximidade ao centro geográfico do Rio de Janeiro. Podemos analisar as cidades dos extremos do estado: Porciúncula–município mais ao norte, Paraty–município mais ao sul, Paraty–município mais ao oeste e São Francisco de Itabapoana–município mais ao leste. Essas são as cidades encontradas no extremo do Rio de Janeiro. Porciúncula é a cidade mais distante ao norte, cerca de 5 horas de viagem.

concentra nessa centralidade. Sendo assim, essa condição de construção de presídios em áreas afastadas é difícil de ser validada, pois as principais vias e as artérias que cortam a cidade passam pelos acessos a Bangu.

RIO DE JANEIRO



Fonte: IBGE.gov.br
Figura 1. Mapa do Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: portal.loft.com.br/zonas-rio-de-janeiro/
Figura 2. Mapa do Município do Rio de Janeiro.



Fonte: sindsistema.org.br/o-apriionamento-como-oportunidade-de-negocio/
Figura 3. Imagem Aérea do Complexo Penitenciário de Gericó.

CAPÍTULO II

2. O DIA EM QUE CONHECI O PRESÍDIO

Começo este capítulo abordando o contexto da minha entrada no presídio através do trabalho, uma vez que a experiência direcionou um olhar sobre a região. Através da observação participante e empírica de um local burocrático para acesso, pude observar as questões estruturais e parte da função em sua funcionalidade prática.

Esse processo de comunicação com os trabalhadores dos presídios foi de suma importância para minha trajetória na pesquisa, pois não se trata de uma tarefa simples. É desafiador estabelecer contato direto com o ambiente de trabalho, e adentrar os presídios é especialmente complicado, dado que se trata de um local de difícil acesso à sociedade. Foi por meio de algumas conexões que possuo que o acesso foi facilitado.

O trabalho desenvolvido no presídio possibilitou uma observação mais clara, permitindo-me compreender a magnitude desse ambiente. Isso proporcionou uma nova perspectiva, uma vez que o conhecimento aprofundado do objeto, com clareza e proximidade, resulta em uma lógica de acesso renovada por meio de material bibliográfico.

Minha primeira visita ao Complexo Penitenciário de Gericinó ocorreu em 2019, quando fui convidado por uma das fontes. A experiência de percorrer o complexo revelou-se proveitosa, proporcionando-me uma visão panorâmica e direta das unidades. No carro do policial penal, acessando o complexo prisional, avistei uma ampla quantidade de pessoas, na sua maioria mulheres, se aglomerando no pórtico de entrada, apresentando documentos para entrar no ônibus e seguirem para a visita.

A fonte me apresentou todos os presídios e também outras estruturas como as escolas, o local onde o Grupo de Intervenção Tática (GIT³⁰) está funcionando, a administração e o setor de manutenção.

³⁰ Grupo de Intervenção Tática (GIT) é um órgão da Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, que atua em operações de segurança nos presídios.

Os objetivos da organização do GIT são manter a ordem e a disciplina nas prisões, impedindo motins, rebeliões e fugas. Os agentes penitenciários são altamente capacitados e aptos para lidar com situações de risco e crise.

Entre as principais atividades realizadas pelo GIT estão a revista de celas, alojamentos e demais áreas do presídio em busca de materiais ilícitos, como drogas, armas, celulares e outros objetos proibidos; a realização de transferências de presos considerados de alta periculosidade; e o controle de situações de conflito entre os detentos.

Além disso, o GIT também é responsável pela escolta de presos durante as transferências para hospitais ou outras unidades prisionais, bem como pela segurança durante os julgamentos.

O Grupo de Intervenção Tática atua em diversos presídios do Rio de Janeiro, especialmente aqueles que têm maior número de detentos e altos índices de violência. A atuação do grupo tem contribuído para a redução dos índices de violência e para a promoção de uma cultura de segurança nas unidades prisionais. <https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-38258-2005-rio-de-janeiro-altera-dispositivo-da-lei-n-4583-de-25-de-julho-de-2005-e-da-lei-n-3694-de-26-de-outubro-de-2001-fixa-o-vencimento-base-do-cargo-de-inspetor-de-seguranca-e-administracao-penitenciaria-e-da-outras-providencias>

06/03/2023 as 20horas45min.

Em relação ao processo de visitação e apresentação, disse os nomes de cada presídio e realizou uma colocação sobre não saber o motivo dos nomes escolhidos para cada unidade. Esse momento foi depois que entramos na região dos prédios, como se fosse uma primeira etapa que me localizava no entorno do Complexo Penitenciário de Gericinó.

Ao examinar o local, observei várias viaturas estacionadas até que, mais adiante, me deparei com muitos carros danificados. Perguntei à fonte o motivo de estar nesse estado, ela respondeu serem carros que necessitavam de manutenção há muito tempo. São utilitários, caminhonetes e caminhões, que não eram antigos e teriam peças de reposição facilmente disponíveis no mercado. Logo me disse ser uma grande dificuldade para as coisas andarem ali dentro por conta da “grande burocracia”.

Ao chegar à parte final do complexo, na ponta do morro, próximo ao lixão, Oliveira parou para conversar com alguns colegas de trabalho sobre a escala de serviço e como estavam os plantões. Fui confundido como policial penal, mas me identifiquei como pesquisador. Havia alguns faxinas capinando aquele pedaço que ao conversar com Oliveira um deles indagou-lhe onde ele estava lotado. Esse faxina era um senhor aparentando ter sessenta anos ou menos, saímos e fomos embora para fora do complexo.

Nessa primeira visão e entrada no ambiente somente pude observar a realidade de fora dos muros, andamos pelas ruas do entorno onde percebi que existe um fluxo grande de movimentação de indivíduos circulando fora dos presídios e faxinas efetuando manutenção externa.

Analisar um objeto complexo, difícil de ser acessado, me colocou à frente de muitos discursos, muitos sem boas referências, com um ambiente intenso que modificou meu comportamento habitual. Esse ambiente me colocou em outro lugar que não era meu de costume, uma posição estranha, que me fez sentir uma força que me empurrava em direção contrária, cada movimento meu ali foi calculado e isso não está no meu cotidiano. Logo percebi que meu comportamento mudou, essa condição deixou-me esquisito, pois não sabia como manter um comportamento padrão, essa sensação aconteceu devido às condições e as consequências que poderiam surgir ali, foram momentos de estranhamento, era uma situação que nunca havia presenciado.

No segundo momento de entrada no complexo de Gericinó em 2021, acessei o presídio internamente, me pus após os portões de acesso à unidade por meio do trabalho. Antes de iniciar o mestrado, trabalhava com manutenções gerais, e tive acesso a um dos presídios do complexo de Gericinó. Somente após a entrada que obtive o conhecimento de ser um presídio de segurança máxima, Bangu III, como me fala o policial penal Da Silva (2022), “onde se encontrava a nata da cúpula do Comando Vermelho”.

Foi interessante a minha entrada, dois amigos que estudaram comigo possuíam uma empresa de prestação de serviços e manutenção. Arthur e Guilherme me chamaram para trabalhar com eles nessa empreitada, sem saber que, de fato, estaria emergindo na pesquisa sobre este ambiente e, em meio ao acaso, o objeto volta para minha vida.

Antes de começarmos, ocorre o ritual burocrático de acesso. Estávamos entrando a um lugar com a prerrogativa de segurança máxima. O nome prisão, por si só, demonstra a complexidade do local. Isso significa que o local, de fato, precisa de demasiadas burocracias para adentrar, não basta tirar uma foto e ter um crachá como forma de acesso. Há um controle de acesso, seja de pessoas ou de produtos. Essa supervisão não era apenas exercida por homens, eles possuíam máquinas capazes de fazer isso.

Há alguns procedimentos necessários para a entrada no presídio, o primeiro foi reunir a documentação necessária para a análise burocrática e a liberação do acesso à penitenciária. Os documentos requisitados foram (RG), identidade e comprovante de residência. A entrega e a permissão para entrar no presídio levaram cerca de dois meses e meio. Enviamos os documentos para que a administração estabelecesse a verificação burocrática para liberar os documentos e a entrada.

Lembro que, quando atuei na empreitada de manutenção, além da aprovação dos documentos pessoais, ainda havia a liberação da obra e o dinheiro para a execução. A burocracia é responsável pela decorrência do atraso, resultando em um tempo maior para a execução da obra. Dessa forma, essa falha causa parte do sucateamento, pequenas manutenções ficam para depois ou sempre tem (o jeitinho; o gatilho) que leva ao desgaste, o que acaba inutilizando qualquer objeto.

Diante desse processo burocrático que gera o “jeitinho”, “o gatilho”, recordo de um episódio quando o diretor do presídio pediu para ajudá-lo com a bomba d’água, pois, sem ela, a cadeia pode “virar” (conflitos). Ele solicitou que a levasse para a manutenção como uma guia de compra e não de serviço, pois não era isso que estávamos fazendo ali. A burocracia levaria dias e ele não queria problemas com os presos, nem perder o cargo porque a cadeia “virou” por conta da falta de abastecimento de água, lembro-me de Da Silva falando sobre esses jeitinhos que a maioria das coisas é gerida.

Não estava presente quando a bomba d’água voltou, mas ela voltou ao seu lugar. Saliento que essa manutenção ocorreu quando tivemos acesso ao presídio. A intenção com essa colocação é mostrar o efeito burocrático que há nos presídios e como alguns serviços precisam ser acessados antes de outros, o que aconteceu em outro momento em que presenciei e como a realidade burocrática não ajuda o desenvolvimento de alguns serviços.

Após a análise dos documentos, a entrada foi liberada em 27/01/2021. Iniciamos a organização de tudo para podermos ir ao presídio executar os serviços na escola, o Colégio Estadual Evandro João da Silva.

Chegamos à frente do “cadeião”, como eles o denominam, às nove horas da manhã. Ao chegarmos logo encontramos um problema, pois era o dia de visita dos familiares dos presos, um momento de agitação para toda a cadeia, como eles chamam “dia tenso”:

É um dia mais tranquilo, é tranquilo entre aspas para nossa segurança, porque nenhum preso vai querer fazer rebelião ou criar problema com a família de outros presos lá, então eles se respeitam muito, nesse dia nunca vi nenhum problema em dia de visita.

É um dia que precisamos estar muito organizado, porque tem uma série de procedimentos como carteirinha, então a pessoa chega e dá a carteirinha, aí você tem que enviar para a cela pro preso se preparar para descer. Quando desce não desce somente um, vem dez presos de uma só vez. Tem todo um

trâmite durante o dia até tarde, esse trâmite de tirar preso e colocar preso. Então o preso sai da cela acompanhado, entra na sala de visita, o encontro íntimo é feito também nesse dia, então ele parte para o parlatório que é a cela do encontro íntimo, acompanhado geralmente por uma inspetora que faz o acompanhamento do casal, onde ele fica se não me engano mais ou menos 3 horas.

É um dia tranquilo em questão de segurança não terá um problema, aparentemente naquele dia não pode haver outro dia. Mas trabalhamos muito neste dia até por que tem que haver o cuidado, pois o preso pode entrar com o parente e o familiar ficar e o preso sair, então tem toda uma verificação, é muito trabalhoso (ZANATA, 2022, 8 anos de serviço).

O momento da visita é muito tenso devido à quantidade de inspetores, tem unidade que recebe mais de 400 visitas e às vezes somos 6 inspetores registrando isso tudo até meio-dia ou meio-dia e meia quando é muito passamos um pouco do horário. Nós passamos por muita tensão, é muita gente, o último caso que teve lá, agora trabalho na viatura conduzindo as visitantes, presas para delegacia, se for droga conduzir para fazer o exame levo no ICCA depois levo na delegacia de novo e já fica presa. Depois tem a audiência de custódia e a forma que o juiz vai achar de resolver, então a estatística está muito grande, lá, quase todo dia está sendo levada uma presa ou mais no dia de visita (AMÉRICO, 2018, 23 anos no sistema).

Levamos tudo em uma picape para transportar tudo de uma vez só, porque não queríamos ter que enfrentar burocracia mais uma vez. Após retirar todo o material da picape, recebemos a notícia de que não poderíamos entrar, pois o *body scanner*³¹ maior estava ruim. O material tinha que passar pelo protocolo do presídio. Pensamos, o que faríamos com esse material todo? Era um grande volume de material, a picape já havia retornado, era preciso ser um automóvel desse tipo para fazer a remoção.

Conversamos com um policial penal, perguntamos se poderia nos ajudar, ele percebeu a nossa dificuldade em lidar com a dinâmica de voltar às coisas. Então, ele falou com o diretor e conseguimos a autorização para levá-las para outro *scanner* em outra portaria.

Essa outra portaria existe porque o presídio de Bangu III é dividido em dois presídios, Bangu III A, Bangu III B, por conta de alterações que coincidiram na morte de um policial penal, conforme as informações de Zanata e Oliveira (2022). O policial penal Oliveira, uma das fontes, relatou estar presente nessa rebelião que culminou na morte do policial.

Colocamos uma grande parte das coisas em um carrinho chamado de “burro sem rabo” para encaminharmos. O outro *scanner* estava longe e aguardamos até o policial chegar para conferir todos os produtos e liberar o acesso. Esse *scanner* tinha uma esteira com roletes, que levava os produtos até uma caixa quadrada. Além disso, havia uma tela que mostrava tudo em tempo real, como somente havia um policial trabalhando no *scanner*, eu colocava as coisas na esteira e retirava.

³¹ O *body scanner* é um equipamento de inspeção corporal que funciona por meio da emissão de baixas doses de raios-x. Essa tecnologia permite observar o que a pessoa revistada carrega consigo tanto fora do corpo, nas roupas ou por baixo delas, ou mesmo dentro do seu corpo. (<https://vmisecurity.com/pt-br/body-scan/> data 01/02/2023 as 16:40 horas)

Logo, apresentamos os materiais para acessar a parte interna do presídio. Os produtos eram latas de tinta, sacos de argamassa, sacos de gesso, caixas de piso, cabo extensor para a pintura e rolos. Era necessário que esses itens passassem pelo *scanner*, ou seja, era uma tecnologia de controle para a entrada de objetos. A verificação seria necessária para que nada que fosse fora dos protocolos do presídio chegasse às mãos dos detentos, um procedimento habitual. O *scanner* é o reflexo da torre de panóptico³², a observação da vigilância do policial penal é feita por um equipamento eletrônico, que ajuda a manter o controle do ambiente prisional.

Sendo assim, precisamos esperar que os visitantes e advogados também passassem pelo *scanner* de corpo inteiro que estava na expedição, uma máquina parecida com um caixote, que fica na parede para poder prender a folha da porta. Essa máquina se encontra na entrada onde ocorre a averiguação. Deixamos os celulares e o documento de identidade na entrada, custodiados pelos policiais.

Quando imaginávamos que tudo estava bem, conseguimos entrar, no mesmo instante, o caminhão com as quentinhas chegou. Pensei na dificuldade, além da burocracia temos problemas normativos do cotidiano do presídio, como dito anteriormente, na situação da bomba d'água. Paralisamos e deixamos de lado a entrada dos nossos objetos, a passagem das coisas, para que as quentinhas tivessem prioridade nesse fluxo de entrada.

O policial penal disse que as quentinhas são prioridades, o motorista do caminhão ratificou que a comida tem que ser prioridade se não a cadeia pode “virar”, ou seja, se as quentinhas não chegarem no horário certo, há a possibilidade de conflito. Nesse caso, há momentos cronometrados que não podem parar de acontecer. As prisões detêm diversas atividades no cotidiano, desde o banho de sol até a alimentação, dentre outros que estão ligadas ao cotidiano de regras e burocrático ou não. Existem algumas questões que podem gerar conflitos, a alimentação atrasada é uma das que não pode ser ignorada, pois a comida é um desses momentos de importância, além de outras coisas que ocorrem no ambiente prisional.

Quando analisamos o ambiente e como as atividades acontecem, compreendemos que muitos detentos não recebem visitas, não têm ajuda financeira e nenhuma atividade remunerada para poderem ter dinheiro para comprar no comércio interno, então a alimentação fornecida pelo estado, a quentinha, acaba sendo a única refeição que têm acesso. Sendo essa a alimentação de muitos, o atraso gera conflitos. Observo que há a necessidade do *scanner* ser parado para que haja a inspeção das quentinhas.

No dia, havia apenas três policiais penais. O tempo para a entrada das quentinhas foi de 40 minutos até que a inspeção e a liberação para a passagem do nosso material e ter acesso ao complexo. Começamos a trabalhar por volta das 14

³² O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado (FOUCAULT, 1999. P 223).

horas, sendo notificados que só poderíamos permanecer até às 16 horas. Então, depois que os agentes fechariam as salas, ficaríamos presos. A verdade é que o dia quase foi perdido devido a todas essas dificuldades.

O ambiente e o trabalho estruturado

Fomos liberados para entrar no prédio onde a escola funcionava. Em posse de tudo no carrinho fui para a entrada, pois somente um poderia entrar por este lugar, o qual é o local de entrada e saída de carga e descarga. Lá, havia um grande portão de ferro branco e preto com um cadeado enorme e um policial penal com um molho de chaves em mãos. Após a abertura do portão, Arthur e Guilherme me esperavam para levar as coisas.

Fizemos o trajeto até o prédio externo à penitenciária, o policial penal nos acompanhou até a parte de dentro do prédio, uma dessas construções alongadas com dois pavimentos de andares. A sala de aula que estava sendo construída ficava no segundo andar ao lado de uma sala administrativa da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP). Entre a escola e o prédio havia um caminho que possuía cerca de um quilômetro, porém se tornou longo pelo contexto. Ao entrar no presídio, vislumbrei uma grande muralha, olhei ao meu redor e tive a sensação de me sentir inferior por sua grandeza, à imagem era de imponência pelo seu tamanho, quem observa de dentro tem a impressão de que os muros são maiores.

Ao entrar fiquei apreensivo, com sensação de desconforto sobre o local, fato é que era um local desconhecido com muitas regras para o acesso. Meus amigos Guilherme e Arthur foram orientados no primeiro encontro com o diretor a não ficar olhando fixo e nem fitando³³ ninguém, pois poderia causar atrito e transtorno com os presos, mesmo até com os policiais.

Arthur ficou desconfortável, disse que “temos que ficar de arreiado dentro daquele lugar”. Acho que por estar perto de criminosos, ficou apreensivo com a situação do trabalho. Guilherme, que havia passado pelas Forças Armadas e exercido função de segurança privada, não apresentou o desconforto de Arthur, mas Guilherme expressou “porra é um trabalho, temos que ir, não importa onde será”.

A sensação de nervosismo era nítida, pois não sabíamos como nos inserir no local, pois éramos *outsiders* ali. Observo que a negatividade que passavam nas mídias sobre as cadeias, suas condições, da periculosidade dos indivíduos e a má conservação, a corrupção nos deixou na defensiva, essa questão da mídia é relatada na entrevista pelo policial Zanata, não somente ele, mas 60% deles sentem esse incômodo:

“Sai na mídia e coloca todo mundo no bolo, todo mundo é igual, mas o exemplo bom não aparece só o exemplo ruim, aí porra a mídia quer vender jornal também, policial penal colocou as coisas pra dentro” (Zanata, 2022, 6 de profissão).

Essa problemática impactou-nos no que diz respeito ao acesso aos presídios. A mídia, cotidianamente, noticia os conflitos entre os policiais penais e os detentos. A recorrência da violência nas prisões tornou-se um tema recorrente nos veículos de

³³ Ficar observando as coisas, olhando fixo para as coisas pessoas, nem os policiais e os presos gostam dessas atitudes e nós éramos estranhos ali.

comunicação, com rebeliões e toda uma manifestação de violência explícita, transmitida diariamente. Isso contribuiu para atribuir às prisões a imagem de um ambiente intrinsecamente perigoso, gerando uma percepção generalizada e preconcebida sobre essas instituições:

A tortura do Ary Franco foi registrada na delegacia mais próxima e virou notícia nos jornais. No inquérito policial, os presos disseram que os guardas definiram a pancadaria como o “comitê de recepção” com que brindavam os recém-chegados. Na sindicância aberta sobre o episódio, outros dois casos, igualmente graves, surgiram (LEMGRUBER, 2010. P 104).

Quando estávamos lá, percebi que as salas precisavam ser consertadas. O prédio era bem antigo, construído no início dos anos 90, continha alguns problemas na rede elétrica e a pintura estava em péssimas condições. Embora fosse menor que a primeira, a segunda sala apresentava mais problemas, como fios soltos fora da caixa de passagem, a pintura descascada, buraco na parede e, aparentemente, não estavam sendo usados. Parecia estar fechada há algum tempo, devido ao cheiro de mofo.

A pintura das paredes da primeira sala foi iniciada, passamos alguns fios elétricos na sala que parecia ser a secretaria da escola que também era uma sala de aula. Era uma sala improvisada, com uma divisória como parede e, nela, a porta de entrada. A sala não tinha muito espaço, tinha um freezer com a merenda da escola, sucos em caixinha, bolo e também biscoito de maisena.

Após a conclusão das ligações elétricas nos eletrodutos, junto à pintura de duas paredes, saí à procura do policial e ele não estava próximo, precisava lavar as coisas, fiquei na sala aguardando até o seu retorno. No retorno, ele me disse que poderia ter ido lá lavar as coisas no tanque, porém no entorno se encontravam os faxinas, e de fato, não sei se sairia sozinho, pois fiquei pensando se poderia acabar causando um estranhamento. Mas decidi esperar, optei por evitar aquilo que nem sabia ao certo se existia.

Na saída, fizemos o mesmo trajeto, no caminho estavam alguns faxinas, os presos estavam amassando os recipientes das quentinhas. Ficamos algumas poucas horas lá dentro, fizemos o que dava para realizar. O medo impediu-me de olhar com naturalidade como no cotidiano fora daquele lugar, movido pelo anseio de não causar atrito.

Na saída, fomos abordados por dois faxinas. Cleiton³⁴ e Emanuel conversaram por alguns instantes, estávamos aguardando o portão ser aberto. Dessa espera em um diálogo, narram estar presos há bastante tempo e mencionam seu tempo de condenações, Cleiton havia pegado 16 anos e Emanuel, 21 anos. Emanuel foi transferido para o presídio de Bangu III há dois anos e não contou o motivo pelo qual estava ali. Cleiton disse que sua prisão era pesada, aconteceu na Copa do Mundo, que havia cometido um crime e acabou preso. Ele disse ter sido notícia em todos os jornais, não relatou em qual ano da copa do mundo, disse ter outros, “inquéritos para cair na conta dele” além dos quais já estava pagando.

Ele disse que não tinha mais familiaridade com o lado de fora devido às muitas saídas e retornos. Não conseguia observar o exterior com calma, temia não poder

³⁴ Esses dois nomes dos presos são fictícios.

conhecer quando saísse, “está tudo diferente, né?” Cleiton questionou-me e Arthur perguntou se estava muito tempo na prisão, obtendo a resposta de que estava lá sofrendo há bastante tempo. A sociedade, o mundo, para ele, mudou, os carros, as coisas que aconteciam de fora.

Essa situação era difícil para ele, e em tom baixo falou que a vida dele havia acabado. Aparentava ter trinta e poucos anos e ia passar mais tempo ali. Era um homem de estatura média, negro, magro, não possuía alguns dentes como a maioria que estava ali presa. As características da maioria são relativamente próximas, homens negros, pouca escolaridade e o crime organizado se tornou uma de suas perspectivas sou mesmo “a única” deles.

Na outra parte do colégio não tive acesso, Arthur e Gustavo disseram que os presos que frequentam as aulas estavam lá pediram para o diretor da escola para trabalharem na obra. Essa é uma das formas de remição de pena, o trabalho. Eles tinham a intenção de trabalhar na manutenção da escola, para conseguir a redução da pena. Requisitaram ao diretor da escola que conversasse com o diretor do presídio, queriam “ganhar esse tempo”. O diretor da escola não quis ter problemas e pediu para eles trabalharem na obra. É interessante observar a fala do policial penal que estava próximo a nós naquele momento, “neste local, há um excesso de profissionais qualificados para atender a uma variedade de demandas.”

Era nítido o comportamento de Gustavo, sentiu-se apreensivo, pois tinha uma sistemática, quando estava nervoso falava rápido sem nexos, então ele falou que nós tínhamos muitos objetos cortantes, pois estava lidando com o corte do piso, máquinas como a makita, os discos, o martelo, a colher de pedreiro. Ele disse que tudo aquilo poderia se transformar em armas, “não estou gostando, não quero ser refém”.

Queriam fazer tudo, não permitiram que ninguém se metesse em nada, falavam, “deixa com nós, acha que não sou capaz, acha que nós vamos fazer besteira, seu funcionário”. Os presos desejavam ter a redução da pena, a cada três dias trabalhados um dia de pena é abatido, seria trabalho de uma semana no máximo, com pintura elétrica e pisos.

Não é a qualquer hora que se tem trabalho para realizar no ambiente carcerário. Apenas há poucos locais para trabalho nos presídios. Ser faxina³⁵ é um dos serviços, mas as vagas não suportam a quantidade de presos. Além disso, eles também amassam os recipientes das quentinhas, tinha uns doze amassando e colocando em um amarrado de corda grande.

Observei que, no exterior do presídio, havia alguns presos que trabalhavam no reparo de um muro, estavam usando um uniforme, uma camisa verde e uma calça marrom. Nesta construção, eles puderam trabalhar, mas apenas um pequeno segmento³⁶, as vagas não eram suficientes para a população carcerária.

No dia seguinte, quando voltamos, as tintas desapareceram. A pergunta era: como esses presos tiraram as tintas sem levar as latas? Mágicas das cadeias. Enfim, não trabalhamos. Ficamos dias sem ter o material que precisava ser repostado.

³⁵ Um indivíduo designado para cuidar da limpeza interna do estabelecimento prisional, manter o local limpo e organizado, prover alimentação, supervisionar a recepção das visitas, supervisionar as interações entre os internos e o comportamento de cada um deles. Antes de chegarem aos funcionários ou guardas, é essencial que a faxina decida qual é a maneira mais adequada de lidar com os conflitos internos.

³⁶ Segundo (Da Silva,2022) é um pequeno segmento, mesmo muitos que estão nessas vagas são chefes das facções ou tem poder na hierarquia de comando, esses locais são tomados por lideranças.

Concluimos a elétrica de uma sala e a pintura do outro pavimento não foi finalizada. Não retornamos mais, pois o diretor precisava de mais verbas para comprar o material furtado. Pude observar a continuação do processo burocrático e, diante desse contexto, também, existia a condição de como ele ia explicar a compra de mais material, o que fez com que ele deixasse isso de lado.

Ao analisar a fala dele percebemos que queria evitar conflitos, por isso a decisão de não fazer a sindicância do furto das tintas. Falou-nos depois que não queria “caô, situação problemática” com ninguém e deixou dessa maneira que seria melhor do que mandar para sindicância e o preso pegar uma solitária, aumentar a pena e depois ser cobrado lá fora.

Conhecer uma parcela desse espaço para além das fronteiras físicas, representadas por enormes muros e burocracia, proporcionou-me uma perspectiva rara sobre o local. Inicialmente, eu não mantinha qualquer vínculo direto com o presídio, suas famílias ou os profissionais que atuam no sistema carcerário. Essa circunstância confere uma singularidade à minha jornada ali, tornando-a relevante e peculiar para a observação e compreensão das complexas questões sociais que permeiam esse ambiente.

A experiência revelou-se extraordinária ao constatar que cada movimento é cronometrado, a comunicação, os diálogos, tudo demanda controle. Não há espaço para intimidade; toda interação é regida por um delicado equilíbrio. Vivenciei a experiência como se estivesse caminhando sob o tique-taque de um relógio, um mecanismo meticulosamente operado. Qualquer desvio poderia acarretar problemas significativos.

O ritual de permanência, a linguagem utilizada, as normas a ser seguido, todo o fluxo de interações entre as diferentes partes envolvidas possui uma dimensão pessoal, mas também carrega consigo um distanciamento. Ambas as classes coexistem sob as regras estabelecidas. Analisando essa dinâmica, percebo que tudo está intrinsecamente ligado ao "seu funcionário", ou seja, ao profissional do sistema carcerário, o policial penal. Toda a coordenação, assim como o funcionamento geral, está submetida às regras criadas por esses homens, que também detêm o poder de modificá-las e estabelecer novas diretrizes que fundamentam o funcionamento desse ambiente.

A presença neste local nos deu a impressão de sermos forasteiros, visto como *outsiders* pelos dois grupos, a representação do estranho, do diferente que não pertence ao local. Havia uma perspectiva diferente para nós, no imaginário, de que não seríamos reconhecidos como trabalhadores, mas sim de outra forma como alguém que estava tentando burlar a entrada da cadeia.

Se analisarmos a situação que ocorreu com o *scanner* que quebrou naquele dia, não tenho certeza se foi um teste dos policiais penais ou se foi verdade, pode ser qualquer coisa, mas nunca saberei.

O local em questão causa estranhamento, uma vez que é possível senti-lo pulsando nas enormes muralhas que fecham as cadeias. Mesmo forasteiro ao andar, as regras pesadas, você analisa tudo, a fala, as atitudes, tudo passa a ser questionado, orientado, nada é feito naturalmente.

2.1. Da trajetória da função, as regulamentações e institucionalização da profissão de policial penal.

A evolução do profissional do sistema carcerário e a trajetória laboral no ambiente prisional abrangem diversos contextos e denominações ao longo do tempo. Atualmente, é designado como policial penal, entretanto, ao longo da história, adquiriu diferentes características e nomenclaturas. Dessa forma, as especificidades associadas a essas designações eram condizentes com as demandas do momento, sendo denominado, em diferentes épocas, como carrasco, guarda de prisão, carcereiro e agente penitenciário. A evolução dessas denominações está intrinsecamente ligada à evolução histórica do sistema prisional.

Em cada período, incumbia-lhes um método de atuação nas prisões, embora a rotina de vigilância tenha permanecido inalterada ao longo do tempo. Mesmo os carrascos, que desempenhavam o papel de conduzir os rituais de passagem nas prisões até o suplício³⁷, estavam associados às leis inquisitoriais, que empregavam a punição corporal por meio do tormento, envolvendo circunstâncias de sangue e morte.

Inicialmente vinculada às leis inquisitoriais, a função tornou-se negativamente percebida devido às representações provocadas pelos castigos públicos, sendo apontada pela sociedade como elemento causador de morte nas prisões. No final do século XIX, à medida que as discussões³⁸ para abolir as penas de morte ganhavam força, a profissão de carrasco desapareceu, assumindo outras formas ao longo do tempo.

Apesar do desaparecimento dos carrascos, a estigmatização negativa que essa função deixou na estrutura social persiste intensamente até os dias atuais. Dessa forma, novas designações emergiram, coabitando as prisões. O imaginário coletivo sobre essa questão é permeado por diversos elementos, uma vez que a função iniciou sem uma perspectiva organizativa de profissão, exigindo esforços para manter a ordem no ambiente prisional.

É relevante analisar quais indivíduos estavam nas prisões, o que nos mostra a trajetória que as prisões percorreram no passado ao longo do seu processo histórico. A função apresentou múltiplos significados para a sociedade, desde diferentes nomes, a todos os atributos e direitos que essa figura tem, até ser denominada policial penal.

Thompson (2002) indica que esses indivíduos não eram letrados e de baixa instrução cultural. Omar (2022), policial penal entrevistado, mencionou que os policiais penais que entraram na sua época ou anteriormente dispunham de primeiro grau e alguns até sem nível nenhum de escolaridade:

³⁷ De acordo com FOUCAULT (1999), o suplício é uma pena corporal dolorosa, produzida de acordo com três critérios: produzir uma quantidade suficiente de sofrimento que seja possível, sem medir, apenas apreciar, comparar e hierarquizar; fazer parte de um ritual; e, além de se concentrar na arte quantitativa do sofrimento, a sua produção é regulada por um código jurídico.

³⁸ “(...) às grandes transformações institucionais, com códigos explícitos e gerais, com regras unificadas de procedimento; o júri adotado quase em toda parte, a definição do caráter essencialmente corretivo da pena, e essa tendência que se vem acentuando sempre mais desde o século XIX a modular os castigos segundo os indivíduos culpados? Punições menos diretamente físicas, uma certa discrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação, merecerá tudo isso acaso um tratamento à parte, sendo apenas o efeito sem dúvida de novos arranjos com maior profundidade? No entanto, um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo” (FOUCAULT, 1999, P 12).

(...) houve época em que os indicados a ocupar tais cargos poderiam ser presos caso se recusassem a cumprir a ordem de trabalhar como carcereiros. Ou seja, se não se propusesse a cumprir a função que vinha a ser imposto de forma coercitiva, o indicado poderia transformar-se em indiciado. (Lopes, 2002, p. 2).

A função não era bem-vista e ninguém desejava assumir o posto, pois a função possui um *ethos* negativo. O “agente penitenciário, hoje policial penal, era pego na rua, olhava na rua o cara grandão, vem cá você, quer trabalhar na cadeia? Era assim, no laço mesmo, a gente escolhia mesmo aqueles caras brutamente” (Omar, 2022, 37 anos no sistema), ser policial penal era uma condição de indicação.

Lá nos anos 70, 80, o profissional de segurança no cárcere já teve a nomenclatura de guarda de presídio, agente penitenciário, guarda de cadeia, carcereiro era polícia civil, as pessoas até falam, carcereiro, mas era uma generalização, era um cargo específico da polícia civil das unidades que tinham carceragem, aí após agente penitenciário, não lembro em qual governo, acho que dá Rosinha. É aí criou a lei o inspetor de segurança e administração penitenciária (Oliveira, 2022, 25 anos no sistema).

Os carcereiros mencionados eram servidores de outra função, foram cedidos, pois eram policiais civis que estavam nas carceragens nas delegacias. A função de carcereiro era um nome com um significado, era uma função exercida pelos policiais civis. Em determinado momento, os policiais militares também faziam a função de polícia penal. Isso me fez recordar uma das entrevistas que fiz, na qual um policial penal relata esse acontecimento:

Rodei presídios com bastante expressão, no caso o Vicente Piragibe e no complexo de Bangu, Frei Caneca, Milton Dias Moreira, inaugurei o Cotrim Neto na época do governo Garotinho, com 10 Co-PMS e eu de inspetor, tive que trabalhar dobrado por que eram PMS bombeiros reformados (Valente, 2018. 23 anos no sistema).

A falta de formação dos policiais penais no início do processo de criação da função pode ser um dos fatores responsáveis pelos diversos conflitos nas prisões. Dessa forma, a falta de clareza quanto ao cumprimento de suas atribuições resulta em um entendimento parcial e fragmentado da responsabilidade implícita e explícita do agente (Barcinski, 2014, p. 2248).

Os aspectos negativos, a falta de identidade da função inicialmente, além de outros problemas, como a má conservação das prisões e as mídias que sempre traziam notícias sobre as prisões e suas condições contribuíram para este cenário. Lemgruber (2010) mostra que os jornais traziam notícias venosas, mas não desvinculou toda a situação dos presídios de má conservação, que não deixaram de existir até hoje.

Apesar de haver uma série de eventos envolvendo as prisões e seus funcionários, o que se pode considerar é que a função está intimamente ligada às prisões e, dessa forma, precisou ser oficializada para assegurar a sua existência e institucionalização. No decorrer das décadas, surgiram diversas tentativas de

organizar a profissão, que foi secundarizada e organizada pela polícia local, como mostra Lemos de Brito em “Os Sistemas Penitenciários do Brasil” (1924).

A prisão era composta por funcionários com pouca formação, normas de segurança e trabalho que pouco atendiam à condição de trabalho, o que não é diferente nos dias atuais. Gradualmente, os policiais penais começaram a estabelecer regras para a execução e a existência no local de trabalho, mas, na legislação e no desenvolvimento das prisões, a profissão não se mostrou adequada.

Apesar de ser uma função de Estado considerada especial³⁹ e indispensável para o controle social e das normas, até 2019, eram debates sobre o plano de carreira específico para a função, nada concreto, uma luta contínua da categoria. O que se tinha era uma progressão dividida em três níveis⁴⁰ (A, B, C) e, no Rio de Janeiro, com a mudança de 2005, o provimento efetivo organizado em carreira escalonada em 1ª, 2ª e 3ª classes e os cargos de chefia eram indicados, condição muito questionada pelos policiais penais.

O Estado apenas aperfeiçoou a categoria em termos de condições de trabalho diante das necessidades extremas. Essa função adquiriu suas metodologias e normas muito depois que as prisões foram criadas. Muitos dos elementos jurídicos que contornam as prisões foram dados ao longo do tempo em diferentes contextos para a sua utilização. Somente em 2019, com a criação da polícia penal, passou a ser considerada uma função de segurança pública.

Diante das condições que se sucederam, a função se consolida como elemento representativo no ambiente prisional, no decreto que “[...] descreve detalhadamente a função do Guarda de Presídio, no Decreto n.º 3.706 de 29 de abril de 1924” (LOPES, 2002, p. 3), tem sua origem no estado de São Paulo, o que mostra que, mesmo tendo a existência da função, ela é regulamentada somente após um longo período, após a construção do sistema jurídico penal.

Diante desses questionamentos podemos observar algumas referências de leis estruturantes que surgiram posteriormente. No Rio de Janeiro, a função é regulamentada em duas etapas: no DECRETO-LEI n.º 408, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1979, que regulamenta o plano de cargo de carreira (Rio de Janeiro, 1979) e, em 1980, no DECRETO n.º 3.313, DE 7 DE JULHO DE 1980, que constitui os Cargos Profissionais do Plano de Cargos — Atividades Profissionais de Natureza Especial — Segurança Penitenciária (Rio de Janeiro, 1980)

A função de inspetor de segurança penitenciária foi criada em 1979, mas, posteriormente, visando organizar a função, o governo do Rio de Janeiro determinou a criação da função de Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária, a LEI n.º 4583, DE 25 DE JULHO DE 2005. Este novo cargo apresenta normativas que se diferenciam das que existiam anteriormente, principalmente a inclusão da normativa

³⁹ É necessário observar que a função do agente penitenciário é considerada serviço essencial pelas leis das Greves n.º 7.783/89 (Brasil, 1989), pois ele envolve a segurança da população.

⁴⁰ O Art. 1º afirma que “fica criada e estruturada, na forma desta Lei, no âmbito da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, a Categoria Funcional de Inspectores de Segurança e Administração Penitenciária. O artigo 2º Art. 2º A categoria funcional de Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária a que se refere esta Lei é composta por cargos de provimento efetivo organizados em carreira escalonada em 1ª, 2ª e 3ª classes, sendo iguais aos direitos e deveres de seus ocupantes, conforme os quantitativos e atribuições genéricas dos Anexos I e II desta Lei, respectivamente, que fica vedada a criação da categoria de inspetor funcional de segurança penitenciária” (RIO DE JANEIRO, 2005. P 1).

administrativa. Além de vigiar o atributo cunhado na função, também era objetivo em sua normativa supervisionar a categoria, seja da mesma classe, de menor ou maior classificação de cargo.

A função surge para um concurso que agregou esses profissionais e que acabou tornando-se obsoleta devido ao processo de hierarquização e grau de poder que ela apresentava, então os funcionários que estavam na função (a velha guarda) não aceitaram tal circunstância:

Muitos policiais penais que possuíam tempo de casa não aceitavam ser orientados, comandados por um funcionário mais novo de casa (como eles chamam o mais moderno) isso levou a função a ficar prevista somente no papel (Zanata, 2022. 8 anos no sistema).

A criação da função de Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária ocasionou conflitos e situação de poder de comando diante dos policiais, e por isso não foi aceita pelos policiais penais, já que a função tinha um carácter que demandava controle e hierarquização atribuída à nova função. Essa questão causou um desconforto entre a classe, conforme narra o policial penal Zanata (2022).

As falas dos policiais penais demonstram a convivência com a força militar nas prisões. Embora ainda não seja uma função de estado e de segurança, esses indivíduos adquiriram a posição de mais antigo na escala de comando (antiguidade é posto), sendo subordinados apenas à indicação de cargo de chefia, que, muitas vezes, não estavam nas prisões.

Sim, acontece muito, e o pior de tudo é que tem muitos gestores que vêm governadores, no dia que vem secretários, e passamos um óleo no chão pra ficar brilhando pra ele achar que tá tudo bem. Vamos convocar o servidor que tá na folga para vir fazer número e ele achar que tá tudo bem, entendeu? Infelizmente, como a gente não tem um comando, a direção de unidade é cargo político (OLIVEIRA, 2022. 25 anos de serviço).

É um cargo fantoche que está ali para agradar meia dúzia e nem sempre tem familiaridade com a organização e como funciona a prisão. A subordinação muitas vezes ocorre somente devido à perseguição por parte da direção, uma condição recorrente nas falas dos agentes Da Silva, Freitas, Jardim, Jonny e Almeida então eles sempre expõem “isso é fato, eles lá e nós aqui”.

Em constante evolução para ajustes e melhorias da função, apesar de ser uma tarefa com tempo de instituição, a última alteração na nomenclatura e institucionalização do cargo foi a promulgação da Emenda Constitucional n.º 104/2019, que institui a função de polícia penal (Brasil, 2019). A jornada de luta existe há mais de 20 anos, segundo os policiais penais, até chegarem a essa condição.

Em dezembro de 2019 a gente finalmente depois de uma luta de uns 20 anos, a gente conseguiu inserir a nossa profissão no hall da segurança pública, no artigo 144⁴¹ da constituição é o artigo sobre segurança pública tinha até o

⁴¹ **Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: **I** — polícia federal; **II** — polícia rodoviária federal; **III** — polícia ferroviária federal; **IV** — polícias

quinto artigo, tinha polícia federal, polícia militar e bombeiro, polícia civil, polícia ferroviária, rodoviária federal. A partir de dezembro de 2019, com a Emenda Constitucional que a gente brigou por vinte anos, aí a gente teve a nossa profissão reconhecida ao nível nacional como policial penal. Mas essa Emenda Constitucional carece de regulamentação nos estados e em muitos estados ainda não foi regulamentado como no nosso estado do RJ. Foi feito também uma emenda, não uma proposta de Emenda Constitucional que é a emenda 90 que nos inseriu no hall de policiais também, então hoje há o reconhecimento na constituição federal e na constituição estadual⁴² (Oliveira, 2022, 25 anos no sistema).

Após tantos anos de luta, a regulamentação da função de segurança pública veio através da regulamentação da Emenda Constitucional Estadual n.º 77/2020. Regulamenta a função de polícia penal, bem como invalidou a função de inspetor de administração penitenciária, o que fez com que a categoria se igualasse a todos na condição de polícia penal.

Além de ocorrerem essas mudanças, também houve alterações nos quadros técnicos. O cargo de técnico foi anulado, sendo reajustado como agente de execução penal (Rio de Janeiro, 2022).

Os agentes serão divididos em duas categorias: especialistas em reintegração social, de nível superior; e os técnicos de reintegração social, para nível médio. A norma explicita que a carreira de Agente de Execução Penal difere dos policiais penais — atuando como apoio para as ações de reintegração e progressão de regime.

Essa medida vem da necessidade de disciplinar a organização, garantias, direitos e deveres dos agentes de execução penal, sendo assim a proposta visa a estabelecer competências institucionais, estrutura organizacional, fundamentadas e prerrogativas dos servidores, com vista a atuação eficiente do órgão, em todas as suas atividades. (RIO DE JANEIRO, 2022).

A função é considerada negativa e estigmatizada, mas tornou-se indispensável para a tranquilidade da sociedade, afastando os indesejados. O que se sabe é que a função passou a ser considerada uma profissão necessária diante da representação das leis de Greves n.º 7.783/89 (BRASIL, 1989), uma vez que envolve a administração e o controle da segurança da população.

Logo, a valorização é necessária, ao mesmo tempo em que o encarceramento e a construção de toda a legislação penal aumentaram. Essa função é uma realidade em meio a todo esse aparato institucional.

Passaram-se anos de mudanças até a função adquirir parte de sua legitimidade por meio da institucionalização de suas regras para o exercício da função. Após esse reconhecimento, o cargo está legalmente regulamentado e legitimado. Foram

civis; **V** — polícias militares e corpos de bombeiros militares. **VI** — polícias penais federal, estaduais e distrital. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 104, de 2019).

⁴² É importante salientar que o policial penal Oliveira divulgou essa informação antes da regulamentação da função nos estados.

necessários decretos-leis que garantissem a sua existência de forma fixa, sistemática e estrutural.

As alterações nos nomes e todo o desenvolvimento jurídico visam a melhoria da profissão, assim gerando um olhar de reconhecimento social. Uma última observação, se analisarmos a função com um olhar mais aprofundado, perceberemos que ela segue a mesma lógica e particularidades do início de seu surgimento. Ou seja, apesar de algumas mudanças que ocorreram, a profissão continua sendo, no Brasil, constituída pela normativa de segurança e administração penitenciária. Não entrando nessa questão, mas não há condições para que seu “objeto de trabalho” seja inserido na sociedade e, por isso, continua na mesma ideia de “vigiar”.

2.1.1. Os decretos e leis surgem para dar representação ao trabalhador do cárcere

Há diversos documentos que descrevem a estruturação da função de policial penal, mas vou me atentar ao período do séc. XX no ano de 1979 em que surgiram as primeiras informações sobre a função de Estado no Decreto de n.º 408/79, que organizava o plano de classificação da função com a nomenclatura de agente de serviço penitenciário.

Inicialmente, desenvolveu uma organização em função da necessidade de representatividade do decreto de número 3313/80, que, no ano seguinte, tornou a profissão especial, classificada com outros cargos do estado, como a polícia civil e fiscal da receita, funções relevantes para a manutenção da sociedade. Anteriormente, neste texto, já havia apresentado essa lei, agora retorno para compreender o caminho, os ajustes e a organização da função e das obrigações para o seu cumprimento.

A função, em diferentes períodos históricos, moldava-se de acordo com as demandas que lhe eram impostas. Originariamente centrada no propósito de "vigiar e punir", essa incumbência perdurou ao longo do tempo, incorporando outras responsabilidades. Tais ações incluíam a separação dos condenados com base em sua posição social e econômica, uma condição que persiste até os dias atuais. Além disso, envolviam a custódia do condenado para o cumprimento da pena, a contagem dos presos e a promoção da limpeza e manutenção do presídio.

É relevante destacar que a função era desempenhada por indivíduos desprovidos de formação educacional e sem aprovação em concursos para o cargo. Isso evidencia a persistência da condição primordial de zelar e vigiar ao longo do tempo. Essa realidade perdurou por um longo período, demonstrando a necessidade de aprimoramentos e a necessidade de efetuar melhorias. Inicialmente, o policial penal ingressava no ambiente prisional por indicação direta de quem detinha a responsabilidade.

Com o advento das normativas que possibilitaram mudanças, algumas melhorias foram incorporadas à função, considerando a necessidade de organização diante das inúmeras transformações históricas. Surgiram imperativos decorrentes das falhas nas condições de trabalho e da negligência tanto da sociedade quanto das instituições. No âmbito das leis e condições para o estabelecimento desse cargo nas prisões, o século XX testemunhou debates intensos relacionados às prisões, códigos e formas de estruturação desses locais.

Durante a década de 80, tornou-se evidente a necessidade de aprimorar a função. Embora inicialmente tenham sido alcançadas condições limitadas, um Centro de Treinamento emergiu timidamente, sendo instalado em uma sala cedida pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em condições precárias.

O curso teve duração de uma semana, privilegiando questões como ambientação, educação física e algumas palestras específicas da área, ministradas por alguns diretores de unidades prisionais. A partir da década de 90, discussões em relação à atividade do ASP no Rio de Janeiro demonstram a preocupação em torno da construção de um projeto que solidificasse e sistematizasse o conhecimento construído no que tange ao fazer cotidiano da categoria. No bojo dessas reflexões, foi criada, em fevereiro de 1994, a Escola de Formação Penitenciária, como um órgão do Departamento do Sistema Penitenciário, que tem por finalidade, como destaca o Regulamento da Escola, em seu Artigo 2.º promover a formação profissional, teórica e prática, do corpo funcional da administração penitenciária na admissão ao cargo, no acompanhamento do desempenho das funções e na progressão funcional. Tem também por finalidade o fornecimento de informações sobre a evolução da política penitenciária, bem como do progresso das ciências criminológicas. (Vasconcelos, 2000. P 24)

Até 2004, o Brasil tinha apenas cinco escolas de formação de agentes, localizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná. Apesar de se poder sair do estado para fazer a formação nessas escolas, como era a formação continuada dos policiais penais nos seus estados, não havia, apesar do aumento do número de escolas até hoje essa situação é recorrente. O curso de formação encaminha para o trabalho e não se adota a reciclagem para esses funcionários, fala recorrente dos policiais penais dizia que no momento atual os funcionários que cuidam da carceragem não têm uma formação continuada.

Ao longo do século XX, essas escolas foram surgindo de forma esporádica, passados cem anos para a revisão, compreendeu-se que seria necessária a construção de mais escolas de formação. No entanto, somente em 2005, o Departamento Penitenciário Nacional adotou uma política de incentivo nos estados para a criação de novas escolas. Hoje existem 27⁴³ escolas de formação em regiões diferentes do Brasil.

Além das novas escolas, surgiram também as normas e técnicas que não eram apenas sobre o espectro da condição de vigiar. Eram novos modelos de conduta e comportamento para lidar com os detentos. Um dos princípios citados é o de efetivar o trato humanizado. Assim, a função é reorganizada com a criação da Escola de Formação Penitenciária.

Com o progresso das instituições de ensino e formação e a introdução de novas técnicas para adentrar as unidades prisionais, a policial penal precisava passar por alguns estágios antes de se formar. Pode se notar que com o passar do tempo, a

⁴³Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/espen/escolas-de-servicos-penais-dos-estados> data 19/04/2023 as 20:37

formação dos policiais penais continuava precarizada, sendo até mesmo chamados em processos emergenciais. Não havia uma formação ordenada e organizada para que se pudessem conhecer as condições da função, o que indicava uma falha na formação do profissional:

Meu curso foi de pouco tempo e poderia ser mais aproveitado porque pra nomear a gente correndo o estado fez um curso cortando várias etapas, e tem curso que não fiz você eliminar isso e fizeram uma pressão num negócio (Jonny, 2023. 7 anos no sistema).

(...) nós fizemos a escola primeiro de treinamento, como era de caráter emergencial, estava precisando muito, o curso teve que ser adiantado, tivemos que aprender o resto do serviço praticando já exercendo a função nas cadeias. Com menos de 2 meses de curso tivemos que ingressar na cadeia (SIQUEIRA, 2020. P 45).

A capacitação do policial que não ocorria antes, passou a ser pautada por métodos e cursos para a formação, mas percebemos que o grupo do policial penal entrou na função antes do final do curso. É perceptível que o estado só organizava cursos e concursos para a função quando havia uma necessidade real, apesar de um grande crescimento na construção de escolas de formação e do aumento no número de presos.

Com essa nova etapa para a entrada do policial penal nas prisões, eles precisaram aprender novos procedimentos e condutas, regras que deveriam ser seguidas para poderem atuar na área.

Mediante esse conhecimento adquirido na prova para o cargo, por demandar questões permanentes no manual de formação necessárias para o dia a dia, algumas das questões das últimas provas do Rio de Janeiro requerem o conhecimento prévio sobre “direitos humanos, conhecimentos específicos: noções de direito constitucional e administrativo, noções de direito penal e noções de direito penitenciário” (RIO DE JANEIRO-SEAP, 2012). A prova apresenta elementos que organizam e estruturam a prisão, como a legislação, consolidados em decretos para a organização da função.

Para desempenhar a função, é indispensável combinar determinadas características pessoais e habilidades técnicas, o que permitirá lidar com todos os presos.

A fim de atender às necessidades, foram criados documentos e regras, decretos e leis mencionados anteriormente e que asseguram uma parte do funcionamento do ofício. Os documentos que localizei tratam da criação e formação como função de estado e cargo especial no estado do Rio de Janeiro. É possível notar que a preparação de uma pessoa e a estruturação da função está em fase de esboços indefinidos, as regras gerais não são determinantes e são bastante complexas.

Não consegui acessar um livro de formação essencial simplificado do estado do Rio de Janeiro, então considero a utilização que se encontra em decretos existentes e as normativas que são do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Ressalto que essa questão é antiga em minha pesquisa, pois ao produzir meu TCC também não consegui acesso a este documento. Os policiais penais contaram que existe um documento, verbetes, porém, o último concurso foi em 2012 e os policiais não possuíam. Além disso, apesar de o último concurso ter sido há muito

tempo, alguns dos policiais entram por meio de concursos mais antigos, como Zanata, que foi do concurso de 2005.

Diante dessa questão que exige competências intelectuais específicas da função, tenho a percepção que os policiais penais as dominam. Quando fiz as entrevistas pude observar seus conhecimentos de rotina, conduta ética e ordem e perícia ampla da Lei de Execuções Penais (LEP). Todavia, pude comprovar ao observar essa condição da não existência de um manual de formação específico do estado do Rio de Janeiro. Essa situação pode ser observada quando tive a oportunidade de conversar com a museóloga do museu⁴⁴ do Agente Penitenciário, que mencionou estarmos no começo e há muito trabalho para ser investigado. “Ainda não está tudo pronto e o que você solicitou ainda não temos nada coerente para lhe oferecer, então esse conhecimento sobre uma determina legalidade específica do estado do Rio de Janeiro torna-se uma incógnita” fala da museóloga.

Diante da fala da museóloga, e até o momento não tive acesso aos documentos necessários para estabelecer a rotina do policial penal do Rio de Janeiro, uma vez que alguns estados obtêm as suas legislações específicas e seus manuais de formação. No entanto, em alguns casos, utilizam-se as regras gerais elaboradas pelo DEPEN legislações nacionais. Os manuais de formação que tive acesso foram do estado do Paraná, Maranhão e um manual geral produzido em conjunto com organizações internacionais como o Manual de Gestão Penitenciária, de 2002, construído em parceria da Embaixada Britânica em Brasília e o Ministério da Justiça.

É perceptível que os modelos de condução do trabalho, a ética e a moralidade são semelhantes entre esses documentos. Essas são as normas que definem a estrutura funcional do estado do Rio de Janeiro, diante desse modelo faço conexões com os decretos e os manuais de outros estados que adotaram as mesmas regras do Rio de Janeiro, contudo seguirei as determinações federais.

A lei de nº. 4583/2005, no ANEXO II, apresenta algumas definições mais claras e não tão inexata quanto as anteriores, que direcionam a função de Inspetor de Administração e Segurança Penitenciária, essa função surge e se estabelece com as seguintes exigências:

Coordenação, orientação e execução de atividades relacionadas à manutenção da ordem, segurança, disciplina e vigilância dos estabelecimentos penais, escoltar presos e internos; zelar pela segurança de pessoas ou bens; participar ativamente dos programas de reabilitação social, tratamento e assistência aos presos e internos, atividades que envolvam maior complexidade e dificuldade, supervisionando-as; revisar trabalho de funcionários de classe igual ou inferior, além do controle, orientação, coordenação, fiscalização e a chefia de equipes de inspetores hierarquicamente subordinados; executar atividades de apoio técnico operacional, no âmbito do sistema penitenciário, compreendendo estudos, pesquisas, análises e projetos sobre a administração de pessoal, material, organização, métodos e trabalhos técnicos de segurança penitenciária. (RIO DE JANEIRO — SEAP, 2005. P 5).

⁴⁴ O Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro - MPERJ/SEAP – localizado na Rua Frei Caneca, 401 - Fundos do Estácio.

Concluo que essa função era qualificada, tendo como predisposição a coordenação de grupo, além de adquirir algumas técnicas que, além de coordenar, pensam a função na totalidade. Esse cargo é praticamente equivalente a um policial penal com atribuições técnicas em segurança, ou seja, ele seria o responsável por criar as condições para o desenvolvimento do trabalho, porém essa lógica com a situação de nossos presídios seria inviável. Não está claro de que forma exerceriam sua função e, pela complexidade de algumas demandas, seria necessário conhecimento em gestão e administração, com táticas que possam ser utilizadas no dia a dia, além de uma exigência em segurança pública e gestão penitenciária. Além das normativas de escolta e vigia, e pensariam sua atribuição, na prática.

O edital do concurso exigia nível médio de escolaridade. É possível notar que a função deveria estar organizada para quem tivesse conhecimentos, métodos e técnicas de segurança, mas não exigiam que tivessem ao menos técnicos ou formação próximas da área de segurança. Considerando como o curso de formação estava sendo aplicado com falhas, neste momento a execução do trabalho permanece somente no papel.

A legislação do Rio de Janeiro desenvolve no manual do DEPEN a partir de normativas nacionais, enfatizando que o caminho de rotina da função está ligado a normas gerais. Não há como ter conhecimento da realidade concreta pela falta de documentos e a incerteza sobre a existência de um manual produzido pelo estado que possa orientar e apoiar a formação desses policiais. Portanto, o que é possível analisar sobre o manual é essas regras e exigências para a conduta de trabalho:

- 1 - Manter a disciplina e a segurança da unidade;
- 2 - Zelar pela integridade física e moral de funcionários e visitantes, presos e internados;
- 6 - Ser reservado no trato de assuntos relacionados ao serviço que possam comprometer a segurança e o bom andamento do serviço;
- 7 - Cooperar com todos os funcionários para o bom desempenho do trabalho;
- 8 - Manter atitude, postura e comportamento profissional;
- 9 - Cumprir determinações previstas no Regimento Interno, Lei de Execuções Penais, Estatuto Penitenciário e demais instrumentos legais reconhecidos;
- 13 - Ser submetido e cooperar com a revista pessoal quando de sua entrada nos estabelecimentos penais, conforme regulamentação;
- 14 - Tratar os demais funcionários, presos e visitantes com respeito. (DEPEN, Manual do Agente Penitenciário. 2019. P 2).

Algumas particularidades do manual são relevantes para a manutenção da ordem, a manutenção e a disciplina são fundamentais para o progresso do campo de trabalho. Há, além dessas normas, outras determinações que têm como influência a moral e a ética.

Sobre as características físicas do indivíduo e as responsabilidades no campo, sobretudo de tarefas que tenham um caráter moral, disciplinar e comportamental:

- 01 — APTIDÃO: que tenha disposição inata, um dom natural de lidar com pessoas;
- 02 — HONESTIDADE: que seja íntegro. Precisa ser parte exemplar da instituição a que pertença e conduta inatacável;

- 03 — CONHECER FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES: distinguir com clareza uma ação própria, de seus direitos e prerrogativas;
- 04 — RESPONSABILIDADE: que tenha capacidade de entendimento ético e uma determinação moral;
- 05 — INICIATIVA: que seja capaz de propor ou empreender ações iniciais e principiar conhecimentos;
- 06 — DISCIPLINA: que sua observância dos preceitos ou normas seja uma ação natural;
- 07 — LEALDADE: que não seja apenas sincero e franco, mas principalmente fiel aos seus compromissos e honesto com seus pares;
- 08 — EQUILÍBRIO EMOCIONAL: que sua estabilidade mental seja definida por ações comedidas e prudentes;
- 09 — AUTORIDADE: que não tenha apenas direito ao poder, mas que tenha o encargo de respeitar as leis com competência indiscutível;
- 10 — LIDERANÇA: que seu comando tenha tom condutor, um representante de um grupo;
- 11 — FLEXIBILIDADE: que a destreza, bom senso e transigência estejam sempre a serviço do bem comum;
- 12 — CRIATIVIDADE: que sua capacidade de criação e inovação possa superar as adversidades;
- 13 — EMPATIA: que saiba sempre se colocar no lugar do outro, antes de uma decisão importante;
- 14 — COMUNICABILIDADE: que se comunique de forma expansiva e franca;
- 15 — PERSEVERANÇA: que seja firme e constante em suas ações e ideais (DEPEN, Manual do Agente Penitenciário. 2019. P 2).

Para além de vigiar, manter a ordem, precisavam ter uma conduta ética e moral na condução do trabalho, devem aprender a usar armas de fogo e se defender, como mostra Vasconcelos “aprendem a correta utilização das armas de fogo, possibilitando também condições de se defenderem em situações em que haja necessidade de empregar aptidões físicas” (Vasconcelos, 2000. p. 25).

Os regulamentos para a conduta revelam um refinamento, uma estética racional de formalidades para a atuação dos policiais penais. Ainda que haja um consenso sobre a criação de regras para a atuação e as condições mínimas de dignidade nas prisões, humanizando o apenado. Este é um entendimento entre o Brasil e outros países junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Apesar de toda a legislação que regula o procedimento em termos de função, essa estética dual, evidenciada na ética e na moral, não é compatível com a realidade institucionalizada nas prisões. Essa realidade de desenvolvimento das condições de comportamento, não alterou o cenário, até o momento as prisões apresentam uma situação adversa, uma realidade desigual.

Há uma distância entre as normas e a conduta de alguns policiais penais. O que se apresenta é uma divergência entre a realidade de projeção das condutas e como elas acontecem. Na verdade, desenvolvem um duplo processo, um estando presente na lei e outro produzido no cotidiano, como mostra o policial penal:

“Eu não sou muito de seguir esse negócio de LEP, não, é até mesmo o sistema também essas coisas lá” (GAMA, 2022. 20 anos de serviço).

Algumas das situações apresentadas indicam que a cadeia se adapta de duas maneiras e essas realidades para a aplicação das normas. Há momentos em que elas são usadas, como ir ao médico ou psicólogo, falar com o advogado, mas essas urgências também tramitam entre as normas criadas e em paralelo à realidade. O que se pode observar, segundo Coelho, “[...] é que todas essas classificações oficiais ou legais se tornam subalternas daquelas criadas com base na experiência do guarda e aplicadas para resolver problemas do seu dia a dia ou para resolver conflitos” (Coelho, 2005, p.103).

O policial penal só tem a certeza do que se passa entre a construção e o que será produzido quando se depara com a prisão, onde se desenvolvem sentimentos e formatação de ações coerentes. De acordo com Coelho (2005), a produção de sentimentos influenciam as ações de como lidar com a realidade, sejam elas normativas, burocráticas ou as elaboradas no cotidiano dos presídios. Desta maneira só será completa quando estiver próximo à população carcerária e formar tipificações, conhecimentos práticos para a função.

Os policiais penais descrevem que os papéis diferem do cotidiano. O serviço está bem elaborado no papel, mas são muito complicados para os dois grupos que não se permitem aproximar e, por isso, algumas ações são ineficazes até mesmo na realidade em que estão sendo executadas.

2.1.2. Entre a trajetória e o conhecimento real das cadeias

Podemos denominar de “via dupla” o caminho para entrar em contato com o cárcere, uma vez que o policial terá a compreensão de sua função. Ao se apresentar na prisão, ele se questionará se deseja ou não permanecer no cargo. Assim, podemos observar o relato de um policial que relata essa situação:

Neste momento vai se produzir múltiplos sentimentos, pois o treinamento as falas sobre o cárcere jamais poderão representar as emoções e a primeira visão de um local desconhecido, limitado, fechado e de muitas falas negativas. Produzidas por intermédio da mídia, o presídio ou mesmo presídio de segurança máxima ocasiona apreensão, sua visão de segurança máxima, uma marca que carrega um olhar de que as pessoas que estão ali são de alta periculosidade, criminosos de alta patente (Da Silva, 2022. 25 anos no sistema).

O primeiro dia causa um grande impacto no recém-chegado que se depara com a realidade da prisão. Fazem o curso de formação fora do presídio e só conhecem a situação relatada por outros e a formulação das leis que fundamentam as prisões. Antes, sequer havia ambientação. Alguns agentes relataram que só conheciam o cenário no momento de entrada.

Apenas os aprovados no concurso de 2012, no Rio de Janeiro, relataram tal situação. Os mais experientes até entraram antes do curso finalizar, e outros estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, não tinham relatos de ambientação. De tantas falhas e esquecimento da realidade prisional em 2008, o estado do Espírito Santo foi denunciado à Organização das Nações Unidas por estar em condições de desrespeito em desconformidade com as regras básicas para a manutenção das prisões. Sendo pior que outros estados na estrutura e ambiente, foram obrigados a efetuarem intervenções diretas e modificar todo o seu esquema de operações,

conforme a policial penal Rosa e Jonny (2022), foram detidas pessoas em contêineres como estrutura de encarceramento.

Podemos notar que 60% dos entrevistados não possuem o estágio de ambientação. A situação é agravante, sem a ambientação, a sua inserção na prisão acaba sendo turva. A prisão deixa de ser apenas um campo de ideias e se torna efetiva para o policial penal, portanto, é necessário estar atento à sua inserção.

No meu primeiro plantão em Bangu IV, lá mandaram eu e mais dois amigos, um era guarda municipal junto comigo, o outro não sei nem o que aquele cara fazia. Ah, vocês três vão lá e abre aquelas três ultimas celas lá, abre o pátio para o pessoal ir pro banho de sol, fui lá abria a cela, os caras saindo, aquela bandidagem, aquele fedor de azedo saindo e o colega abriu a outra cela e o outro colega à outra e quando ele foi abrir os caras começaram a bater pé, porra, maluco tentou correr eu agarrei ele, calma cara. No outro plantão ele não foi mais, aí à gente foi, e aquele plantão ali a gente ficava só o expediente, não ficava a noite na cadeia, aí quando acabou o expediente ele, pô foi brabo hoje, fica tranquilo, não tranquilo o que cara, nunca mais vi o cara, e o outro continua lá até hoje (FREITAS, 2022. 15 anos de serviço).

A fala do policial mostra claramente o primeiro dia de trabalho, segue a lógica do processo de pressão que está ocorrendo e que manifesta diversos sentimentos e ações a respeito do psicológico dos policiais que estavam ali. A análise da fala do policial penal Jardim (2022) revela que é preciso ter consciência da profissão, do local onde atuará, e para isso o policial precisa ter a certeza de que realmente quer estar ali, gostar do que faz. Essa fala demonstra que o desejo precisa estar acima da competência de ser policial penal. Se você quer estar ali, precisa ter muito desejo. Em geral, o que motiva a dedicação à ocupação é o salário e a estabilidade empregatícia, não a satisfação pelo trabalho que desempenha. Essa realidade passou a combinar violência, pressão e trabalho na cadeia, tornando-se um lugar que não é para todos. Como é demonstrado pela narrativa de todos os entrevistados. Podemos observar outra fala sobre o primeiro dia de trabalho:

Meu primeiro dia lá tem vários amigos que trabalhavam lá, aí sabia como funciona mais ou menos, mas a verdade em si não, meu primeiro dia quando me apresentei lá, teve uma briga no pátio, era banho de sol, nos apresentamos. Estava lá conhecendo alguns setores e o diretor ia começar a dividir pessoal, os coordenadores, cada um vai para sua equipe, plantão, essas coisas todas, e a gente estava subindo a muralha para conhecer as guaritas com o pessoal do (GIR) que é o grupo de intervenção rápida (GIR). Quando a gente subiu pra laje pra ver o banho de sol, como era saiu uma briga no pátio, feia mesmo dos presos lá o GIR teve que entrar no pátio, aí foi àquela coisa, tiro pra caramba, bomba e os presos machucados e assim, dá aquele impacto. Porra, isso aqui não é pra mim não e no outro dia de plantão a minha equipe que foi quinze apareceu cinco, não apareceu mais ninguém, foram embora, ficou com medo. Os presos quando viram a gente de camisinha branca começou a ameaçar a gente, ah, vou cortar a cabeça de vocês, vou fazer isso com vocês, isso é covardia que estão fazendo com a gente, covardia, aí começaram a bater nas grades. Imagina Maracanã lotado, jogo do Flamengo, todo mundo pulando, vibrando, aquela coisa toda, é assim que funciona a cadeia, ninguém quer entrar no pavilhão, ninguém quer então esse dia foi o catiço, foi um momento de tensão mesmo, mas depois tu vai vendo que teu serviço é aquilo então vai passando. Então foi tenso, a galera

não voltou, falou que aquilo ali não era a vida dele, então assim tem hora que é muito tenso (Jardim, 2022. 8 anos de serviço).

A realidade do ofício é inflexível em todos os momentos, seja para os novos (mais modernos) ou antigos profissionais (velha guarda). Os antigos funcionários passaram por diversas situações e, por isso, têm mais clareza por terem contato com essa realidade há mais tempo e terem criado técnicas para lidar com as dificuldades do dia a dia. Podemos pensar que estar mais tempo lhes dá uma adaptação ao ambiente, como eles mesmos dizem “criam uma casca”.

Moreira quando cita Crawley, que aponta o conceito de enculturação como as socializações das culturas e subculturas, os indivíduos têm que aprender as maneiras formais e informais dos locais em que estão inseridos. O rito de iniciação passa a fazer parte desse processo de aprendizagem (Moreira, 2018, p.86):

Entrar no pátio passa pela constatação de que existem outras pessoas na mesma situação e conseguem executar o trabalho. Esta percepção de que existe uma condição simbólica que possibilita a atuação dos agentes, a presença nesse contexto mesmo diante de uma relação numérica desproporcional entre presos e agentes e de condições tão insalubres, funciona por vezes como um dos gatilhos para o enfrentamento da situação, especialmente quando há uma necessidade ou desejo de manter o emprego, mesmo que a princípio desconheçam as condições relacionais que possibilitam isso (Monteiro, 2018, p. 82).

A entrada no presídio se transforma em um rito de passagem e, conseqüentemente, define o momento de escolha. Dessa forma, define quem quer permanecer na profissão e quem não, um momento divisor,

Então a primeira vez que eu entrei dá aquele pavor, você vai entrando e as portas vão batendo, você passa de um corredor pro outro, de uma galeria pra outra e portas vão batendo. Então dá aquela sensação de prisão mesmo, também tive essa sensação na unidade masculina, de ver o ser humano ali, a gente tem que policiar muito bem como a gente vai falar, como se fosse bicho, porque tá enjaulado, em jaulas, então você se assusta com aquilo ali, de repente você tem vários seres humanos, entre aspas, submissos a você, então num primeiro momento assusta (Rosa, 2022. 11 anos no sistema).

Na primeira semana que entrei no sistema você não tem função no sistema, você trabalha no expediente, fica só no expediente, observando como funciona a engrenagem, fecha a cortina, fecha a cela, aí trabalhei, segunda, terça, quarta e aí na quinta-feira faltaram uns cinco colegas. Aí o inspetor falou, ô rapaziada, eu não queria dar a chave na mão de vocês não, mas vou ter que dar aí a gente todo empolgado, né, aí a gente não, a gente tá aqui pra isso mesmo, semana que vem vamos ter que pegar na chave mesmo.

Aí o que acontece só que se pegou a comida daqui, dessa primeira ala, pegou-se da segunda ala, da terceira ala, quando estava na quarta ala, a cortina aqui no meio, tem uma porta aqui, um preso, praticamente última, penúltima cela, os presos que estavam à mulher estava aqui, esses que estavam no canto andavam um pouco mais, esticavam mais as pernas. Aí eles passaram aqui pelo bandejão, não era bandejão, era panelão mesmo, aí um preso, eu estou aqui na cortina da primeira ala, um preso saiu dessa cela, penúltima, veio, os outros iam pegando a comida e voltando pra cela deles, aqui essa cela aqui, era uma cela de bixa, de viado mesmo, aí esse preso,

um preso que saiu ficou ali conversando com a viadada, e eu estou aqui fora, aí, só que, os outros pegaram comida e menos ele, aí tá um colega lá com o cadeado na mão, a cela, a porta é grade pra cima e em baixo é uma chapa de ferro, então o sinal é bater com o cadeado na porta pra chamar o preso, e o preso nem com ele, tão nem aí, na hora do almoço.

Eu estava ali e não sabia nem como falar, eu falei caralho e lá, no fundo, estava um colega mais antigo que, já acostumado com o sistema, aí estava batendo e vagabundo nem, na hora do almoço não falei nada. O colega que tem que tomar uma atitude e não eu estou ali num estado experimental, sem saber como falar com o preso.

Quando foi na janta, como a gente trabalhava por expediente, acabava a janta, a gente ia embora, aí na janta o mesmo vagabundo fez o mesmo procedimento, parou ali na porta, eu estava doido pra ir embora e o malandro faz a mesma coisa malandro ficou ali de caô com a viadada e o colega tá lá, pá, pá, pá, nem com ele. Falei assim para o malandro, o interno, não tá escutando o funcionário te chamar? Ele sem virar fala assim, não estou entendendo, aí segunda vez eu fui mais rígido, se dirija pra sua cela, e pouca coisa que aprendi em quatro dias de cadeia, aí o vagabundo mandou essa, sem olhar pra mim, de lá, ih aí entrou hoje e já quer contar marra, de lado, ele olhou pra cela dos viados e aí, ele falando com os viados, ele já quer contar marra, usava óculos grosso, todo cara que tem cara de idiota (OMAR, 2022. 27 anos no sistema).

O primeiro dia aumenta as emoções, como mostra Rosa, policial penal, que fala sobre o cuidado, o medo e o local que ela definia como jaula, onde se via assustada. O policial penal Omar explica que, apesar do tempo de serviço, o primeiro dia de trabalho ou os primeiros são extremamente relevantes para o recém-chegado, sua permanência será avaliada e aprovada pelo processo seletivo e também pelos testes não convencionais das prisões.

A entrada é definida de duas maneiras são dois testes dos presos e o processo legal de avaliação: dispositivo avaliativo e, segundo Coelho (2005), os policiais são vigiados constantemente pelos presos, diariamente, e mais bem vigiados porque a quantidade de presos é maior que a dos policiais. Os reclusos usam a inexperiência do trabalhador novato para, dessa forma, obter vantagens. A intimidação é um recurso largamente utilizado pelos presos para testar o guarda novato, particularmente nos presídios, o primeiro serviço na galeria, tendendo aos presos nas celas coletivas, pode causar forte impressão no iniciante (Coelho, 2005. p. 100).

No processo de aprendizagem o policial penal pode observar que sua atuação está exposta, ao passarem por momentos de constrangimento, coação e pressão. Sem um olhar mais profundo das necessidades da função, sejam motoras, psicológicas, de como as tarefas serão executadas, das formas de condução e tratamento organizacional, esse primeiro momento não teria tanto impacto para o policial penal em continuar na profissão.

O conhecimento desse tipo de situação impediria que muitos funcionários do cárcere abandonassem, evitaria esses conflitos com a realidade da prisão. As prisões são conhecidas por poucos, quem esteve lá, muitas vezes, não gosta de conversar sobre o assunto, e ainda mais pelo olhar negativo que se instalou sobre esse local e as pessoas ali. Vejamos o exemplo da polícia penal que fez o concurso em São Paulo:

Naquela época a internet não era como é hoje e as pessoas compravam jornalzinho do concurso, aí o rapaz que trabalhava na bilheteria falou, olha

que concurso bom aqui, agente penitenciário, e eu falei, olha o salário bom, vamos fazer, conclusão, todo mundo que trabalhava comigo lá fez, só eu passei, aquela coisa que tem que ser, todo mundo faz e só você que passa só que eu não tinha noção do que era aquilo lá (LADY, 2023. 14 anos no sistema).

Ela relata que não leu o edital e pensou ser uma função de carcereiro de polícia civil. O que se pode ver é que a escolha que teve foi a de quase todos os entrevistados ser polícia penal, estava condicionada a segurança financeira e a estabilidade no posto público.

Escolher a função, habituar-se ou aprofundá-la coincide com se tornar policial penal, externando a afirmação do policial penal de que precisa gostar da função, precisa estar no sangue, momento em que com firmeza ele me aponta as veias do braço. No entanto, nem todos os trabalhadores demonstram ser este o emprego ideal, que dê alegria, muitas vezes, a fala é de perigo, “Esse sentimento de desejo é o que me faz querer muito” fala do policial penal Jardim, e mostra o braço, é uma expressão de gana, vontade e, muitas vezes, de querer mais para poder estar nesse lugar.

A adaptação ao ambiente não é simples, requer tempo, neste caso, é necessário conhecer as técnicas de como a profissão funciona. O policial Zanata havia efetuado outras funções na área de segurança pública, ele observa que precisa criar suas estratégias, “você faz ali teu esquema de movimentação interna que você vai adquirindo com o tempo” (Zanata, 2022. 8 anos no sistema).

Os relatos apontam que a formação é, na maioria das vezes, realizada no cotidiano ou observando os mais experientes por que têm conhecimento das táticas do local e não estão aflitos pelo medo ou a incerteza do erro para atuar de forma a causar um conflito:

A experiência dos guardas mais antigos é fundamental nesse processo de aprendizagem. De fato, o novato raramente arrisca-se a decidir uma situação contando com seus próprios recursos. Nos primeiros tempos, o que ele mais faz é observar o comportamento dos mais experientes e neles se apoiar (Coelho, 2005. P 100–101).

É proposto que o aprendizado seja dividido em duas etapas. O início do primeiro estágio começa na escola de formação com a formação do policial penal. A segunda etapa de aprendizagem é a mais relevante para o progresso do funcionário do cárcere, pois ali observa o cotidiano, como os presos operam e os antigos executam o serviço, neste momento ele vai filtrar o que pode ou não ser realizado. A partir da prática da função, o policial poderá ter uma aproximação da realidade da cadeia.

Como podemos perceber o dia da cadeia não pode ser considerado uma realidade formal, ele ocorre ao longo do seu desenvolvimento, junto ao mapa das rotinas comuns, como banho de sol, visitas, dentre outros elementos que seguem a normalidade. Os policiais têm essas rotinas a serem cumpridas, mas não sabem se elas serão realizadas à vera.

Mas lá não tem um dia atrás do outro, não cara, não tem rotina! O plantão pode começar brabo e terminar bom e começar bom e terminar brabo, entendeu. Lá você não pode chegar e falar assim, hoje será desse jeito, não vai, não adianta que não vai. Não tem, não tem o cotidiano ali, não é nada, você não pode chegar e prever nada, igual ao que falo, é igual àquela Band News, a rádio, a cada 15 minutos tudo pode mudar, e a cadeia é assim. Tu tem que ter talento, aí com o tempo que tu vai passando ali dentro, tu vai criando uma casca pra você saber lidar com preso, você olha para o preso e pensa, o preso tá doido pra arrumar um problema comigo. Mas ele não vai arrumar não, porque se tu arrumar um problema com preso, tu vai trabalhar dobrado, tu vai meter a porrada nele, tu vai ter que dar parte, tem que levar ele pro isolamento, vai ter que trancar ele lá e isso tudo vai ocupar teu tempo (FREITAS, 2022. 15 anos no sistema).

O policial relata não haver uma rotina na função, logo, não ter acesso às apropriações de rotinas internas tem como consequência a não garantia das condições de trabalho adequadas. No entanto, o policial questiona, e, tacitamente, ele entende que deve elaborar os seus próprios esquemas de orientação para o trabalho, ajudando a organizar cada momento da sua jornada, mesmo sem uma prática definida.

No entanto, se o funcionário tem dificuldades para seguir a rotina, se os fatos podem mudar a qualquer momento, notamos que o regimento continua, mas a profissão foge da lógica das profissões, com controle de jornada de trabalho assegurado. A ideia é que toda profissão tem um ritual em seu regimento que deve ser cumprido e as demandas podem variar em qualquer momento, a prisão costuma ter esse excesso de mudanças e, por isso, é tão difícil.

O policial penal argumenta, de fato, que a situação cotidiana “não está no manual, você vai aprender na hora o manual de formação, o cara joga uma porrada de Xerox na sua mão, vai lá novinho, no começo é assim, se vira lá, é doido isso” (Zanata, 2022, 8 anos no sistema). Ao compararmos o tempo de serviço de cada policial penal, percebemos que, para os antigos e novos, essas condições são as mesmas.

Vale pontuar que a existência de uma rotina não garante que a pessoa possa trabalhar tranquilamente. É preciso ter outros elementos para fazer a função operar bem.

2.2. Novas tecnologias surgiram para a manutenção do campo prisional

A falta de funcionários do sistema carcerário é uma questão recorrente, não somente no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil. Sempre há poucos trabalhadores, o que não é suficiente para dar conta do serviço eficientemente. Esses problemas, relatados pelos próprios policiais penais entrevistados, são fatores que podem causar adversidades e dificultar o bom funcionamento dos presídios, como explica Da Silva, com ironia:

Você acredita que tem guarda, policial penal até lá em Marte junto com marciano? Mas não tá na cadeia, tem quase tudo quanto é lugar, só não tá na cadeia (DA SILVA, 2022. 27 anos no sistema).

A superlotação e a pouca mão de obra são demonstradas em diversos estudos, como Thompson (2002), Lemgruber (2010), Foucault (1999), Dahmer (2006) e, sobretudo, no Infopen (2017). Como os funcionários do cárcere operam para manter o controle dos presos? A fala do policial penal, por si só, levanta a questão de como é possível manter dois mil presos custodiados com apenas três agentes, sem nenhum incidente.

Apesar das dúvidas em relação à rotina, surgem algumas dificuldades no trabalho e não se tem um método de controle eficaz para conter esses presos. Diante desses problemas, os policiais que possuem mais tempo de casa afirmam usarem de violência, que, segundo eles, é a única ferramenta capaz de manter o controle e a ordem. A superlotação, que atinge cerca de 1 milhão de presos hoje, é um problema que perdura ao longo do tempo.

É historicamente perceptível a necessidade de se criar técnicas para controlar e, de certa forma, diminuir os conflitos frequentes nos anos 90 e metade dos anos 2000. Os policiais penais contam com novas técnicas que favoreceram o trabalho, apesar de o processo de contratação ser menor que o surgimento metodológico de trabalho. Sendo assim, uma das primeiras diretrizes racionais para diminuir o conflito no estado do Rio de Janeiro foi separar os grupos rivais e concentrar, em cada presídio, aqueles que pertencem à mesma facção.

Para as cadeias do Rio de Janeiro, acharam interessante colocar os presos por facções devido a uma herança muito ruim de não se discutir o sistema prisional.

O Estado não tem condições de cumprir a constituição que diz preservar a integridade física e mental do preso, acharam melhor, lá atrás, colocar por facção, para a possibilidade de preservar a vida dos homens que desta forma seria muito melhor que colocarem eles misturados, viveríamos num conflito constante no sistema penal (DA Silva, 2021. 27 anos no sistema).

O método de separação das facções, afastando-os da proximidade de seus territórios dominados, não objetivava apenas amenizar os conflitos entre facções rivais nas prisões, mas também para mitigar outra realidade das fugas de presos em presídios próximos ao seu território. Por um bom tempo, deu certo e, até hoje, mantém este formato. O policial penal Oliveira (2022) relata como essas mudanças táticas foram importantes para a organização, para a gestão e para a redução de eventos ocorridos nos presídios:

Com organização, estratégia, a gente usar a geografia, muitas vezes o governo usa o local como segurança, vou te dar um exemplo, não vou saber precisar o ano, mas nos anos 2000, primeira década do ano 2000 nós tínhamos o complexo do Frei Caneca, tínhamos unidades. Tinha uma das unidades, a Milton Dias Moreira, ela tinha uma população carcerária igual à facção criminosa, eles se autodenominavam, era a mesma que trabalhava no morro do Zinco

que ficava atrás no Complexo do São Carlos, e eles promoveram uma fuga, presos saíram, ganharam o muro com a proteção de que estava lá fora que era aliado, então o governo tirou preso do Bangu IV que era de uma facção criminosa diversa tirou de lá e trouxe pra cá (Oliveira, 2022. 25 anos no sistema).

Com as técnicas, os métodos, o controle e as mudanças nas prisões, aproveitando a geografia para além dos novos parâmetros, a diminuição do conflito precisava se sobrepor às realidades que existiam. Novos métodos e técnicas surgem para administrar e conter os conflitos que, anteriormente, eram controlados por policiais que estavam nos locais. Esses conflitos, em sua grande maioria, eram violentos e quase sempre provocavam mortes ao longo dos anos, o que levou ao surgimento de novos recursos de contenção e de manutenção da ordem:

Hoje no Rio de Janeiro, de uns 30 anos para cá, com a criação do SOE, que até então era serviço de operações externas e a partir da profissionalização, em dois mil e pouco, depois dessa formação específica, aí passou a chamar-se serviço de operações especiais. Na verdade, o SOE ele engloba, o (SOE) é Serviço de Operações Especiais a partir do curso que eles fizeram e dentro do (SOE) tem o (GIT), e tem o (GSE). GIT é o Grupo de Intervenção Tática é o (GSE) é Grupo de Serviço de Escolta, os dois pertencem ao SOE, só que atribuições diferentes (Oliveira, 2022. 25 anos no sistema).

GIT, então foi criado o GIT porque até então a gente trabalhava muito no improvisado. Por exemplo, quando tocava o alarme, qualquer conflito que tivesse você aciona o alarme que aquela unidade está em conflito, todos os agentes públicos da segurança que estivessem próximos que ouvissem iam de socorro com aquela unidade. A partir da criação do grupo de intervenção tática a coisa meio que se profissionalizou, porque eles treinam diariamente para situações desse tipo, então houve uma situação de conflito, toca o alarme, o máximo que a gente faz é cercar o perímetro e o grupo de intervenção vem para trazer a normalidade de volta, então são homens especializados com equipamentos e com uma padronização de procedimentos (OLIVEIRA, 2022, 25 anos no sistema).

Ao longo do tempo, a profissionalização, a criação de técnicas e regras táticas para controle foi estabelecida. Anteriormente, as táticas eram baseadas em improvisado. Isso é considerado um grande avanço para os policiais penais, já que o grupo tático teve um impacto significativo no comportamento e nas ações do presídio, tornando-se uma ferramenta de controle eficaz.

O policial com dois metros de altura ou aquele com um metro e meio tem a mesma força porque é burrice minha tentar uma luta corporal com eles, eu já entrei em unidades com mil presos e eu sozinho, aí eu vou entrar em luta corporal com eles? Impossível, então aquilo que eu disse, é a postura, é a conduta, é tentar sempre ser justo e honesto, é difícil, mas a gente tenta o tempo todo isso (OLIVEIRA, 2022. 25 anos no sistema).

As novas ferramentas são relevantes para o trabalho, mas o que se pode notar é um hiato entre essas demandas. Os policiais penais dos grupos táticos estão

preparados com habilidades táticas e com armas não letais para manter o controle. O que se conclui é que, ao usar este grupo, houve provavelmente a perda do controle dos detentos total ou parcial, por parte dos policiais de plantão.

Como a relação do trabalho funcionará diante dessa questão apresentada? Como controlar⁴⁵ um suposto conflito antes da entrada do Grupo de Intervenção Tática GIT? Como se estabelece o gerenciamento e o controle da ordem nesses casos? No geral, o conflito costuma ser resolvido antes da chegada das forças de controle, uma vez que o manual indica essas condições na sessão que trata dos princípios éticos.

04 Respeitar os direitos humanos, a segurança, a vida, a integridade física e moral;

05 Resguardar a visibilidade moral como forte argumento de sua responsabilidade;

06 Ter uma dimensão pedagógica no agir, inserindo-a com primazia no rol de suas atividades;

07 Manter atitudes coerentes e moralmente retas no ambiente profissional, não permitindo atitudes perversas (DEPEN, [s/d]. P 5).

Ajustar o comportamento aos princípios éticos do trabalho, impedir problemas através da ética e moral existentes nas regras do manual, examinando todas as circunstâncias, o policial lida com algumas ordens signatárias. Podemos observar métodos, disposições técnicas e de conduta, com esse cenário, analisando as múltiplas condições para o trabalho, nota-se que há tarefas que vão além das mencionadas, que vão sendo adquiridas com o trabalho no dia a dia ao longo dos anos.

A dupla ou tripla tarefa acrescenta movimentos que sejam voluntários e involuntários necessários para desempenhar a função, esses movimentos criam no agente as percepções para além das posições indispensáveis ao cotidiano com os presos. Seus sentidos e percepções ficam muito aguçados nas cadeias, eles desenvolvem uma visão e audição apurada na rotina da função de guarda.

No entanto, essa produção de diversos conteúdos pedagógicos voltados à manutenção da prisão se traduz no trabalho num local que também está à margem (Siqueira, 2020. P 34).

Outro fator relevante é o número de prisioneiros. É importante salientar que, na função, deveria haver, no máximo, cinco reclusos sob a sua responsabilidade segundo dados do INFOPEN (2016), mas não é isso que acontece. No Rio de Janeiro, há uma diferença significativa, uma vez que, para cada policial penal, chega a cerca de 9,2 o número de presos, quase o dobro do número determinado. O policial penal Oliveira

⁴⁵ Para haver controle social, são necessários elementos materiais e simbólicos de coação/repressão/influência que atuem sobre as pessoas para inibir e reprimir qualquer ação social contrária às regras.

relata ser difícil lidar com a quantidade de presos e por isso é necessário usar outros métodos que sejam eficazes:

A grande questão é a postura, a conduta, a voz de comando, eu tive um chefe antigo, já tá aposentado que ele falava pra mim, o segredo para tua profissão dar certo está em duas palavras, justiça e honestidade. Se você for justo e honesto você já tem 90% da tua profissão, então quando você é justo e honesto você entra e você sai e nada te acontece (Oliveira, 2022. 25 anos no sistema).

A relação entre trabalho, estratégia e comportamento, sejam elas da moralidade que significa regras gestoras ou as regras simbólicas, devem ser cumpridas para não haver a perda do controle, evitando conflito, estando atento às diversas alterações e, às vezes, evitando a burocracia que torna o serviço complexo e exaustivo. De este modo saber se colocar na carceragem é essencial ao serviço, à fala precisa serem controladas, essas regras requerem uma condição, como Max Weber analisa sobre as ações racionais em relação a fins. O ato de falar deve ter uma finalidade, alcançar um objetivo que é a ordem e o controle das prisões.

Eu tiro tudo, que se foda, não quero saber, essa porra desse ouro não era pra tá aqui dentro, esse dinheiro era pra tá aqui dentro? Ele é banco? Aí ele veio falar comigo cadê o dinheiro, que dinheiro, tem dinheiro não vagabundo, é advogado, tá na OAB? Vai se fuder, eu hein, vagabundo tá me confundindo com ele aqui, fala aí, é outra coisa, eu nem sabia que tu era x9, tá me caguetando, rapaz, tu tá me delatando, tu é um criminoso caguete, tu é vacilão rapa, CV vai arrancar tua cabeça porque tu é vacilão, era um neguinho. Pretinho ficou igual Michael Jackson virou até meu fã. Ele olhou assim, fala comigo não rapa, tu é x9, só falo com bandido, com vagabundo não falo não, cortei logo o barato, usei logo o outro psicológico, como tu saiu compadre, no meio daquele caô todo, tudo pelas águas, bandido aqui é a gente, porque a gente tá com roupa de polícia e morando em favela, a mente mais pica de todas é a nossa, tu vai deixar esses caras passar por cima, não sabe nem ler cara, demônio aí não sabe nada rapa, isso é um passa fome e o cara que é malandro se enquadra rapa, ele vem com caô e sai do choque, sabe porquê? Ele lida com o dinheiro e com a facção, então ele sabe, isso é pela saco, tu tem que aprender a ser mais bandido que eles aqui. Eles são bons de lábia, vão e coloca um contra o outro, fala mal do polícia pra colocar um contra o outro porque eles têm essa mania, aí invento logo aí vagabundo, tu é polícia? Tá infiltrado? Ele fala, qual é? Qual é o caralho, tá falando mal de polícia, se não é polícia é o outro, porque um dá volta no outro, tá falando mal, tu é polícia? Vagabundo não fala mais do outro. Aí quando se vê entre eles, aí tu é o maior filha da puta, viu como ele age com a gente (Da Silva, 2022. 27 anos de sistema).

A fala é agressiva em favor de si e da classe, impondo, através da oralidade, o fator violência, que se revela para manter o controle da prisão e estabelecer uma ordem diante dos acontecimentos diários. É importante manter uma fala marcada pela força, levando a um confronto simbólico onde a oralidade estabelece uma ordem também simbólica. Em situações adversas, é melhor usar conversas e diálogos mais

brandos, mas é importante ter clareza sobre quando voltar a usar discursos com mais imposição.

O policial penal Freitas (2022) relata que a burocracia prejudica o dia de trabalho, deixando a sua posição descoberta⁴⁶ no plantão, tornando o dia de lida difícil para todos:

Tu vai criando uma casca para você saber lidar com preso, você olha para o preso e pensa que o preso tá doido para arrumar um problema comigo, mas ele não vai arrumar não. Porque se você arrumar um problema com o preso, tu trabalha dobrado, tu mete a porrada nele, tu vai ter que dar parte, vai ter que levar ele pro isolamento, tem que trancar ele lá e isso tudo vai ocupar teu tempo. E uma coisa que eu trabalhava dessa forma, eu não quero me ocupar com esses vagabundos não, faço só o mínimo, se tiver (B.O) mantenho ele aqui e acabou (Freitas, 2022, 15 anos de sistema).

Além disso, as dificuldades nas penitenciárias também estão ligadas às respostas tardias da burocracia, como a carência da área e o reduzido número de funcionários do setor de operações. Os policiais penais Freitas e Gama não escondem que não gostam da burocracia e não as usam diante das dificuldades do dia a dia. Para ele, a burocracia causa atraso no serviço e por isso a preferência é por evitá-las.

A burocracia causa problemas indesejados no plantão para além dos existentes, pois a turma diminui devido ao tempo de espera ao tentar finalizar seus procedimentos legais, o que deixará o trabalho com um funcionário a menos. Enquanto isso, outros funcionários preferem usar outros recursos que levem ao fim do conflito ou qualquer outra demanda.

Além de objetivos e ordens, a burocracia é um fator que precisa ser analisado para manter o controle. É a falta de recursos para qualificação dos policiais penais. Esse é um desses coeficientes que se somam a outras situações. Os policiais penais que trabalham diretamente com os detentos, que não projetam estar ou compõem os grupos táticos, não recebem nenhum curso de formação desde a sua entrada. Seja o policial penal com menos tempo de casa ou o mais experiente, relatam essa situação.

A gente tem aquele curso de profissionalização no momento que o indivíduo ingressa, aí depois ele vai para unidades prisionais e aí depende da vontade dele continuar estudando, continuar aprendendo porque não existe no estado do RJ um programa de reciclagem. Existem alguns cursos, por exemplo, um curso sobre classificação de preso, sobre documentos liberatórios, sobre sindicância, mas a atividade fim, um curso específico pra atividade fim não, é só quando a gente ingressa. A reciclagem é feita no dia a dia entre mim e você, por exemplo, você tem um pouco mais experiência que eu, tô chegando, aí a unidade onde estou chegando você já está há um tempo, ela tem a sua especificidade, aí você passa para mim que aquela unidade exige e aliado com que eu já trago de outra unidade. Eu pessoalmente, quando

⁴⁶ Diante da grande quantidade de pessoas presas no Rio de Janeiro, em 2016 mais de 50 mil, segundo o último censo prisional, a taxa de ocupação era de 176,6% com um total de 28.443 vagas em 2018. Ainda no mesmo ano, cerca de 40,1% dos presos provisórios estavam presos sem condenação judicial (SIQUEIRA, 2020. P 43).

chego em uma unidade qualquer dúvida que tenho eu pergunto para um colega como é aqui, na unidade de onde eu venho é assim, como é? Mas não há nenhum programa que deveria ter periodicamente pra reciclar e padronizar (OLIVEIRA, 2022. 25 anos no sistema).

O discurso do policial que retrata o surgimento de uma casca como um exemplo do aprendizado adquirido com o tempo para manter a ordem. Sendo uma armadura que se forma com os conhecimentos obtidos ao longo da vida nas carceragens, tanto pelos conhecimentos que refletem o controle quanto pela coerção ou mesmo por técnicas de controle através da gestão de conflitos sem violência.

Essa situação é o que Goffman (2011) chama de “fachada”, levando esse conceito no limite de sua sistematização. Os policiais penais organizam-se de forma muito genérica e tentam lidar com os presos, criando o que o autor chama de “linha”:

É a sustentação de um comportamento-padrão, é uma tarefa que exige esforços de atos verbais e não verbais com os quais se possa expressar opinião sobre dada situação, é aquilo que conduz um comportamento ou uma relação, regras, ritos, normas, contexto (Goffman, 2011. P 13).

Goffman (2011) sustenta que as condições de proteção são procedimentos para proteger, um “ritual de evitação”, ou seja, evitar contatos para a preservação da fachada⁴⁷ e criar toda uma condição protetiva para a fachada do outro é um conjunto de estratégias de “fachada protetiva”, para proteger a fachada dos outros, bem como “fachada defensiva”, para salvar sua própria fachada.

O modo como cada funcionário penal cumpre as etapas e rituais de controle, protege a si e os outros, mesmo diante das burocracias e diante dos conflitos, acabam desenvolvendo e construindo outros métodos para conduzir as atividades no cárcere. A burocracia limita os policiais penais ao emprego do diálogo ou à pressão constante em detrimento do discurso.

O diálogo, por si só, e como ele se estabelece, é parte do processo organizacional da função. Muitos trabalhadores penitenciários descrevem que a fala representa o estado de controle que acaba sendo um apoio para evitar conflitos. A oralidade é expressa através do discurso, logo, é um elemento subjetivo que regula de certa forma, a ordem. Ela é quem operacionaliza as condutas⁴⁸. O discurso impõe uma hierarquia que pode organizar as situações de manutenção e controle.

⁴⁷ A oralidade é o que produz a identidade. O policial penal será julgado pelo seu modo de agir. A cada momento, a sua fala, os seus argumentos e a sua postura irão construir a sua identidade. Se você for um policial e sempre estiver com a fala negativa, com a cara fechada, a fala pesada e rebuscada, será um policial que será marcado pelo discurso de negação. Dessa forma, você será tido como alguém que não quer ajudar ou não presta auxílio na prisão.

Há duas opções: saber e ter dúvidas sobre os acordos, tornando as coisas mais complexas, mas o policial penal precisa antevê-las e criar formas para evitar desacordos.

⁴⁸ Solicitações encobertas, tom de voz, aprender como saber se está falando a verdade, entender que na prisão existe uma outra lógica de se relacionar e aprender como se comunicar, que é preciso responder, mas é preciso dar um tempo, analisar a situação e, mesmo diante de tantas meias-verdades, após dias e dias, anos e anos, manter a disponibilidade de ouvir. E, entre os agentes, ora aqueles com

[...] diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de suportar lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades” (Foucault, 1996. P 8).

O discurso mostra força e se transforma em poder, podendo ser usado para a defesa ou para o ataque. O uso da linguagem deve ser controlado, essas regras requerem uma condição, as ações racionais em relação a fins segundo Max Weber. Então, a ação de falar⁴⁹ deve ter uma finalidade, a de manter a ordem e o controle das prisões. Essas dinâmicas são instituídas da mesma forma, tendo como diferença o movimento de acontecimentos e cada um projetando todo um modelo definidor estabelecido pelo policial penal que precisa garantir a solidez nos presídios:

E é uma linguagem franca, franco sou honesto, eu falo para o preso, eu não te prendi, eu não te condenei, eu não testemunhei contra você. Simplesmente eu tô aqui sendo pago para mantê-lo aqui, pra impedir a fuga, então eu tenho que cumprir esse papel e, a gente joga muito com aquela forma de vamos tentar uma empatia (OLIVEIRA, 2022. 25 anos no sistema).

O policial penal não tem outro subterfúgio nas prisões para lidar com uma ação inicial de conflito a não ser a fala. Eles não usam qualquer tipo de arma, esses trabalhadores, os quais são considerados de chão de carceragem, diferem de outros grupos que trabalham no cárcere que possuem armas não letais. Eles podem ter a tonfa, um cassetete que preferem não ter em mãos nas carceragens e no ambiente de circulação dos presos, pois elas representam uma ação negativa e em conflitos podem ser usadas contra eles:

O que acontece, eu entro em uma unidade prisional, utilizo uma tonfa do lado e um molho de chaves, eles não entram, detalhe, eu estou falando institucionalmente, você tem que ter um armamento de menor potencial. A tonfa é a chave que usa pra abrir as galerias, mas na maioria das vezes trabalha sem (tonfa) a gente entra, só com a lábria pra desenrolar o bagulho entendeu (ALMEIDA, 2022. 8 anos no sistema).

desejo de resolver tudo, ora muita negação, sinais muitas vezes sutis, que só quem compartilha no momento da ação é capaz de reconhecer e apoiar (MOREIRA, 2018. P 155).

⁴⁹ Todos os entrevistados afirmaram que a utilização da fala como método de organização é relevante para a organização do ambiente prisional.

Assim, a conversação, o diálogo, é o elemento principal no controle para os policiais penais. A fala se torna uma ferramenta pedagógica de controle da população carcerária:

É o que eu falo, o que a gente tem é gogó mesmo, ali na lei, procedimento interno que são os direitos do preso e os deveres dele só (Jardim, 8 anos de profissão).

A palavra é a melhor arma, é aquele negócio, trato com preso, a gente costuma conversar com as pessoas aqui fora de uma forma e em uma unidade prisional tem que ser da mesma forma também. A palavra do homem tem que valer então isso no dia a dia dele e no nosso dia a dia também. Então aquele negócio, você não promete o que você não pode cumprir, porque se você, em contrapartida, se ele prometeu alguma coisa e não cumprir, na maioria das vezes você não pode cobrar ele porque ele é preso, pô, entendeu. Então, eu lembro tipo, eu faço uma galeria, então me arruma um papel higiênico, me arruma uma pasta de dente, aí falo para ele, depois eu vejo, se eu passar lá daqui a uma semana ele me cobra, então falo pra ele daqui a pouquinho eu dou. Então tua palavra fica fraca, se você não fizer, se você não cumprir, e aí você tem que ter cuidado nessa parada aí, quanto mais você conseguir manter sua palavra em dia, mais credibilidade você vai ter. E aí chegam situações que vai querer praticar a subversão lá de alguma forma, tu vai chegar lá com a palavra e resolve à parada, mas se não tiver credibilidade, a cadeia vira mole, a devido à comida, qualquer coisa (Almeida 2022. 8 anos no sistema).

Nesse processo, a dinâmica se desenvolve da seguinte maneira: há as falas primárias e secundárias, isto é, o diálogo inicial, conduzido pelo policial penal, que detém a primeira intervenção. Nessa interação, observa-se a manifestação da "pedagogia do controle" (por meio de instruções ou sugestões), na qual o policial está disposto a conceder ou retirar algo que seja necessário para o preso. A fala inicial aborda tanto o controle quanto a ordem, utilizando a sugestão como ferramenta, e dentro dessa mesma fala, em seguida, emerge a negociação que se transforma em um acordo dialogado.

Essas abordagens se manifestam de formas distintas, utilizando dois canais de apoio. O primeiro canal atua como um regulador de controle e é empregado para chamar a atenção (dar um papo), o segundo está associado à prática da ordem, que envolve a restrição e redução dos direitos, vinculando-se à coerção e à violência (chamar na sugesta).

A segunda fala é atribuída ao detento, que se encontra numa posição defensiva diante do policial penal. Ambos utilizam a fala como meio de buscar benefícios. Essa interação busca seguir uma organização padronizada, sendo moderada no sentido de respeitar os símbolos estabelecidos pela pedagogia nos acordos formalizados, ou seja, nos contratos estabelecidos entre ambas as partes.

Naquele submundo deles, tem ordem ali, então quando a gente chega no horário de contar, de manhã e à noite, posição de confere, os presos de camisa, de cabeça baixa, mão para trás, a gente entra o preso e o policial penal ali dentro (Zanata, 2022,8 anos no sistema).

O diálogo e as normas bem explicitadas, lugar sem regra é bagunça, pelo menos eu sou de uma linha mais rústica, eu gosto de regras bem estabelecidas, bem rígida. Tem unidade que deixa o negócio mais à vontade, aí os caras deixam esse negócio, chega num ponto e aí chega para resolver deu ruim, eu não, já vou levando o negócio dali na risca porque aí consigo pontuar bem aonde vou resolver o negócio (ALMEIDA, 2022. 8 anos no sistema).

As práticas da fala representam a segurança diante do acordo que pode ou não ser cumprido. Isso ocorre quando os dois têm coerência nas suas ações um com o outro. Dessa forma, a fala dos policiais penais é o monitoramento para que não haja conflitos, evitando erro em prol da convivência, “O policial penal Oliveira falava que ele precisa organizar os presos e manter a ordem e a situação, se o preso dorme tranquilo, ele também dorme” (OLIVEIRA, 2020. 25 anos no sistema).

A fala não é vazia, se for violenta, isso significará uma cobrança e, conseqüentemente, a perda do diálogo entre as partes, o que possibilita um distanciamento. O diálogo entre o preso e o policial penal tende a ter uma representação no posicionamento da fala, ela pode ser aplicada de forma controlada e branda, tranquila, calma, serena ou moderada:

Responder às demandas do interno perpassa pela desconfiança da veracidade da solicitação, o que pressupõe aprender estratégias de verificação da necessidade ou, em outro extremo, exercer a negativa como resposta padrão; a verificação da possibilidade/impossibilidade de atendimento, quando há interesse em mediar à demanda; e o aprendizado de como responder (com que tom de voz e conteúdo), a fim de não criar falsas esperanças de resolução de algo — gerando um comprometimento muitas vezes impossível de cumprir, ou a tensão por uma resposta equivocada ou desrespeitosa (Moreira, 2018. P 159).

É possível notar a imposição da fala nesse diálogo narrado pelo policial penal Da Silva (2022).

Na minha visão, pelo que observei, demais, às vezes quando me deparo com um preso, eu vou para lá, pá pum, eu digo cala filho, quem falou para você falar pela facção, pelo que eu conheço a facção não é você, aí nisso que estou falando com ele aparece três, quatro, cinco presos, os caras ficam preocupados de dar um caô. Ai, rapaziada desculpa incomodar, que aqui na cela, não pode ser ele não, porque não é dotado de flexibilidade, aí vem geralmente vem um cara, quando vem um grupo em cima de um guarda ele vem porque fica preocupado porque tem hierarquia e ele é cobrado. E que um preso ali foi bastante rígido em se dirigir a mim, não é um cara inteligente, não sabe lidar com o ser humano, aí ele, aquele outro cara já deu a ordem para não ficar mais na porta, pra ficar mais lá para o fundo se não vai tomar coça entre eles mesmos, entendeu a malandragem de como são os caras (Da Silva, 2022, 27 anos no sistema).

Podemos observar a fala e o controle com recursos produzidos com a conversa e as ocorrências produzidas diante desse diálogo. Nessas circunstâncias,

observamos os dois tipos de discursos presentes na prisão, ao “dar um papo” e “chamar na sugestão”. A oralidade é uma das principais características dessa situação. As narrativas representam essa condição de controle diante dessas falas subjetivas, mas quem as recebe compreende sua condição direta de controle. A fala de Da Silva (2022) e do Almeida (2022) são de contextos diferentes e representam as duas metodologias de monitoramento:

Sempre causa, mas aquele negócio, o que acontece, quando a gente conversa olhando nos olhos pensando o isso eu posso fazer e isso eu não posso. É como pai, irmão, aquela palavra bem determinante que o cara fala, o cara tá dando me dando uma ideia, se eu fugir disso vou sofrer as consequências, e vai sofrer né, eu também da mesma forma que sou cobrado cobro deles, dessa forma (ALMEIDA, 2022. 8 anos no sistema).

As falas são exemplos de como se impor. Esses exemplos têm diferenças, mas sempre estão visando controlar o outro. A fala expressa toda uma cultura que organiza o comportamento, criando uma conduta para as partes dialogarem, mas uma das partes não consegue ouvir o processo. Veja como a violência se acomoda na fala, como as falas são direcionadas para uma punição para garantia da ordem:

Porra preso escuta o que eu estou falando, fica ligado, (*preso*) qual foi seu funcionário, porra se liga se não vou ti fuder (Freitas, 2022. 15 anos no sistema).

Apesar de o diálogo ser um instrumento de domínio e autoridade, a violência é perceptível. A fala tem, em sua capacidade hierárquica, domínio, autoridade e poder, e essas condições estão extremamente presentes:

Aprendia no dia a dia, na prática, aqui é assim, escreveu não leu o pau comeu, era sim senhor e mão para trás, se não colocasse mão para trás era tapa na cara (Omar, 2022. 37 anos no sistema).

A fala produz poder, e, para isso, precisa ter o controle e a força para dominar. Não pode ser vazia, mesmo sendo uma fala simples, o policial produzirá um comando. Se perder o controle, perde automaticamente a moral e é rechaçado, como mostra Freitas (2022) na sua fala sobre como manter um diálogo e a postura diante dos presos, assim como também nos presos diante deles:

Mão para trás, cabeça baixa, pedia licença, com todo respeito, aí falava o que ele queria funcionário eu tô precisando ir ao médico, tá bandido, qual teu nome aí? O que você está sentindo? Tô sentindo isso, aquilo. Tá bom bandido. Aí tu ia lá, chegava ao médico, tem um preso lá da cela tal e tá com isso, aquilo. Se o doutor tivesse condições de atender ele iria atender, caso contrário à gente pedia uma

emergência médica para ele, ia ser atendido no atendimento extramuros, no hospital.

O contato era curto e grosso, fulano de tal, sair para ir lá ao jurídico. Beltrano, lá na assistente social, então tu mandava a senha, tinha sempre um cara para pegar as senhas e levar lá pra dentro, e esses caras tinham que se apresentar ali, fazer o que eles estivessem necessitando na época. No caso, um atendimento na parte jurídica, psicólogo, assistente social, a enfermaria, então esses caras, mas a maioria das vezes era por senha, quando não tinha senha o cara abria a cela e falava fulano de tal, ciclano, sai atendimento, ou então não vou não, não quero não, então tá bom (Freitas, 15 anos no sistema).

A fala não pode ser vacilante, ter sentido de brincadeira, há muita jocosidade e sarcasmos na fala dos policiais penais, mas precisa ter controle e comando. Para manter a força, a fala precisa ser atendida, pois só assim o policial penal mantém a devida ordem.

Quando um novinho quer me encarar, falo “pô, cara não faz isso não, posso orar por você”? Faz isso não, sabe por que, tô muito tempo preso, quem tá preso aqui sou eu, a minha mente evoluiu muito pro crime. Se eu for lá à B-7 nos caras que são velhos, aquilo é problema, você tá me trazendo transtorno, lá tem a pena de morte, na sociedade, na civilização nós não tem, lá não tem o que se discutir, infligiu o pau comeu. Podem tirar tua vida, faz mais isso não, eu tô te pedindo, não me encara não, não é muito bom não, essa atmosfera é muito pesada, tem muita gente aqui que estão se segurando por vários princípios, um deles é familiar e o segundo presídio federal (Da Silva, 2022, 27 anos no sistema).

A representação da fala está ligada à força e à violência, a imposição da fala pode punir, de certa forma, mantendo os presos longe de conflitos entre eles e a classe dirigente:

Pô dava um caô danado, vai ser complicadíssimo, hoje não tá explodindo porque o presídio federal causa um efeito muito eficaz, e o preso não quer isso, ainda mais porque ele tem patente alta na facção. Por que há rebelião, as autoridades do estado quando se reúnem você acha que eles querem quem? Os cabeças, e justamente vai colocar eles aonde? No presídio federal (Da Silva, 2022, 27 anos no sistema).

A linguagem que permeia o inconsciente desses indivíduos é a mesma, que negocia por meio do medo. Ao analisar a fala do policial Zanata (2022), que pede a remoção para o presídio federal, vê-se que o pedido pode condicionar as perdas que vão além da liberdade, também perdem os espaços que controlam. Muitas dessas perdas são encontros familiares ou íntimos, o que é o medo do preso com o policial penal, ele pode apertar o botão e chamar os grupos táticos ou pedir a transferência

para os presídios federais que possuem Regime Disciplinar Diferenciado, o chamado RDD:

As rebeliões não só diminuíram e acabaram devido ao GIT, diminuiu porque quando tem algum problema você pega a liderança e você bota no meio de Catanduva.

Catanduva é um presídio federal, o preso não tem contato com a família, não tem encontro íntimo, aí você faz isso, você transfere o preso, entendeu isso aí é um modo de resolver até outros problemas no Rio (ZANATA, 2022. 8 anos no sistema).

A fala costuma ter finalidade dupla, o diálogo precisa ser estabelecido para manter o serviço e manter a paz entre os dois grupos. Isso produz uma pedagogia do controle, então saber se colocar diante do preso com a fala pode ter vantagens. Se não conseguir se expressar adequadamente, outras consequências podem surgir. O policial penal sempre usa a linguagem como instrumento de coerção e sua fala produzem desacordos, como os policiais penais dizem, ele se tornará um alvo, podendo ser refém quando houver uma rebelião. O diálogo deve ser “reto” (objetivo) nas negociações.

Perder a cadeia pode levar à condição de ser chacota. Dessa forma, a fala é conduzida por um processo racional de força e controle, que se transforma em comportamentos, sempre seguindo a cadeia. A habilidade de se comunicar adequadamente na prisão é uma das principais condições para manter a ordem e proteger-se de conflitos. Quem não considera o movimento de fala importante sofre consequências.

Os trabalhadores podem executar essas funções como forma de estabelecer empatia junto aos detentos e obter ganhos secundários nessa relação, tal como proteção física, caso venha a se tornar refém numa rebelião. Vale considerar que a organização de ganhos secundários, como foi proposta acima, pode produzir situações conflituosas caso o ASP se comprometa com as solicitações e esbarra em entraves institucionais para realizá-las. (Rumin, 2006, p.578).

Com o aumento dos detentos, os mecanismos de defesa surgiram, mas ficaram insuficientes para manter o controle do presídio. Para o policial penal é vital para si mesmo criar uma metodologia para lidar com as circunstâncias. Como disse o Oliveira (2022), “a nossa função também é aprender com os mais experientes no dia a dia.”

Esses aprendizados surgem gradualmente e requerem uma postura reflexiva caso haja o interesse por uma conduta mais ativa e racional, em oposição às reações automáticas e sem pensar, que podem ter consequências. A fala estrutura o comportamento diante das adversidades “eu tento levar na ideia as coisas” segundo (Policial Penal Almeida,2022). Ou seja, a fala, como potencial recurso de controle na prisão, torna-se objetiva diante do contexto.

Reproduzir é um processo de aprendizado⁵⁰ ao longo do tempo. Ela é movida por uma equação de sobreposição, ou seja, ao longo do tempo você aprende a formatar o sentido da fala, determinando o sentido lógico do que quer que ela representa. Dessa forma, aprende-se a lidar com o diálogo, fazendo com que a sua fala tenha motivação correta diante da conversa com o detento.

A imposição oral produzirá uma identidade sobre o trabalhador do cárcere e condicionará seu reconhecimento diante dos presos, será julgada pelo seu comportamento e o que oferece em relação à prisão, toda essa estrutura que se forma, orbita diante do policial penal.

2.2.1. Os processos organizativos das prisões têm como objetivo superar as dificuldades e hostilidades do ambiente prisional.

Em primeiro lugar, o que se percebe nas penitenciárias são as regras e os protocolos que devem ser seguidos, sejam naturais do ambiente⁵¹ ou que surgem em paralelo. As regras simbólicas são um conjunto de normas estabelecidas via pacto verbal, que gerará um grande impacto no cotidiano e na forma como as pessoas se relacionam.

Assim, o objetivo é analisar como esses rituais e ditames orais e alegóricos pretendem propor um certo tipo de controle e podem interferir no ambiente prisional, apresentando as histórias do dia a dia dos policiais penais, relacionando com a sua fala com os organizamos internos e a prisão.

Essas regras, na verdade, foram criadas e se estabelecem para manter a ordem no local. Não são restritas, podem sofrer variações de presídio para presídio. Diante dessa regulamentação, o que está por trás dessa linha é o conjunto de regras e condições de cooperação entre o funcionário das prisões e os presos que habitam esse local.

Nesse cenário, há muitos eventos relacionais que interferem nas cadeias. Uma dessas condições está ligada à fala, à oralidade e ao comportamento como elemento de controle. Para o equilíbrio do poder, os agentes precisam utilizar estratégias ora a partir das palavras, da imposição e negação, ora a partir do uso da força física, mas, sobretudo, a partir de estratégias de negociação (Monteiro, 2018, p.188). Os policiais usam de duas lógicas para manter o equilíbrio e poder⁵²: a fala e a força no sentido de uma condição de negociação. Podemos observar Letícia Monteiro que cita Salla,

⁵⁰ Você aprende a lidar com os fatos que ocorrem e como tratar com elas. Não há uma fórmula funcional exata a ser empregada em prisões, mas estar atento ao que está ocorrendo ajuda a lidar com o conflito e a manter uma comunicação coerente. Essa relação é crucial para o funcionamento adequado do presídio, uma vez que auxiliam a desempenhar o controle.

⁵¹ Essas leis são criadas para manter a burocracia funcionando nos presídios.

⁵² Como dizem os internos, “a cabeça do preso é a oficina do diabo”; neste caso, cabe ao guarda interferir na “produção” dessa oficina, espionar sua “tecnologia”, desmontá-la para conhecê-la e neutralizá-la. Consegui-lo constitui para o guarda fator de honra e orgulho profissional (COELHO, 2005. P 98).

apontando que as negociações são uma forma de planejamento e manutenção das prisões:

Salla (2006) aponta o quanto que a realidade do sistema prisional no Brasil, marcada, sobretudo nos últimos anos, por um aumento de expressividade desses grupos organizados, conhecidos como facções criminosas, tem se mantido, sobretudo por negociações e concessões (Monteiro, 2018. P 188).

O relacionamento entre os funcionários das prisões e os reclusos não é fácil, é uma realidade complexa, envolve problemas graves, causam consequências para a estrutura, problemas institucionais que, em geral, influem na condição de manter um distanciamento, além de toda uma dinâmica envolvida:

A relação guarda-presos está condicionada por um fator estrutural peculiar às prisões: do lado da administração, o guarda é virtualmente o único interlocutor cotidiano do preso, ou pelo menos é aquele ao qual o acesso é, em princípio, mais fácil e imediato.

A despeito disso, a frequência das interações entre ambos é baixa. Existem fortes estrangulamentos de ordem moral que restringem o número, a natureza e o conteúdo dessas interações. Já foi visto como o guarda, buscando preservar sua autoridade à ascendência moral sobre o interno, impõe restrições severas à interação. Do lado da “sociedade dos cativos” as suspeitas de delação funcionam como eficiente mecanismo de controle sobre as relações do preso com os guardas. De fato, o código dessa sociedade penaliza fortemente não só a colaboração com os guardas, mas até mesmo formas mais amistosas de contato. Mas, para além de todo controle explícito ou da força do código, está o fato de que efetivamente o guarda representa e simboliza tudo que oprime o preso, ou tudo que o preso experimenta, como negligência, frustração, carência e opressão. Consequentemente, o guarda constitui o alvo imediato de sua hostilidade e a interação entre ambos será frequentemente áspera (COELHO, 2005. P 108).

Há uma diferença nas relações entre os dois grupos, essa diferença é estruturada por meio de códigos de conduta que regem o desenvolvimento de relações entre as partes.

O grupo dirigente não quer que a realidade de controle das prisões mude, pois isso no momento que uma interação foge dos padrões pode acabar “virando” a cadeia. A violação das regras sociais poderia causar morte, sendo considerada vacilação X9 na prisão, podendo assinar sua sentença de morte. Devido a esses motivos, há uma separação e insegurança na relação:

Tu se lembra de mim, aí eu, cara eu lembro de você, (*preso*) tomava conta do senhor cara, quando o senhor era pequeno, é verdade, aí lembrei dele, do nome dele, é verdade, aí eu falei, pô cara tá aqui, o que houve? Não, cara entrou para vida do crime, mas assim, quando eu fui preso, eu já tinha saído da vida do crime, eu fui visitar minha mãe, não sei onde era, no interior do Rio, aí teve um assalto dentro do ônibus e ele foi preso porque ele tinha um mandado de prisão pendente. Ai os caras acharam que ele era suspeito, levantaram, puxaram ficha dele e viram que tinha um mandado de prisão, aí

eu falei tu tá preso há quanto tempo? (*preso*) Ah eu tô preso há sete anos, falei então tu tá perto de sair, ele (*preso*) pô cara, até hoje nunca me chamaram para nada, (*penal*) nunca te chamaram pra nada? Nunca foi ao fórum? Nunca fui a lugar nenhum. Aí eu fui lá dentro, peguei o nome dele, dei pra assessoria jurídica e quando vi o cara já tava com a cadeia acabado. E na outra semana o cara foi embora, foi lá me agradeceu, aí ele falou “pô, achei engraçado isso, tu se lembra do Naldinho”? Naldinho! Pepeu? Pepeu né! Binho? Lembro! Tá todo mundo lá no pavilhão. Porra os caras brincaram comigo, criança junto comigo.

Aí quando eu cheguei lá, um eu conheci, mas aí eu já cheguei, não queria muito papo porque, tipo assim, lembrei, o Binho que era muito meu amigo, meu vizinho, os outros dois que eram irmãos, eu fingi que não conhecia e foi embora. Tu pode até prejudicar os caras, entendeu, o cara vir falar contigo, aí eles, se acontecer, por exemplo, o cara tá na cela tal, o cara vem e fala contigo, aí os caras quem é? Não esse cara aí é meu amigo de infância lá da favela não sei o que, aí daqui a pouco o cara vai lá à cela e dá um bote, pega uma quantidade de droga, um bagulho que tem lá, uma arma, alguma coisa, os vagabundos vão achar que aquele cara que deu na língua o cara. Entendeu, até eu tava de muito contato com eles, os que eu conhecia pra não criar esse problema pro preso, tratava sem rir, sério (FREITAS, 2022. 15 anos no sistema).

Desta maneira, a conduta entre ambas as partes está regulada por normas intrínsecas sobre a égide de acordos, apesar de nem sempre serem compatíveis com as regras de controle próprias do local, são criadas para manter a ordenação social quando as regras estruturantes não funcionam.

Essas regras, de fato, atuam como um tribunal paralelo e, na maioria das vezes, são constituídas e promovidas por meios coercitivos e violentos: elas existem e, repetidamente, são percebidas quando alguém comete um erro ou o indivíduo próprio falha em sua conduta. Sendo assim, se surgir um problema que precise ser resolvido, se for necessário terminar o conflito, e a lei natural muitas das vezes se torna mais lenta para cumprir a punição, às normas sociais criam brechas por falhas, assim as regras simbólicas atuarão. Essas regras surgirão e terão o seu valor ou até mesmo alterações lógicas dependendo dos consensos que houver entre as duas partes, promovendo o que Bourdieu chama de *habitus*.

Como Bourdieu (1983) aponta, o *habitus* é experimentado à medida que o campo é estimulado, possibilitando a execução de tarefas diferentes, graças às transferências analógicas de esquemas. O *habitus* é integrado através das experiências passadas, funciona a cada instante como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações. Sendo um produto da história, se configura como um sistema de disposições aberto, afetado por novas situações. Experiências são criadas e recriadas, logo, as regras não são estáticas e sofrem alterações.

Não há acordo se as regras simbólicas são boas ou ruins, ou se elas funcionam. Essa incongruência se dá porque são ordens que ultrapassam as que têm referências em papéis e leis. Sobre a sua existência, o controle e a força que ela oferece dentro desse ambiente, as mudanças que surgem podem causar conflitos ou manter a ordem vigente. A complexidade que a mudança produz é o que se apresenta durante o processo de transformação.

Observe a narrativa diante de um conflito verbal na prisão, feita pelo policial penal Da Silva (2022):

O chefe da custódia entrou de férias no mês seguinte, me convidou para assumir a custódia, eu disse, tem certeza? É uma maledicência do caralho, tu é o único que tem no meu páreo aqui, assim que tem um histórico bom, eu sei que naquele setor para tu é tranquilão. Eu falei pô, então tá bom, mas tu sabe que vai arrumar um caminhão de problemas né, o preso vai querer te derrubar e tudo, vai querer parar a cadeia, vai ser complicado, mas tudo bem, ele me deixou lá, aí eu costumava receber material da família, autorizado pela secretária. Aí tem uma lista que a família pode levar, toalha, calça, era para o estado dar esse material, mas como eles roubam tanto lá em cima, eles permitem a família levar que o certo é pegar esse material todo, isso é outra história longa, que dinheiro existe, mas o que vem junto? Sacanagem, que ninguém é preso, ninguém é preso nesse país por desviar dinheiro público, todo mundo tá na sacanagem, aí fica botando uma pobre senhora que mal se sabe como vai arrumar um dinheiro para comprar um materialzinho para levar para o filho dela, isso é triste, isso é muito doloroso.

Aí me botaram lá, do lado de cá cela par e do outro ímpar, uma segunda-feira recebo o material do pessoal par e na outra segunda como é alternado recebo do ímpar, quando cheguei lá.

Os presos todos, a comissão, presidente da cadeia, a família, um papel escrito lá de fora, eu coleí para visita ver como seria o atendimento e conforme manda o regulamento. Quando chegou a segunda-feira seguinte, aí era o lado par, dois, quatro, seis, oito, dez, aí o que acontece, eu avisei, fui lá fora bom dia, tinha muita gente, aí falei que só ia atender de cela de número par, quem tiver alguém em cela diferente, por favor, vão embora, eu não poderei atender porque serei injusto, atender alguém de cela ímpar se hoje é par. Falei tudo isso educadamente, falei da bolsa, quantas bolsas são, não pode ser três, o regulamento fala duas, tudo isso, tem que amarrar na bolsa porque na hora que o servidor coloca os pertences na bolsa para amarrar é difícil, então carregar é difícil, o material vai cair então depois o preso vai reclamar, expliquei tudo direitinho.

Olha Rodrigo o resultado, mal falei essas coisas, foi umas 20 na portaria (*visita*⁵³), (*somente*) só eu quem tava atendendo, passa as 20 aí, as primeiras 20, trabalhei o dia todo, aí atendi, aí primeira visita à senhora, bota a bolsa aqui em cima do balcão. Olha gente, a senhora aqui é seis, seis é par, outra par, aí outra, veio e era ímpar, aí eu gente, observa aí, sete é ímpar, hoje é o dia? Não, então se retire minha senhora, (*visita*) mas você não vai me atender, não! Por causa disso, o que acabei de falar para senhora? Não seria justo eu te atender sendo que hoje não é seu dia, porque se eu te atender prejudicará as outras visitas porque abriria um precedente muito ruim, eu não posso fazer isso minha senhora, eu não seria justo com elas, tô errado? Não né, pode embora, maneiro que aquelas pretas cheias de ódio, que trabalha, dá um duro danado, uma mãe que perde um dia de serviço, pra uma (*visita*) que tá errada passar na frente dela, porra, elas viram minha forma de lidar educadamente, tentando ser justo aí umas 12 ou 13 que voltaram cara, com ódio, mas porque elas voltaram? Porque o colega que estava naquela função não era empregado do estado, era empregado da facção criminosa. Ele era maneirão com a facção ou não era?

Juntei tudo e coloquei no carrinho pra levar pros presos, ainda mais que tinha mantimentos, eu achei melhor encher o carrinho e levar logo, entregar na mão dos presos pra não dá problema, quando fui pra levar o carrinho lotado, levei pros outros presos que trabalham, eles reclamaram muito aí vieram à comissão, o presidente na cadeia, que lá tem presidente e tudo, aí veio me

⁵³ Todos os grifos na narrativa do policial penal são meus.

perguntar o que aconteceu me diz aí que tô por fora, o andamento do serviço tá bem lá fora, eles (*presos*) falaram uma visita, chegou com bolsa e você não atendeu, você não atendeu por causa de quê? Porque tava vinda ao dia errado era ímpar, só atendo o número par, (*preso*) pô não custava nada. Você é empregado do preso? Da facção? (*preso*) Pô, mas aquele funcionário era tranqüilão, quando ele voltar, aí é você vê com ele, comigo, eu trabalho no regulamento filho, se eu tiver errado, se representa contra mim, quer levar a queixa pro diretor? (*preso*) Ah! Não tem necessidade não, então fica com Jesus, não fala comigo sem um argumento fundamentado (DA SILVA, 2022, 27 anos de sistema).

A mudança provoca a não fluidez nos lugares e nas narrativas dos processos sociais, ocasionando ações contraditórias, gerando conflitos entre as partes. O campo mudou devido à interferência na regulação estabelecida, gerando outra norma para o local, o que acabou causando conflitos e disputas pelo espaço, os quais são divididos entre as partes no ambiente. Como é demonstrado, ambos os lados têm uma administração no local, sejam as facções, grupos organizados por presos ou a equipe dirigente que detém o controle real das prisões.

Uma parte dessas regras e conflitos surge na fluidez diante das condições adversas dos presídios. Defronte aos eventos e situações, novos processos do dia a dia levam a mudanças de estado na prisão:

No dia que entrego o material, o Secretário, aquele que foi preso e tudo, o maior escândalo, ele estabeleceu como uma meta devido ao Covid, a família pode levar 700 reais pros presos. Se for pra receber aquele dinheiro, assina o papel, o nome da família, de quem deixou o dinheiro, primeiro a data e o valor, quem deixou o dinheiro, o grau de parentesco e embaixo a assinatura e o nome do preso, e para ele assinar também. Aquilo ali que foi o maior caô, eu fui imprimir várias páginas de folha, cortei, qual o nome da senhora (*visita*), entregar dinheiro? Aí contava na minha frente, conta aí na minha frente, quanto é? 700 preenchem aqui, preenchia o nome da senhora. Grau de parentesco? Mãe pegava o dinheiro, grampeava, tinha essas bolsinhas de camelô, vendia muito, tipo sacola, e coloquei o dinheiro todo ali. Aquele bagulho ficou cheio rapaz, ficou cheio de dinheiro, almocei com aquilo pendurado na minha frente pra nego não roubar o dinheiro do preso, fui eu que peguei compadre, deu o maior caô Rodrigo, chegou a tarde eles me chamaram, (*presos*) a comissão da bandidagem, eu fui lá falar, eles perguntaram pelo dinheiro, eu falei tá comigo, o senhor não vai entregar não? Só depois, (*presos*) não, mas você tem que entregar a gente. Eu falei o quê? Entrega a quem, fala de novo, entregar a você? Um criminoso? Nada, comigo não, tu é um criminoso, tu tá preso, eu sou o estado, pô cara, eu sou o agente do Estado, se eu recebi o dinheiro da família na minha mão, eu vou entregar na mão de cada preso, tu tá maluco, eu entregar na tua mão. Deu caô ou não deu? Os caras não ficaram doidinhos (*presos*)? Ficou Mané, aí a bandidagem disse pra mim que não iam receber. Vai não? Vai receber! Vou trazer um megafone e falar pro coletivo que vocês querem roubar eles, qual é Da Silva (*preso*)? Qual é o quê? Tu vai me afrontar, tem certeza que tu vai fazer isso? Vou lá ao Bangu III, vou lá tirar o Paulo da cela, vou chamar o Paulo⁵⁴ e falar que porra é essa.

Tinha mais de 200 pagamentos, o que fiz a cela par, eu peguei uma mesinha escolar, uma cadeira, coloquei de frente para cela e fui chamando preso por

⁵⁴ Paulo é um dos líderes, um dos (frentes) da facção Comando Vermelho.

preso, qual teu nome? (*preso*) Fulano de tal, tu conhece essa senhora aqui? Olha o que ela deixou pra tu, (*preso*) pô 500 reais, toma aí. Pô, mas nunca chegou esse dinheiro todo, só lamento, comigo vai chegar o dinheiro que tua mãe mandou, ele assinou e eu guardei o papel, comprovante (DA SILVA, 2022, 27 anos de sistema prisional).

Com os problemas apresentados e as mudanças ocorrendo sem qualquer planejamento, a representação da ordem pelo policial penal mudou. A sistemática que havia anteriormente se tornou nova, o que levou a um conflito que precisou ser resolvido pelo diálogo. É possível notar que o diálogo entre o policial e os presos tem um caráter de violência e disputa de espaço que, ao deixar de ser organizado pela ordem simbólica, é regulado pelas “leis naturais” que regem a prisão.

CAPÍTULO III

3. QUEM VIGIA O VIGIA: O “PARADEIRO”

Diante da complexidade do ambiente prisional e das características dele, analisaremos os indivíduos que compreendem comportamentos que se desviam do objetivo da profissão, se afastando dos princípios de ética e conduta estabelecidos. As ações são distintas em termos táticos e organizacionais, havendo uma dicotomia entre as condutas, sendo que, neste caso específico, proponho observar o desvio do policial penal. Logo, gostaria de apresentar o funcionário penitenciário, o policial que oferece benefícios ou vantagens aos detentos, esses indivíduos são denominados como “paradeiros”.

É importante salientar esse tipo de comportamento diante das condições e normas. O que se pode perceber sobre o regimento interno é haver muitas regras de conduta, tanto de postura quanto de ética. Isso é relevante porque, diante das posturas que a cartilha indica, ela codifica e protege o comportamento.

Logo observemos que a Cartilha do agente penitenciário, editada pelo Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, destaca em diversas passagens que o agente penitenciário deve ser “protetor” e não deve se envolver, “barganhar”, “negociar” ou “prestar favores” (Moraes, 2013, p.141.) A cartilha nacional do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) também regulamenta as condutas, que apresenta no conjunto de princípios éticos, no tópico décimo terceiro, que o policial penal tem o dever de “Zelar pela instituição, denunciando e afastando-se da ineficiência e da corrupção” (DEPEN, [S/D]. P 5) dentre outros procedimentos éticos de conduta moral e social.

Esse ponto levanta questionamentos para compreender como esses elementos se movimentam e organizam as prisões diante de assuntos que refletem valores; como esses relatos revelam dados sobre esse sujeito; como os policiais lidam com esse contexto.

Esse elemento se manifesta nas prisões por diversos motivos, sejam eles alienantes ou não, comportamentos que determinaram a sua conduta, quem ele é e o que pode fazer pelas suas ações nas prisões. O “paradeiro” é aquele que está atuando conforme a corrupção, introduz objetos para o interior do presídio, coisas ilícitas. Da Silva (2022) manifesta sua percepção tácita do paradeiro “é quem leva as coisas para o marginal, empregado da facção”.

Há diversos relatos a respeito desses indivíduos nas prisões. O “paradeiro” acaba se tornando mais um dos inúmeros obstáculos que dificultam a permanência no trabalho. O problema da corrupção, que é estrutural, favorece a ocorrência de irregularidades no trabalho e gera divergências. Considerando essas questões críticas para a estrutura de controle das prisões, deve-se analisar a fala do policial penal Jardim (2022), que descreve como se sente diante desses acontecimentos, pois os objetos que entram ilegalmente nas prisões tendo sido retirados, e de forma muito rápida, voltam para as mãos dos presos.

A gente fala que a gente enxuga gelo, a gente vai à cela, faz aquele chamado pulão na cela, enxuga gelo, pega droga, quando chega à outra semana já tá tudo de novo, então é complicado, é um trabalhinho de enxugar gelo (Jardim, 2022. 8 anos no sistema).

Esse problema prejudica a estrutura do serviço, cria dificuldades que se manifestam em más condições, assim transformando o serviço inútil, tornando o contexto em uma situação de muitos desdobramentos ou impondo a seguinte condição: ter que fazer “vista grossa”, como muitos apresentaram nas falas, só querem cumprir o plantão e ir embora. No entanto, nem todos os dias, cumprir o plantão culmina em ir embora. Trago exemplos de situações que ocorreram através das atividades ilícitas desenvolvidas nas prisões:

Cara, pra mim os momentos mais preocupantes era na hora de contar cadeia e na hora de fechar, esses dois momentos eram preocupantes pra mim, tem que ter muita atenção que ali, a hora que acontece alguma coisa, é essa hora que acontece. E a madrugada é manter a vigilância normal, mas tipo assim, na cadeia que eu trabalhava tinha muita agressão. Preso agredia muito o guarda, preso estava doidão e às vezes passava noite doidão e às vezes quando tu chegava de manhã pra contar cadeia ele estava doidão ainda e não reconhecia, e estava louco e queria agredir, então tu tinha que ter a maior atenção. Então, eu tinha ido para Roberto Medeiros, foi uma situação mais tranquila e tinha um amigo meu, o cara gostava de futucar tudo, aí fomos um dia, achamos um celular. Realmente tinha um celular e tinha maconha e aí fizemos a apreensão e no meio do caminho o bandido pediu pra gente devolver, ofereceu um dinheiro, pediu pra devolver, a gente não, aqui não tem esse negócio não, ninguém vai devolver nada e ainda cobrando desse bandido, ameaçou um colega e me ameaçou, mas ameaça. Desde o primeiro dia que tu entra na cadeia eles te ameaçam, aí passou um mês, fuzilaram esse meu colega na porta de casa e, eu também não tinha me tocado que esse meu colega tinha muita coisa na rua. Pô aí depois o bandido me agarrou na cadeia, tentou me matar, me deu uma gravata, e quando ele estava tentando me matar ele falava assim, estou cumprindo ordem, tô aqui cumprindo ordem, vou te matar, vou te matar. Ele falava o termo que ele usava, ah, esqueci o termo, consegui me desvencilhar então e consegui sair. Mas até hoje a gente não conseguiu provar se foi alguma retaliação, e o vagabundo lá do “CV” e mais a partir daí a gente ficou mais atenção. O colega morreu a gente não sabe até hoje o que foi, e o cara falou para mim que estava tentando me matar porque estava cumprindo ordem, o moleque forte pra cacete e eu creio que tenha sido isso, não sei se foi (Freitas, 2022. 15 anos no sistema).

A corrupção tende a criar afastamento entre os próprios policiais penais, tal qual o distanciamento já existente entre os presos e os policiais penais. Essa situação resulta em riscos em níveis de violência que podem ser reais ou imaginários, levando a atitudes e posicionamentos cautelosos dos policiais, pois os policiais que trabalham corretamente e não se propõem a cometer crimes acabam sendo perseguidos. Estes atos podem ser intencionais ou não, mas, por outro lado, essa ação coloca esses indivíduos em foco, e eles acabam se tornando alvos:

Porque quando você trabalha certinho você é mais cobrado, eles te jogam lá não sei pra onde, faz um montão de coisa com você. Porque todo mundo ganha, a corrupção é grande, todo mundo ganha, desde o diretor ao policial

que é corrupto, então é meio complicado, então o sistema, a carceragem era para rodar certo, a engrenagem dela não funciona direito, tá sempre faltando óleo, tá sempre emperrando, então assim que funciona (Jardim, 2022. 8 anos no sistema).

Os casos de opressão nas prisões, as violências, além das perseguições sofridas pelos presos no dia a dia e das cisões que já existem. Muitas vezes, essas questões atrapalham o funcionário que deseja fazer o seu trabalho corretamente. Essas atitudes que ocorrem levam a cobranças, tais como “se você não desempenha o jogo dos corruptos e dependendo da localidade de trabalho, como recompensa, recebe uma transferência para um presídio distante” (Zanata, 2022, 6 anos de serviço) o que acaba causando a desestruturação da vida do policial.

Quem não “cai no canto da sereia”, - linguagem local que se refere àquele que não se rende às normas simbólicas locais -, têm como recompensa rodar muitos presídios, pois sofrem perseguição são vistos como ameaça aos esquemas locais de corrupção. A fala do policial indica essa tênue linha de controle e choque da classe, aquele que não vence a corrupção⁵⁵ acaba na cadeia na fala do policial penal Zanata (2020):

O que acontece, o preso tá ali e ele fica desesperadamente querendo usar entorpecentes, cocaína, maconha e quer falar no telefone pra ter contatos escusos, extorquir os outros, comandar as coisas lá dentro, como é que entra? Entra pelo drone, pode entrar pela visita, tem visita diariamente para os presos, pega pelo *scanner* e também pelo funcionário (policial penal), pelo dentista, pelo médico, pelo enfermeiro, pelo professor, todos os tipos de funcionário porque o preso só tem aquela possibilidade que tá entrando também. Aí vem aquela situação do drone de lançamentos externos pra dentro da unidade e o dinheiro corrompe, desde o começo, no tempo de Jesus as pessoas se vendem por dinheiro. Então infelizmente tem pessoas que quando chega ali dentro, o preso te observa, como é que você anda no dia a dia, você vai conviver com preso de repente por vinte ou trinta anos, se você ficar numa cadeia só, não for transferido, trabalhar em carceragem, tu cumpriu pena praticamente com ele trabalhando ali. Então ele vai saber teu time, vai saber tudo isso, quando você chegar e aí Flamengo ganhou seu funcionário, daqui a pouco tu tá rindo debruçada na cela, daqui a pouco tu tá rindo e tá com um perfume legal, daqui a pouco te dá um presente, manda a mulher dele te dar um presente, daqui a pouco tu recebe um recado e assim vai aumentando as coisas e você tá de repente levando uma substância entorpecente, levando café, as coisas. Tem pessoas que fazem isso, depois são pegadas, não duram muito tempo porque dentro da unidade prisional existe, infelizmente, todo mundo sabe, tem a boca de fumo e a boca do outro lado, aí quando você tá levando na sacanagem levando pra um lado fortalecendo o outro lado vai te denunciar pô, aí o colega, colega não, o policial penal que é marginal vai ser preso.

A corrupção sempre existirá, agora você tem que ter mecanismos pra pegar isso, agora não adianta no sistema penitenciário fala, todos eles, os colegas

⁵⁵ A referência ao ambiente de trabalho como potencialmente corruptor, aponta a necessidade de o inspetor, mais do que outro funcionário do sistema, saber resistir às pressões, uma vez que ele mantém uma relação mais próxima com o preso, marcadamente coercitiva (DAHMER, 2006. P 288).

que você conversou na entrevista, todos eles sabem todos os nomes, se você for perguntar, de repente não vai te falar por tá de fora. Mas numa conversa mais íntima com o policial vai falar, pô o cara é paradeiro, o cara coloca as coisas pra dentro, então se eu trabalhei hoje numa cadeia que houve várias, quem trabalhou comigo sabe como eu sou, e o cara sabe. O preso fala, ele mesmo se quiser fazer uma sacanagem contigo vai te caguetar (Zanata, 2022. 8 anos no sistema).

A narrativa do policial penal Zanata (2022) busca apresentar a corrupção no ambiente de trabalho como um fator corruptor, corroborando com a perspectiva de Tânia Dahmer (2006), que a descreve como um potencial corruptivo. Analisamos a representação da fala de muitos policiais penais, que destacam o salário considerado bom por parte da categoria. No Rio de Janeiro, alguns narram uma melhora ao longo dos anos, somada às gratificações e ao serviço extra, como o RAS, que incrementa a remuneração.

Em estados como São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, há a percepção de que o salário não é ruim, sendo até superior a muitos salários fora da categoria, mas ainda há o anseio por uma melhoria, considerando que outros estados pagam mais. Se o salário não se configura como fator para a corrupção, outros elementos, como apontados por Zanata, ganham relevância, destacando-se o ambiente de trabalho. Entretanto, aproximadamente metade dos entrevistados aborda a questão ética⁵⁶ do indivíduo, que, segundo eles, é difícil de modificar, contribuindo para uma imagem negativa da polícia penal.

Nesse contexto, ocorrem eventos decorrentes das atitudes questionáveis do "paradeiro". Quando o policial se afasta de suas responsabilidades, coloca em risco a segurança de seus colegas de trabalho. Caso tenha sucumbido às tentações corruptivas, é possível observar o desenrolar do processo por meio da entrada de objetos ilícitos, conforme relatado pelo policial penal Freitas durante uma revista na cela. Essa corrupção resulta em situações de descontrole e violência dentro da prisão.

Segundo o relato, desempenhar as funções de maneira correta gera problemas cotidianos difíceis de controlar. Isso pode levar ao sentimento de apenas cumprir o expediente e voltar para casa. Considerando essa perspectiva, o policial busca evitar problemas com o chamado "B.O.", que são as ocorrências⁵⁷ com os presos. Lidar com essas condições torna-se complexo, uma vez que o policial tem pouco conhecimento sobre os detentos, o que o leva a adotar uma postura mais cautelosa e a realizar apenas o mínimo necessário.

Essas situações nas prisões estimulam parte da condição de fracasso no trabalho, dessa forma, analisaremos a fala do policial Da Silva (2022), que cita algumas situações de como entrar com objetos no presídio:

⁵⁶ A ética profissional é um dos princípios fundamentais da sua função, tendo como base a moral e ética durante o trabalho, sendo fundamentos essenciais para sua formação e princípios fundamentais do manual de formação.

⁵⁷ No caso dos inspetores, vemos que o medo e a desconfiança se espriam não só sobre sua vida de trabalhador, mas também atingem sobretudo a sua vida particular. Neste sentido, estratégias defensivas vão sendo elaboradas para enfrentar o cotidiano (DAHMER, 2006. P 290).

O cara do muro trabalha na muralha, o cara vê muito que tá embaixo, sabe como? O cara lá são quatro em cima e quatro embaixo, quatro no alojamento porque a guarita é pequena, são 24 horas, começa cinco horas da manhã. Aí nós dois somos amigos do crime, aí eu trabalho no muro e você trabalha lá embaixo, aí eu tô lá no muro e te vejo, aí grito, é hoje hein. Já aviso você que hoje, quando eu for meio-dia rendido, só vou voltar que horas, de quatro a oito, antes de quatro a oito no horário de descanso, o que eu faço? Vou lá na boca na Vila Kennedy, lá perto do barranco, já fui cria lá, procura a Ruth, pego a carga, um monte de celular, coloco na mochila e levo lá, e levo no meu horário que é quatro horas no mesmo lugar. Se eu voltar pro mesmo lugar e você sabendo que eu vou tá lá, você não vai ao meu encontro pra buscar? Já entrou muita coisa por ali. Esses dias aí eu perdi um amigo, rodou cheio de cocaína e maconha no corpo, com aquelas fitas crepe, pô, o cara com três crianças pequenas, perdeu o juízo ou não perdeu? (Da Silva, 2022. 27 anos no sistema).

Mas o maior desconforto é com o “paradeiro”, todos sabem que em determinado momento, pode haver a perda do cargo, porém, a sensação de impunidade leva a crer que nada pode acontecer. Ao constatar o sentimento desses policiais, sobretudo os mais experientes, a “velha guarda”, mantêm os chamando de colegas, um sentimento de perda, esse sentimento não transpassa pelos novatos:

Me permiti não cair no canto da sereia, entendeu, e é bem esse termo que a gente usa mesmo, volta e meia a gente vê um colega que foi preso, a gente fala mais um que caiu no canto da sereia e não é isso que a gente quer para os nossos, é motivo de tristeza, tem um colega que foi preso, acusaram, depois eu ouvi uma tese dele que eu até acreditei, acusaram ele de facilitar entrada de celular na cadeia e eu fui o primeiro diretor dele, imagina como eu fiquei, como fiquei frustrado, será que eu não consegui ensinar para ele o que deveria ser feito, entendeu muito complicado esse tipo de coisa, porque quando você chega no local e tem alguém que te recebe, alguém mais antigo que te orienta a tendência é que você pelo menos aproveite as coisas boas que aquela pessoa te passou e quando você deixa de cumprir determinada coisa, quem te orientou vai se sentir frustrado, porra eu não fui eficaz, os meus exemplos não seguiram, porque a gente trabalha muito com exemplo (Oliveira, 2020. 25 anos no sistema).

Esses dias aí eu perdi um amigo, rodou cheio de cocaína e maconha no corpo, com aquelas fitas crepe, pô, o cara com três crianças pequenas, perdeu o juízo ou não perdeu?

Foi, foi até meu chefe de plantão, foi seduzido pelo canto da sereia como a gente fala, pelos amigos, perdeu o emprego, os caras o enquadraram, tinha alguma coisa estranha nele, o enquadraram e perdeu o emprego, cheio de cocaína no corpo. Não é triste um negócio desses (Da Silva, 2020. 27 anos de serviço).

Essa perspectiva mais crítica sobre a profissão surge nos profissionais⁵⁸ mais experientes, que não fazem generalizações e tentam ajudar os colegas, avisando

⁵⁸ Na cadeia, estigmatizam lá o que: lugar de gente, o quê? Suja, paradeiro, safado, aí sou visto como paradeiro, vagabundo e minha vida é constante, se eu não correr atrás todo dia meu trabalho, já entra na portaria, levanta a camisa, tem as câmeras, levanta tudo. Já teve vez que passando detector deixou tão sensível que mesmo sem nada eu fui passar e tirei minha roupa toda, depois o coordenador veio

antes que passem do lado de fora das grades para o lado de dentro, deixando de ser policiais para serem presos:

Mas geralmente a sociedade ela vê a polícia com um olhar diferente né, cara, sempre com medo, tipo assim, sempre com pé atrás, sempre não acreditando muito, mas hoje a polícia penal tem feito um trabalho bom, toda profissão tem corrupção, do menor ao maior tu vai encontrar uma corrupção, mas a gente que tá lá dentro, a gente identifica o corrupto e a gente começa a afastar ele, tipo assim, criar dificuldade para ele, no meu tempo era assim (Freitas, 2022. 15 anos no sistema).

Podemos notar a falha pode ser vista como tutora, alguém que seria exemplo para outros e vê um colega de trabalho sendo preso. Essa ideia se relaciona com as deformações e olhares que a profissão recebeu e recebeu durante anos, segundo Siqueira, que narra o sentimento de um policial penal quanto ao olhar que recebe da sociedade:

A sociedade nos vê de diversas formas, então vou lhes falar, quando você passa em uma delegacia de polícia você lembra que ali tem policiais civis, você passa num batalhão de polícia, você lembra que ali teve policiais militares, quando você passa pelo batalhão dos bombeiros lembra que tem os combatentes do fogo, quando você passa diante de um muro enorme de uma prisão você lembra que ali tem presos em momento algum você lembra que ali tem servidores penitenciários, pais e mães de família que trabalham honestamente que tiram dali o sustento para suas famílias, que estão ali como guardiões da lei e da sociedade, são aquelas pessoas que arriscam que fica confinada com o preso durante 30 anos de suas vidas para garantir o sono da sociedade, então a visão que a sociedade tem do servidor penitenciário é muito distorcida (Siqueira, 2020. P 51, 52).

Os policiais antigos procuram minimizar essa visão crítica sobre o trabalho, quem está há tempos na profissão constitui uma falha de si, assim, estimulando sentimentos de tentativa de salvar esse cidadão que se tornou corrupto. Apesar desses sentimentos, das condições precárias que se criaram, compreendemos que parte de tudo isso pode ser para, de certa forma, manter as condições merecedoras de quem trabalha bem.

A corrupção tornou-se uma prática nos presídios, tendo sido constantemente noticiada por diversos veículos em rede nacional. Para os policiais mais experientes, tirar um colega de trabalho dessa situação, diminuiria essa reação negativa e isso seria uma vitória. A corrupção é um problema que limita e provoca cisões entre a própria equipe dirigente, mas também causa a divisão de grupo e reorganiza a prisão. O evento pode causar danos às pessoas, o que pode levar a situações de risco para

me chamar porque o monitoramento que fica analisando as câmeras, olha os monitores, como eu não culpo Rodrigo que é meu amigo, quando ele me chamou “Qualé Da Silva? Qual é Rodrigo o que houve? Os caras do monitoramento falou que você ficou peladão, com o pinto pro lado de fora” falei pô cara vocês criaram esses estigmas ruins, o próprio colega que tá lá em cima, que todo cara que trabalha na cadeia é vagabundo como o bagulho estava tocando você acha que eu teria que fazer o que?

o policial que não está interessado no sistema da corrupção. Segundo Tânia Dahmer (2006. P 289) o sistema de “corrupção contamina as relações sociais e as instituições da sociedade e, certamente, como percebem os inspetores entrevistados, é um aspecto ameaçador e corrosivo da autoridade moral dos agentes públicos”.

Vimos que o ato corruptível causa falhas. Nota-se que a prisão não está impelida pela condição do ato penal de pagar pelos seus atos. Nas prisões existem leis, regras e a punição, tal como foi pensada, cujo objetivo é despertar no indivíduo o desejo de refletir sobre seus atos, não configurada nas penitenciárias brasileiras. Além disso, essa ideia das prisões nacionais não se sustenta porque as cadeias já nascem com excessos e superlotadas.

O que quero abordar é que as prisões configuram relações de fora do ambiente, circulam em fluxos objetos de todo o tipo. Dentro das prisões existe um comércio legal e um comércio ilegal, assim podemos abordar segundo Tânia Dahmer (2006) as prisões não são ilhas isoladas da vida social. As instituições carcerárias no Brasil não são completamente isoladas, uma vez que absorvem ou geram influências culturais externas. Por exemplo, observa-se a entrada de bens provenientes de fora, como produtos de corrupção, assim como o comércio legal realizado nas cantinas. Isso significa que tudo o que circula no ambiente prisional tem origem externa, indicando a existência de um mercado consumidor interno. Esse comércio, seja legal ou ilegal, desempenha um papel significativo na dinâmica das prisões, influenciando a estrutura das penas de maneira adicional. Alguns elementos desviam o foco da prisão enquanto instituições voltadas para o cumprimento de penas e as irregularidades que comprometem essa finalidade muitas vezes derivam da corrupção.

Assim, a concepção de que a penitenciária está completamente isolada da sociedade livre não se mostra coerente ao haver uma rápida troca de influências entre o ambiente prisional e o externo. Autores como Thompson (2005), Goffman (2011) e Foucault (1999) analisam essa condição de distanciamento da prisão em relação à sociedade. Esse cenário varia consideravelmente nas prisões brasileiras, onde há um fluxo contínuo de informações, seja permitido ou não, e nada escapa ao controle ou alcance do ambiente prisional.

A corrupção está presente em diversos presídios, seja em maior ou menor grau. É fato. Os policiais tentam lidar com ela para não deixar que se torne uma epidemia. Existem algumas condições para que ela deixe de existir, porém, de maneira limitada o que acaba por se apresentar é a sua ampliação, como narra o policial penal Da Silva (2022), “parece que o sistema gosta da sacanagem”. Os policiais penais apontam a corrupção como uma condição que a equipe dirigente tolera e finge não ver. Ao tentar lidar com esse problema de forma simples, isso acaba causando grandes danos para essa equipe, Da Silva (2022) narra:

Qual é porra deixa a coisa funcionar. Quem tá lá em cima, zero caô, tá ganhando quase 15 mil como coordenador, tu acha que ele quer caô? Quer perder a boquinha dele, quer que se foda rapá, o mundo da mentira pra sociedade que a gente tá vivendo hoje (Da Silva, 2022. 27 anos no sistema).

Relendo as narrativas, percebo as falas dos policiais penais que, em todas as minhas pesquisas, mostraram presenciar ou ter conhecimento de corrupção em um presídio. Todavia, de alguma forma, muitos veem esse ato como um problema

subjetivo e tentam não generalizar as condutas, o policial penal Oliveira (2022) argumenta haver pessoas sérias, funcionários sérios:

Mas o que acontece naquela unidade necessariamente não vai acontecer nas outras. Isso aí é um caso isolado, então a gente tem que tomar muito cuidado que coisas iguais a essa acabam colocando na lama profissional com nome limpo, com ficha ilibada, aí você acaba generalizando, aí você fala todo policial é corrupto, não é não e a gente tem muitos exemplos disso, aí é muito mais fácil ver que o polícia estava extorquindo não sei quem, mas muito raramente você vê que o polícia socorreu alguém, que o polícia fez um parto dentro da viatura, então minha guerra é justamente essa, não generalizar (Oliveira, 2022. 25 anos no sistema).

A narrativa do policial, de certa forma, tenta amenizar uma estrutura estruturada. Como disse o policial penal Da Silva, o sistema está corroído, a lei de execução está defasada. Muitas das falas sobre o ambiente revelam essa corrupção e atrapalham o policial penal:

Eu já vi galera tomar tapa na cara de preso, que é feio, mas tu acha que vou comprar o barulho dele? Vou nada! Quando fui para chegar perto, ele falou assim, seu Fernando, vai tomar um café que isso é coisa de bandido, sabe o que é, dá um tapão em você só por palavra (Da Silva, 2022. 27 anos no sistema).

Essa narrativa demonstra que o sistema estruturante da prisão tem uma dupla condição e muitos indivíduos que estão sendo movidos por esse sistema, os corruptos que são conhecidos nas cadeias como “paradeiros” e os que desejam ajudar e fazer seu trabalho tranquilo. O combate à corrupção presente no cotidiano institucional também é tema dos discursos de especialistas, jornalistas e governantes há tempos, mas não se percebe uma melhora nessa situação e essa fala vem dos policiais na profissão há mais tempo. Então podemos observar que os relatos contêm um sentido de demonstrar o modelo de operação dos “paradeiros”, mas também o sentimento de indiferença com essas atitudes que acabam dando uma visão negativa a todos os trabalhadores.

Ainda há o esforço dos mais velhos em uma tentativa de ajudar, e acabam assumindo essa condição de cuidar e de ter o controle sobre os novos, mas isso nem sempre é possível e muitos acabam se colocando em outro caminho. Muitas dessas tentativas de ajuda são falhas. A corrupção se tornou um sério problema para as prisões, que requerem uma dupla função. O policial precisa vigiar quem também é vigia e essas condições causam sentimentos e reflexos psicológicos variados, pois não se sabe ideia de onde vêm as situações que podem ser perigosas e violentas.

3.1. Se você quiser, eu falarei de um amigo: uma encruzilhada e a decisão de não estar doente.

A pesquisa sobre a saúde no ambiente de trabalho não é recente, sendo um tema amplamente discutido e analisado com cautela. Uma das áreas que merecem

atenção é a saúde do policial penal. Sua análise planeja encontrar soluções para amenizá-lo, reduzindo esses números.

As prisões apresentam situações adversas que expõem os trabalhadores ao sofrimento psicológico, uma das principais causas é a existência de relações hierárquicas rígidas. O cotidiano de violência, o trabalho em ambientes restritos, a divisão em turnos e os efeitos negativos na percepção da força simbólica do trabalho, a burocracia, a superlotação, as condições precárias estruturais, a violência gerada pelos conflitos. A corrupção e seus efeitos são alguns dos fatores que afetam a percepção de significado no trabalho:

A porta pro sistema nunca funcionava, no papel era tudo bonitinho, mas lá dentro não funcionava desse jeito, o sistema é muito bruto, são pesadas além de envolver corrupção, essas coisas todas, o trabalho é covarde, na nossa área é trabalho covarde (Américo, 2023. 15 ano de serviço).

De acordo com Lemgruber (2010), Thompson (2002) e Coelho (2005), é difícil estar num local no qual as pessoas que estão presas, podem apresentar doenças infecciosas e transmitir essas enfermidades ao policial. Isso ocorre porque a estrutura da prisão, devido à burocracia⁵⁹, impede que o preso tenha acesso à consulta com mais facilidade, como contam os policiais penais.

Além de estruturas insalubres há:

[...] manifestações de doenças ligadas à sujeira - leptospirose, micoses, sarna, parasitoses e infecções bacterianas, dentre outras [...] doenças que associam à sujeira, também são percebidas como riscos à saúde tuberculose e demais - doenças do pulmão, a hepatite e a AIDS. (Diwana, 2008, p. 1891).

As condições precárias nos presídios refletem no trabalho dos policiais penais, que expressam preocupação com as condições precárias:

Ao contrário do que se poderia supor, tendo em vista uma população fechada, aparentemente sob controle, são inúmeras as dificuldades para o desenvolvimento de ações de saúde nas prisões. Nesse ambiente onde a circulação de detentos é restrita e os profissionais de saúde evitam circular, os agentes de segurança penitenciária terminam por exercer um papel diferenciado no que se refere à regulação do acesso à saúde. Muitas vezes são os agentes de segurança penitenciária que julgam a necessidade de atendimento a partir do pedido do preso e atuam facilitando ou dificultando este acesso. Por outro lado, no ambiente confinado das prisões, estão em contato cotidiano e direto com os presos e expostos, como eles, aos riscos infecciosos, especialmente à tuberculose. Por essas razões são atores privilegiados no que se refere às mudanças nas concepções e práticas de saúde nas prisões (Diwana *et al*, 2008. P. 1888).

⁵⁹ Parte dessa burocracia se estende devido à manipulação dos detentos que desejam permanecer na carceragem e pedem sua saída frequentemente, alegando que estão enfrentando enfermidades, quando, na verdade, podem estar planejando fugas ou rebeliões, entre outras coisas.

Os policiais penais filtram os pedidos, tendo em vista a possibilidade de transportar algo de dentro para fora ou de fora para dentro da prisão. Essas questões são frequentes e, muitas vezes, surgem devido à inércia ou à falta de ação, deixando os pedidos parados por um longo tempo:

Tipo assim, o preso tá passando mal, aí passou mal, ele vai falar pro pessoal lá dele lá, aí o cara sai, mas se o cara sai toda hora pra negócio de remédio, aí começa a dar blindão nele (Almeida, 2023. 18 anos de serviço).

Essas ações são necessárias, pois, segundo a opinião deles, o preso pode fazer qualquer coisa e não se tem certeza de quem o conduzirá para lá ou de quem poderá ser o facilitador. O policial penal deve estar constantemente atento a tudo. Embora trabalhem em conjunto, não devem confiar em todos, mesmo sendo policiais, pois podem correr riscos ao negligenciar as próprias obrigações, o que pode ser reforçado pela corrupção.

Em geral, esta desconfiança (“confiar, desconfiando”) é, seguidamente, apresentada na cultura prisional como um atributo da vigilância. Desta ótica, todo gesto de aproximação do preso por parte do funcionário e vice-versa, pode gerar suspeição. Mas também pode ser entendida como uma indisciplina (Dhamer, 2006, p. 325).

Como Coelho (2005) aponta, a economia delinquente que movimenta toda essa condição de corrupção, na qual alguns penais têm acordos com os presos, é o que torna a função dupla, pois o policial tem que vigiar os presos e aqueles que são os “paradeiros”. Ainda para o autor, essa questão impõe uma grande pressão sobre o funcionário do cárcere, uma vez que alguns policiais penais fazem acordos com os presos e facilitam a entrada de qualquer tipo de droga e ilícitos nas cadeias.

Essas condições afetam a metodologia de trabalho, tornando-a difícil de ser executada, e também resultam da falta de investimentos em educação e qualificação contínuas, além da valorização dos funcionários:

Nessa situação de confinamento e restrição de liberdade, segundo um processo de adaptação à realidade carcerária, os conflitos e tensões entre os diversos atores impõem aos sujeitos uma tendência a dar a prioridade aos problemas ligados à segurança e à sobrevivência imediata (Diwana, 2008. 1887).

Ratificando o raciocínio: o policial penal atua em um local difícil de ser acessado, uma vez que é um local de segurança máxima, que possui um mecanismo de acesso burocrático, criando um sistema que requer um tempo de espera para a entrada das informações e execução das tarefas. Ou seja, é difícil acessar os serviços diante dos fatores acima, pois o espaço está superlotado:

Nessa perspectiva, as instituições prisionais reúnem situações adversas que expõem os trabalhadores ao acirramento do sofrimento psíquico, tais como relações hierárquicas rígidas, contato cotidiano com a violência, trabalho em espaços confinados, divisão em turnos e prejuízos à percepção de ressonância simbólica no trabalho (CASSIANO et al, 2011. P 189).

Mediante a tais condições, é relevante destacar que, durante as entrevistas realizadas, 33,33% dos 14 trabalhadores entrevistados afirmaram não ter nenhuma enfermidade, independentemente de qual fosse. Muitos relatam se cuidar. Fala comum entre os trabalhadores que responderam, versa como se fosse um mantra “olha o meu amigo, lá no presídio, tem um colega de trabalho afastado por doença e, por isso ou por aquilo, foi para a psiquiatria é complicada, né?”.

A seguinte questão é relevante para os policiais penais: apesar de haver uma reduzida quantidade de agentes para atender ao triplo ou mais de reclusos, diante do reduzido número de trabalhadores que não podem demonstrar fraqueza no dia a dia, é necessário manter-se firme diante das circunstâncias que lhes são apresentadas.

Observamos que a afirmação acima sobre a ausência de problemas relacionados ao trabalho é uma representação simbólica de força, como mencionado na fala do policial penal Jardim: “para se manter ali, é necessário ter vontade e apontar para o braço”. A fala demonstra uma percepção de que muitos dos policiais penais que apresentavam problemas ou sintomas médicos além do presídio deveriam manter uma postura de “força” para não perder a liberdade devido à sua fragilidade de saúde.

Saliento que o policial penal poderia estar em qualquer presídio com um número reduzido de presos, independentemente dos números, os conflitos podem continuar, os incidentes de conflitos podem ocorrer em qualquer desses ambientes, independentemente da quantidade. A análise desta situação sob a perspectiva da fala dos trabalhadores não altera a natureza da pressão exercida sobre eles. De acordo com relatos, o trabalho é complexo e, devido ao pouco efetivo disponível, apresenta diversas dificuldades.

Na verdade, eu fui para Roberto Medeiros porque eu precisava de um lugar tranquilo pra trabalhar, só tinha 74 presos, a minha cadeia tinha 2 mil, que era a Muniz Sodré. Lá tinha 74 e eu queria um lugar mais calmo porque eu também precisava estudar aí eu precisava de um lugar para chegar bem em casa (Freitas, 2022. 15 anos no sistema).

Roberto Medeiros é o hospital penal psiquiátrico, também conhecido como a última etapa da carreira do policial penal, muitas vezes associado à aposentadoria. Devido ao reduzido número de detentos, aqueles que chegam a este hospital estão geralmente próximos de encerrar sua trajetória profissional. No entanto, percebemos que essa condição nem sempre é verdadeira ao considerar solicitações de trabalho nessa unidade.

Freitas, como mencionado anteriormente, relata ter sido alvo de um atentado, sendo jurado de morte por um preso. A carga⁶⁰ de trabalho é evidente no cotidiano, e

⁶⁰ A profissão é considerada uma profissão perigosa, sendo a segunda profissão mais perigosa do mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa profissão tornou-se uma das

a quantidade de pessoas presas não influencia diretamente o perigo associado ao trabalho. Essas condições tornam a tarefa do policial penal mais desafiadora, uma vez que pausas para descanso são praticamente impossíveis durante o expediente, resultando em baixo rendimento. Além disso, diversas situações podem comprometer o desempenho de forma desfavorável.

Relatos apontam que o ambiente nas prisões é insalubre, com odor forte, além das condições precárias de higiene, celas sem ventilação adequada e instalações superlotadas destinadas a abrigar um número muito maior de pessoas do que o espaço deveria comportar. Na grande maioria das unidades no Rio de Janeiro, as falhas sistêmicas no processo laboral causam um desgaste significativo, resultante do aumento das responsabilidades.

Segundo já dito anteriormente e essa condição tem uma grande influência sobre o psicológico do policial penal a função permite cinco pessoas sob a guarda do policial penal, porém a 9,2 detentos para cada trabalhador, considerando que, segundo o INFOPEN 2016, o número de presos é quase duplicado. Existem fatores que agravam as situações de descontrole, o que resulta em estresse e danos à saúde:

Você dentro de uma unidade prisional você fica escutando gritaria o tempo todo, né, lá dentro tem cheiro de enxofre velho, não tem cadeia limpa (Almeida, 2022. 8 anos no sistema).

A situação se agrava e há outros ambientes prisionais que concentram um número significativo de presos em um mesmo local. Isso piora a condição de saúde dessa população que, na maioria das vezes, vem de regiões desfavorecidas e tem uma saúde debilitada antes mesmo de ser encarcerada. Podemos notar nas palavras do policial penal Zanata (2022) no seu primeiro dia em uma das unidades:

Primeiro dia foi no presídio da milícia no Bangu, aí tinha uma cela dos presos seguros, pior cela que tinha fedorenta pra caramba, lixo tu olhava assim. Tem a porta das celas e tem a porta da galeria, tu olhava, maior corredor aí do lado esquerdo era a cela dos seguros, aí tu olhava assim bicho. Era um corredor vai do lado esquerdo, a porta na frente tem várias celas quando olhava o chão uma porrada de quentinha que eles jogavam pra fora, amassavam e jogavam no meio, aquela moscajada (Zanata, 2022. 8 anos no sistema).

Desde o início da contratação, nota-se que o ambiente possui má condição de trabalho, uma vez que, na admissão, há um adicional por insalubridade e periculosidade no seu salário. Assim, é perceptível que a atividade profissional sempre foi exercida em ambientes insalutíferos. A narrativa de presídios insalubres e superlotados é apresentada por Lemgruber (2010) Thompson (2002) Coelho (2005)

mais perigosas do mundo, é claro que os problemas são recorrentes, uma vez que esse sistema de controle enfrenta grandes dificuldades para resolver as suas questões no ambiente de trabalho.

Dhamer (2006) e muitas outras obras literárias, essa situação é notória, a própria⁶¹ mídia desde sempre já expunha:

O Judiciário tá ajudando a implantar, não tem critério nenhum, qualquer motivo é saidão. Eu tinha, não sei se o Santana guardou, eu andei dormindo aqui por um tempo, quando eu sabia que ia ter saidão, lá de cima eu filmava uma nuvem branca passando aqui na frente, bem lá na entrada até chegar aqui, aquela fila indiana de preso (Omar, 2022. 37 anos no sistema).

Cara, um colega meu um dia foi fazer uma revista e espetou numa agulha, aqui tem muito preso aidético, a questão é essa, muito sujo. A questão do presídio de Cachoeiro, ele foi projetado pra quatrocentos presos, com mil e duzentos, a questão da água, não tem água, então o cara fica lá, um vai ao banheiro, outro vai ao banheiro e não tem água pra você limpar, então fica ruim demais, muito sujo. É muito ruim! Não tem água porque está fora da capacidade.

E trabalhar com isso aí pô, ruim pra caraca, até pra saúde psicológica, tem amigo encostado.

Já fiz várias revistas e entrei vomitando dentro da cela, entrei vomitando, de tão sujo e tinha que meter a mão em colchão, é foda (Jonny, 2023. 7 anos no sistema).

É essencial estar sempre ativo, pois esse ambiente pode desestabilizar qualquer indivíduo, portanto, é imprescindível estar atento a qualquer momento. A vigilância pode levar a certos estados que afetam a saúde:

Saía de lá às 8 horas da manhã, e aquele dia, aquele primeiro dia tu não conseguia fazer nada. Porque o negócio era muito estressante mesmo, tu ficava um dia ali, por isso nego fala que aquilo ali é uma fábrica de fazer maluco, porque eu ficava, no meu caso, eu ficava um dia mal até eu voltar pro eixo (Freitas, 2022. 15 anos no sistema).

Muitos policiais penais sentem-se seguros ao declararem não apresentarem nenhuma doença psicológica durante a entrevista, no entanto, isso pode ser um contrassenso. Ao perguntar sobre o que fazem para relaxar, eles respondem que fazem churrasco com seus colegas de trabalho e evitam levar as questões da prisão para casa. Zanata conta a sua experiência fora do trabalho.

Aprendi que você não leva a cadeia pra casa e nem a casa pra cadeia. Lá em casa perguntam, eu tranquilo, não falo nada, nada do que aconteceu, nada de cadeia pra nada, todo dia tranquilo, falando as coisas, o pessoal que tá em casa fica pensando mil coisas, preocupados com você (Zanata, 2022. 8 anos no sistema).

⁶¹ O grupo de trabalho interinstitucional criado para desenvolver medidas que adequam o presídio Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho às determinações da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) se reuniu pela primeira vez na quinta-feira (30/6), no Rio de Janeiro (RJ). O grupo vai elaborar um plano de contingência para a reforma estrutural da penitenciária e a redução da superlotação (BRASIL, CNJ)

Após essa fala, relata situações adversas às mencionadas anteriormente. Ele aponta para eventos que aconteceram no dia a dia que podem indicar o contrário dessa situação:

Eu tenho um problema na hora de dormir, se encostar em mim eu bato, se eu tiver dormindo e tu encostar em mim eu te dou um soco, dou um chute, então tem que saber me acordar, entendeu? Já chutei minha tia, pô eu sou um perigo, quando estou dormindo.

Já encontrei um preso na rua, já encontrei, sim, já encontrei, falou comigo e eu não sabia, depois ele pegou e falou, que ficou 7 anos preso e que me conhecia da unidade, aí fiquei pensando ai que merda, como que pode esse moleque é da cadeia.

Por isso é complicado, se fala comigo, porra fiquei bolado na rua porque não sei de onde quem é porra, será que é do trabalho, do bairro, será que é rede social? É foda, e aí o semblante muda, o cara tá te olhando lá no posto e você não sabe o que é foda, pra mim tá muito complicado.

Geralmente eu falo, quando olha muito e aí, beleza? Aí se vai puxar assunto ou não vai, mas eu já sei quando me reconhece já no olhar, entendeu? O cara fixa um pouco mais, eu já sei que me conhece de algum lugar, aí dou início quando fica naquele olhar, olha eu falo, e aí beleza, aí surge um assunto ou não, o cara fecha cara, aí sei que é de cadeia essa porra (Zanata, 2022. 8 anos no sistema).

As condições atuais de trabalho causam diversos problemas psicopatológicos ligados ao trabalho, como: Transtornos de Estresse, Síndrome de Burnout, Síndrome do Pânico, dentre outros. No trabalho, o estresse é um dos principais fatores que causam sofrimento. Os impulsos ou os fatores de estresse no ambiente podem ser classificados conforme a intensidade do evento, como o estresse pós-traumático e a Síndrome de Burnout. Este relato apresenta uma ou mais características das (os) polícias penais, como descritos, tais como as suas condições de trabalho, o seu cotidiano e todos os processos desenvolvidos ao longo do exercício da profissão:

Muitas vezes chega ao ponto de você achar que não é verdade, cria-se uma ficção porque eu digo pra você, a maioria de nós acaba tendo meio que uma dupla identidade. O camarada é um no trabalho e outro fora, tem alguns que conseguem isso, que conseguem não levar o problema de casa pro trabalho e não levar o problema do trabalho pra casa. Só que infelizmente somos seres humanos e muitos colegas acabam incorrendo em vícios, o cara se torna muito suscetível, temos um número enorme em viciados em drogas lícitas ou ilícitas pra generalizar, em estado de depressão, muitos colegas que atenta com a própria vida, ele tem, eu já perdi vários amigos nessa situação. Eu não consigo precisar para você a quantidade de colegas de trabalho, de amigos que perdi para o crime organizado ou pra pessoal mesmo, a quantidade alvejada por bandidos e a quantidade que alvejou a si mesmo, autolesão que acabou culminando na morte, quase que equipara. E isso é muito assustador, muito ruim e faz a gente refletir sempre. Outro dia eu fiz um vídeo que repercutiu bastante na categoria, sobre a necessidade da gente se preocupar com nós mesmos (Oliveira, 2022. 25 anos no sistema).

Sobre essa dupla condição vivida pelos policiais penais podemos pensar no que Goffman chama de fachada, se refere ao tipo de comportamento que adotamos quando estamos diante de outras pessoas, ou em outras palavras, o papel das interações entre os indivíduos.

As contradições existentes no local indicam que a função está sobrecarregada, sem destaque ou mudanças significativas há anos. Uma das perguntas comuns que os policiais fazem é sobre a melhoria da função na transição de agente penal para polícia penal.

Não é apenas o ambiente sujo que causa o descaso do policial penal, mas também o estresse, a paranoia e a dependência química “[...] o sofrimento psíquico ligado à incerteza e insegurança no trabalho como principais questões de saúde da categoria profissional.”. (Diwana, 2008, p. 1893)

Durante o período de trabalho, a pressão diária, a proximidade com doenças e a maneira de se conduzir que se apresenta de forma diferente a cada dia são fatores que causam estresse. Além disso, lidar com essas emoções é uma tarefa complexa, uma vez que administrar a vida dos presos torna-se um desafio extremamente complexo.

Os eventos adversos são fatores que anulam a função, uma vez que o ambiente carcerário, ao longo de sua história, sempre foi caracterizado pela vulnerabilidade aos trabalhadores do cárcere:

É um ambiente muito ruim, né, cara, você perde noite de sono, é um local muito insalubre, é perigoso, você tá dentro do presídio, mas depois que eu entrei nisso minha saúde deu até uma baqueada, perde noite de sono, alguns estresses, e outra coisa. A gente trabalha em local insalubre e perigoso e a gente não tem aquela respaldada constituição né que você, o governo alega que isso já tá incluído no subsídio que a gente ganha, então a gente ganha trezentos reais por mês no salário. (Jonny, 2023. 7 anos no sistema).

O policial penal está numa situação de hierarquização dual, configurando um paradoxo, pois, por um lado, segue as ordens de seus superiores e, por outro, as impõe aos apenados. É importante salientar que, além da pressão psicológica que os policiais enfrentam em relação ao ambiente considerado ameaçador, em detrimento da violência dos detentos, os agentes também sofrem pressão psicológica por parte dos seus superiores. Tamanha a pressão⁶² e o vínculo direto que têm com a prisão, eles mesmos falam que:

⁶² Um estudo realizado pelo Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de São Paulo (USP) indicou que as pressões sofridas constantemente pelos agentes influenciam a desorganização psicológica. As más condições de trabalho nas penitenciárias, com número insuficiente de trabalhadores dentro das unidades, superlotação das prisões e ausência de equipamentos de segurança, contribuem para o ressentimento dos agentes em relação à dificuldade de modificar o ambiente laboral, o que acaba refletindo na saúde deles (INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, 2010) (ALBUQUERQUE & ARAÚJO, 2018: P 20).

Você sai do sistema, mas o sistema não sai de você! Até hoje eu frequento o futebol do sistema, meus amigos, a maioria são do sistema, a gente se reúne cinco ou seis, o papo é só cadeia, cadeia, cadeia, aí a gente comenta, a gente sai do sistema, mas o sistema não sai da gente. Mas assim, estava começando a ficar perigoso pra mim, porque estava muito.

Ficou muita coisa pra trás que ficou mal resolvida, situação de preso e de eu ter que entrar num confronto com preso, eu não dei causa aquilo pra não deixar o colega sozinho e acaba que no final o cara que arrumou confusão fica tranquilo e você fica mal. O preso quer cobrar de você depois e o cara mesmo não tá nem aí, isso foi uma das coisas que aconteceu comigo aí (Freitas, 2022. 15 anos no sistema).

A fala demonstra dificuldades relacionadas ao afastamento da função durante momentos de lazer e confraternização. Devido ao medo e aos conflitos, os corpos sofrem com a pressão. A fala do policial penal Oliveira pode elucidar as tensões e condições de conflitos e abalos psicossociais que ocorrem:

Eu tenho amigos que saem no final de semana pra tomar uma cerveja, aí senta num determinado local e a pistola tá em cima da mesa, muitas vezes tem um objeto cobrindo, ou tá dentro de uma bolsa, uma pochete. Mas o fato é que o copo de cerveja e a pistola estão na mesma proximidade a ele, e ele pega um ou outro de acordo com o momento (Oliveira, 2022. 25 anos no sistema).

Desta forma, a avaliação dos transtornos e suas subjetividades advindas das condições de trabalho, parte delas são decorrências dos conflitos diretamente relacionados à violência, conforme indicado na fala do policial penal Freitas:

Já encontrei um que a gente meteu a porrada nele por conta de um problema com outro colega. Ele me ameaçou de morte, o cara arrumou problema com ele, só que eu tive que entrar na confusão para socorrer o cara. Ele tava dando porrada no colega, aí eu entrei, na época eu tinha o bastão da guarda municipal ainda, logo no início, dei-lhe uma porrada de bastãozada nele, quebrei a cabeça dele. Aí quando voltou para cela ele falou, vou matar o senhor, falei entra lá atrás da fila bandido, fila tá grande pra cacete, entra lá atrás. Aí passou, naquela época se eu fosse à padaria eu ia armado, qualquer lugar que eu fosse eu ia armado, não tinha negociação. Hoje eu não ando armado, mas naquela época não tinha negociação, aí eu fui a Campo Grande, eu era guarda municipal em Campo Grande, o bandido atravessou a passarela da rodoviária, quando eu olho o cara ainda tava com um curativo na cabeça, uns dois dias depois, sei lá. Quando eu olhei o maluco eu já meti a mão, aí ele ô seu funcionário, pelo amor de Deus, não sei o que, não sei o que lá, mas tu falou que ia me matar, ele falou, ô seu funcionário, cara quente, cadeia, não sei o que. Daqui a pouco subiram os PMs qual é, não bandido aqui falou semana, agora falou que ia me matar na cadeia, não seu polícia, foi problema lá na cadeia mesmo, olha tô aqui com minha caderneta aqui. A passarela parou aí o outro policial falou assim, é se é de noite a gente joga ele lá embaixo. Falei é então tá bom, não seu funcionário, desculpa aí, não vou fazer esse negócio não, comprar só umas roupas pra mim mesmo, eu

falei, tá bom seu bandido, falei, mas não atravessa meu caminho não, foi tenso esse dia (Freitas, 2022. 15 anos no sistema).

A perda do controle está diretamente ligada aos conflitos sociais nos presídios. Os policiais enfrentam muitos problemas para se integrar na sociedade. Eles são pressionados em ambos os lados, dentro e fora dos presídios. É mais fácil para um preso conhecer o policial do que um agente com dois mil presos ter acesso a todos os processos:

Peguei uma van uma vez, brincadeira, peguei a van lá na cidade e vim pra Campo Grande. E tô vendo o motorista me olhando, mas ele me conheceu, eu não o conheci, quando ele chegou a Campo Grande ele falou, e minha chefe. Quando ele falou minha chefe, meu coração foi na boca e voltou, falei fudeu, é preso, só preso, chama a gente de minha chefe, e aí, não tá lembrado de mim não? Fui seu faxina no serviço social (Ilda, 2021, 37 anos de serviço).

Além disso, os agentes estão frequentemente expostos a ameaças, agressões e a riscos de morte. O “[...] trabalho dos AP carece de uma maior atenção, já que atividades dessa natureza podem predispor o surgimento de transtornos mentais comuns (TMC), Burnout e/ou outros agravantes à saúde” (Costa, Maciel, Gurgel, 2018, p. 37)”.

Uma das muitas queixas dos policiais penais é a falta de um plano de saúde, a falta do cuidado à saúde do trabalhador, também falta curso de atualização. Eles afirmam que somente recebem treino ao assumirem o cargo. No entanto, é possível notar que funcionários com longa experiência não foram capacitados para lidar com as novas demandas e acordos internacionais para lidar com os detentos. Essa falta de reciclagem e não ter acesso rápido a novas normas torna a função estatística no tempo espaço.

Sem novas demandas para a função e mantendo as funcionalidades antigas, os policiais penais reclamam da utilização da Lei de Execução Penal LEP lamentam por ela estar defasada. No entanto, o Brasil é um país em que está envolvido na produção, desenvolvimento e cumprimento de acordos internacionais.

Eles estão sempre falando das demandas pouco efetivas, a valorização deles consequentemente influencia na sua função, pois o policial penal desmotivado tende a ser facilmente abatido por doença ou mesmo está sem foco no seu trabalho. Sentimentos como medo da violência, restrições para o lazer, discriminação e preconceito contra presos, trabalhar muito tempo em prisões, trabalhar em lugares perigosos e sujos, lidar com equipamentos antigos e carros velhos, podem fazer com que as pessoas fiquem doentes física e mentalmente.

Podemos observar no relato de Freitas (2022) essas condições de andar na rua, estar em locais com aglomeração e as sensações que podem ocasionar sobre esses indivíduos:

Eu quando, eu saí da favela com 9 anos de idade, minha irmã casou e ficou morando na favela. Quando a minha sobrinha fez 15 anos de idade eu fui lá na favela, aniversário de 15 anos dela. CV purinho lá, eu falei, eu vou entrar

na tua casa e não boto a cara na rua nem por decreto, ela não tá bom irmão, aí lá na casa dela, daqui a pouco bate uma vizinha na porta, Cristina de quem é aquele carro ali? É do meu irmão. Cristina, teu irmão trabalhou na cadeia? Não sei, meu irmão é professor, às vezes trabalha, dá aula em tanto lugar, não sei o que. Porque olha só, aquele carro ali ele fica na cadeia direto, então eu tô vendo aquele carro aqui, eu sei que tem festa na tua casa e a pessoa tá aí. Outras mulheres vão ver isso aqui, porque vão visitar os maridos na cadeia e podem ver esse carro aqui e ao invés de vir falar contigo vão lá na boca, aí os bandidos vão vir aqui e descobrir quem é! Então se realmente esse carro aqui for de alguém da cadeia, manda embora, não deixa aqui não. Minha irmã subiu, vai embora, irmão, pelo amor de Deus, eu falei o que foi, foi isso, isso, isso, eu falei, tá vendo, eu falo para você, não, vai embora. Fui embora, não voltei mais lá.

Uma vez fui ao sambódromo, já trabalhando no Roberto Medeiros, ali pelas vielas do Sambódromo caminhando pra entrar, aí sai da cadeia na sexta, na sexta ou no sábado, aí ia voltar na outra semana. Aí daqui a pouco tô andando com minha esposa ali e escuto uma voz, não sei o que, não sei o que, falei, essa voz é a voz do bandido lá da cadeia, quando olhei pra trás era um argentino, quando olhei o funcionário, tudo bem? Tô de liberdade se é um cara que tá querendo me matar, me mataria fácil ali (Freitas, 2022. 15 anos no sistema).

Muitos têm sentimentos como insegurança e medo da violência, além de restrições ao lazer, como não poder estar em qualquer lugar, a fragilidade dos lugares, a violência constante e diária para esses indivíduos, tanto dentro quanto fora dos presídios. O sentimento de medo, um dos principais motivos que atormentam o indivíduo fora da prisão, é responsável por sintomas como dificuldade para dormir ou acordar no meio da noite pensando em eventos violentos:

Os trabalhadores do cárcere estão expostos ao sofrimento e ao adoecimento, em especial pela exposição a riscos psicossociais decorrentes da tensão e da violência, e a riscos biológicos pelo contato com doenças transmissíveis. As condições de trabalho não são boas, pois a infraestrutura é precária, o ambiente é insalubre e os equipamentos e materiais são escassos, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho de forma eficaz e segura (Jaskowaaki & Fontanai, 2015, p.a 241).

Os desafios enfrentados, a insalubridade e outras consequências decorrentes do descaso ou da falta de investimento nesse setor desencadeiam uma violência que se estende a muitas dessas tensões, afetando a saúde psicológica. O modelo de trabalho que permite ou mantém uma tensão constante é percebido por diversos policiais penais que mencionam a experiência de amigos ou mesmo sua própria condição de saúde fragilizada. Essa proximidade constante ou a necessidade de manter uma postura sempre forte para exercer as funções não denota fraqueza, entretanto, pode resultar em impactos na saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como proposta apresentar as práticas e as representações do cotidiano dos policiais penais que cumpriram sua função em diversos setores diante do que a função oferece, e como este universo particular do serviço público é marcado por incertezas quanto ao seu desempenho.

Os policiais penais apresentam suas trajetórias e histórias vividas no dia a dia da sua função em relação à complexa gestão penitenciária do estado do Rio de Janeiro, de forma a estabelecer conexões e comparações com outros estados, como São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Observou-se o gerenciamento do plano de trabalho, a violência, contraditórios homens e mulheres que, eventualmente, utilizam métodos, às vezes, pouco eficazes e recorrentemente fogem da cartilha do regimento interno e das leis próprias destas localidades.

A burocracia de alguma maneira visa organizar as cadeias e a complexidade das leis simbólicas que possuem sua legitimidade e que estão presentes nos presídios que ajudam a assentar o dia a dia. Essas simbologias são marcos regulatórios, identificados também como leis, os acordos e diálogos, são ordens que não podem ser quebradas. A organização de um todo é realizada por meio da colaboração dos lados que se opõem.

Dessa forma, analisar quem são os homens e as mulheres, que atuam como guardas daquilo que a sociedade não quer que ronde nas ruas? São aqueles que mantêm os esquecidos trancados e promovem o sono tranquilo de uma grande parte da população.

A análise teve como foco a interlocução entre a história da constituição dos presídios e as análises jurídicas penal no local onde a função se estabelece suas alternâncias ao longo do tempo. Bem como, considerou a estruturação dos presídios nos períodos coloniais e sua evolução até as prisões modernas. Também foram efetuadas algumas análises não comparativas, mas de aproximação, que surgiram a partir de pesquisas feitas em outros estados. Podemos ver aproximações quanto ao ambiente, suas construções e metodologias que são tipos europeus e norte-americanos.

Vale ressaltar que a trajetória das prisões brasileiras, seu surgimento tem um caminho de disputas acadêmicas, é importante ressaltar para compreender o atraso no estabelecimento de algumas questões, isso é fato, as discussões de ideias e sua consolidação concretizada, obteve um longo percurso até se tornar todo esse arcabouço jurídico penal.

Dessa forma, surge um elemento de grande relevância que também passou por diversas alterações de status, desde a função, o trabalho como método aplicado e até o nome da função. Os policiais penais estão intimamente ligados às sistemáticas estruturas arquitetônicas das cadeias, são elementos que sempre estiveram presentes neste local, com nomes, como carrascos, guardas e policiais penais, a sua história é estruturada nesse ambiente e também os métodos funcionais que chegaram até os dias atuais.

É possível notar uma condição analisada pelos trabalhadores do cárcere sobre a construção das cadeias, uma vez que as construções não se adequaram à nossa condição climática, ao serem situadas, em sua maioria, em galerias, em subsolos, trancas e edifícios com paredes reforçadas. Percebe-se claramente que o Brasil

segue os padrões internacionais para os espaços e construções prisionais, os quais foram concebidos e construídos na maioria para regiões e climas frios.

Com base nessa trajetória, o Rio de Janeiro e toda a sua estrutura de construção são diferenciados de outros estados no formato geográfico de espaçamento no qual os locais onde os presídios são construídos, mas por que dessa diferença? Essa questão se deve ao fato de que metade desses locais foi erguida em um único lugar. Isso faz com que o Rio de Janeiro se difira do resto do país que mantém as prisões interiorizadas e separadas, já no Rio de Janeiro se usa a lógica de aglomeração.

Essa tendência parece uma constante durante as administrações prisionais do Rio de Janeiro, mesmo antes da construção dos presídios de Bangu. O complexo do Frei Caneca também teve essa atribuição ao construir aglomerações, como o parque prisional de Bangu e o de Gericinó. Mediante a construção dos presídios em Bangu, que era um bairro industrial que possuía uma porcentagem populacional que o habitava.

Com toda essa movimentação de construção, propiciou a localidade um estigma que surgiu devido aos presídios instituídos com o nome do bairro seguido por um número. Essa problemática ocorria devido ao estigma, condição que encaminhou à mudança do nome da localidade, de sub-bairro para bairro, Gericinó é onde se encontrava o complexo prisional.

Essa conexão alterou significativamente a ordem local de Gericinó, que se transformou em bairro e recebeu como herança todo esse estigma do complexo prisional, que ainda hoje possui o nome de Bangu e o número, permeando a ligação com as duas localidades. Os bairros prisionais carregam os estigmas das prisões, transformando sua geografia e status social.

Após uma análise das resoluções e documentos, uma das primeiras prisões que se tem notícia de existir no complexo de Gericinó foi inaugurada em 1942. O projeto de construção do presídio de Bangu, posteriormente “complexo penitenciário de Bangu, hoje complexo de Gericinó”. A trajetória de criação não é conclusiva em relação ao detalhamento e legitimidade dos eventos que levaram ao seu surgimento. O complexo não tem uma legitimidade quanto a sua construção, dentro dessa lógica Bangu e os presídios passam a ganhar notoriedade na construção do presídio de segurança máxima, Bangu I Laércio da Costa Pellegrino, hoje o complexo tem 25 unidades prisionais.

A trajetória e a relevância do curso histórico estão intimamente relacionadas. Uma das questões abordadas foi à observação do presídio possibilitada por um trabalho feito na parte interna do local, no Bangu três, um presídio de segurança máxima que, em seu contexto, apresenta um misto de poder e violência. Realizar essa observação foi muito significativa, uma vez que ali estavam indivíduos considerados perigosos, indivíduos considerados violentos acima da média e líderes de facções criminosas. A análise da dinâmica estrutural me permitiu ter uma perspectiva mais aprofundada sobre as narrativas dos jornais que propagam essa questão há muito tempo.

A deterioração da estrutura e a falta de manutenção me remeteram às biografias de Julita Lemgruber, que descreve essa imagem com um olhar mais aprofundado. Não somente o olhar, mas também a dinâmica social que envolve o local, a simbologia de comportamento e toda a condição de estar em um lugar difícil de chegar.

Essa experiência neste local não apenas me envolveu com a visão da estrutura, mas também com os sentimentos e controles sociais. Além disso, pude ter a abrangência e a dinâmica das leis simbólicas que vivenciei, participar e aprender a usá-las quando o diretor da escola me disse para não olhar diretamente os presos e nem os policiais penais para não causar problemas, experienciei o controle sobre meus movimentos. Senti uma sensação de desconforto, pois eu não podia ser eu mesmo, mas a partir disso pude compreender as leis e acordos que envolvem os presídios.

Apresentei esta trajetória, pois a relevância de estar aqui pode me ajudar a compreender a dinâmica da estruturação do local e como essa experiência de estruturalidade de leis simbólicas é desenvolvida, apesar de ter tido uma passagem breve. A burocracia que domina as prisões trabalha em duplo estágio, sejam elas as burocracias dita originárias, direito penal e as simbólicas que mantêm o controle sobre as coisas, seja via suporte metodológico que os policiais penais mantêm o controle dos presídios.

Ao examinar esse local, pude ter uma ideia da dinâmica do trabalho da polícia penal que atua nos presídios, o que resultou na sua estruturação de trabalho e nas medidas que estão sendo tomadas para que essa profissão possa ser creditada à área de segurança pública. A trajetória foi longa até a consolidação.

Neste período tramitaram muitas legislações, porém até se tornar função e ser regulamentada durante o surgimento da LEP, primeiro documento que regulamenta a função e as condições de direcionamento de um presídio com uma totalidade de regras. Sendo a mais completa legislação jurídica do continente sul-americano quando ela foi desenvolvida. A legislação e o reconhecimento da profissão caminham juntos, no entanto, a LEP consegue se consolidar em 1987 e vem sendo renovada até os dias atuais.

Ao longo de todo esse trajeto histórico somente a legislação pode sair do pensamento e tornar-se fundamentada e consolidada. A consolidação da função fica para depois e, somente em 2019, a profissão passa a ser considerada uma função de segurança pública. Houve muito trabalho para conseguir esse ganho e agora o ofício tem um plano de carreira, diferente de antes que só tinha três estágios ao longo do tempo até a aposentadoria.

Diante dessa consolidação, surgimento e reconhecimento, o policial penal está diante de todas as perspectivas de progresso na estruturação jurídica penal. Esses indivíduos estão ali perante situações adversas em que um número reduzido de trabalhadores organiza toda a estruturação deste local.

As condições de trabalho para lidar com a violência estão no seu lugar, tem um aprendizado de múltiplos códigos que orientam, a fala é um desses códigos, sendo uma referência de recurso, e de uso, orientada à mediação de conflitos. A fala direciona o policial penal a conduzir o preso, desde a concessão de direitos até a retirada deles. A condição de trabalho é composta por dois fatores: se o preso se mantiver na linha de atuação, a fala do policial penal é tranquila; mas, se não se manter na linha de atuação, a fala é impositiva e punirá. O preso sofrerá as consequências que podem surgir na prisão, como o aumento da pena para ficar mais tempo na cadeia ou a transferência para a solitária.

As condições do tom da fala são determinadas pelo dia a dia da cadeia, e também determina o dia a dia da cadeia, uma vez que, dentro dessa condição, a fala é a arma que o policial penal tem, ele não tem nenhuma outra arma além da tonfa,

que prefere não utilizar. A fala é direcionada para os dois lados, tanto para o preso quanto para o policial penal. A fala não pode ser rebuscada, não pode ser alta, deve ser uma fala tranquila. A fala produz recursos de controle, “chamar na sugestão” ou “chamar na ideia” produz estrategicamente força e garante que a engrenagem gire para não deixar a cadeia virar, ela é coercitiva, em dado momento e dentro desse contexto, ela se torna violenta para que de forma sintética ganhe apoio e não perca a cadeia.

Para permanecer no local, eles dizem ser preciso ter algo para se agarrar para continuar trabalhando, muitas vezes família é essa bengala de apoio. Muitos deles passam por testes e, por isso, expressam sua vontade de permanecer. No começo do trabalho, os presos fazem testes diariamente para ver se estão dispostos a trabalhar. No primeiro dia de lida, ao assumir o posto, eles demonstram seu desejo de permanência.

Essa condição de trabalhar e ser testado se dá até na mudança de localidade de trabalho, se o policial penal muda de presídio, ele perguntará sobre a funcionalidade daquele local. Então a todo o momento será testado e aprenderá sobre a função, pois as mudanças ocorrem. E deve estar disposto a lidar com elas, o dia a dia do trabalho está ligado a consequências como as violências dos presos e a dinâmica de ter colegas de trabalho ligados como eles falam funcionários do crime.

Essas circunstâncias são aprendizados do trabalho adquirido durante o tempo, muitas dessas questões agravam o trabalho do policial penal levando ele a condição de adoecimento tanto do corpo por trabalhar em um local insalubre como também doenças do segmento psicológicas.

Analisando esses tópicos, nota-se que o polícia penal não menciona que está doente devido a ter passado por essa situação, implicando em um gasto de energia elevado que afeta sua rotina profissional, resultando em transtornos como Burnout, síndrome do pânico, depressão e outras doenças psicossociais.

A dupla jornada de vigilância entre olhar o colega de trabalho que virou empregado do crime, o “paradeiro” e a violência constante dos presos, é um elemento do quebra cabeça que sustenta e desenha o cotidiano, e por conta dessas condições adversas, fortalecem o fato do corpo adoecer.

As narrativas deles mencionam essa condição ao descrever suas ações cotidianas, como o receio de andar na rua e não poder frequentar determinados lugares, além do envolvimento com substâncias ilícitas.

As condições de trabalho para lidar com a violência estão no seu lugar, tem um aprendizado de múltiplos códigos que orientam esse local, a fala é um desses códigos, sendo uma referência de recurso e de uso, baseada na mediação de conflitos. A fala direciona o policial penal a orientar o preso, desde a concessão de direitos até a retirada deles. A condição de trabalho é composta por dois fatores: se o preso se mantiver na linha de atuação, a fala do policial penal é tranquila; mas, se não se mantiver na linha, a fala será impositiva e punitiva. O preso sofrerá as consequências que podem surgir na prisão, como o aumento da pena para ficar mais tempo na cadeia ou a transferência para a solitária.

Enfim, existe uma lógica de ordenamento nas prisões, códigos que representam as suas instituições, mas não é uma instituição totalmente internalizada, a ações lógicas que se desenvolvem em torno das prisões. As prisões são lugares que obedecem a uma ordem política, social, cultural e de controle. Essas condições já provocaram muitas discussões em relação ao ideário social sobre esse lugar, que

não é um lugar fechado, mas tem um fundamento burocrático que as regulam. Terminarei com esta fala de um policial penal, que reflete o que esses entrevistados constatarem no seu dia a dia, “O sistema prisional é uma máquina de moer homens, um lugar de produção de loucos” segundo o policial penal Freitas. Esses transtornos afetam a vida desses homens transversalmente à problemática social em que estão inseridos. Embora não esteja doente, a polícia penal está se esforçando para evitar que essas enfermidades o torne mais uma figura estatística no sistema prisional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Araújo. **Precarização do Trabalho e Prevalência de Transtornos Mentais em Agentes Penitenciários do Estado de Sergipe**. Revista Psicologia e Saúde, v. 10, n. 1, jan./abr. 2018, ISSN 2177-093X p. 20. <[Página Inicial - Portal CNJ](#)> acesso em 15/06/2023 às 21h45min.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira. **Da casa de correção da corte ao Complexo Penitenciário da Frei Caneca: um breve histórico do sistema prisional no Rio de Janeiro, 1834-2006**. Doutorando em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campina (UNICAMP). P.148. 2016.

BARCINNSKI, Mariana; ALTENBERND, Bibiana; CAMPARI, Cristiane. Entre Cuidar e Vigiar: Ambiguidades e Contradições no Discurso de uma Agente Penitenciária. **Ciência e Saúde Coletiva**. P 2248. Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro. Vol 19. N 7, 014.2014*

BATISTA. Soria Analía. ESTADO E CONTROLE NAS PRISÕES. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, p. 399-410, Maio/Ago. 2009.

BEAUVOIR Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 4 ed. 1970.

BECCARIA, Cesare Bonesana. Marchesi di. 1738-1793. Dos delitos e das penas, I Cesare Beccaria; I tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella I. - 2. ed. rev, 2. tiro - São Paulo: Editora **Revista dos Tribunais**. P. 19. 1999.

BINOTTO. Calvo Beatriz; PRADO. Rodrigo Florestan. A Evolução do Sistema Prisional Brasileiro e seus Aspectos Gerais. **ETIC**. P. 10, 11, 13. 2020

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte geral 1**. Ed. 17. Saraiva. São Paulo. P. 37. 2012.

BITENCOURT, Roberto Cezar. **Falência pena prisão**. Ed. Saraiva. São Paulo. P. 79, 80, 83. 2004.

BOURDIEU Pierre. **A Sociologia De Pierre Bourdieu** Organizado Por Renato Ortiz, 1983.

BRASIL, **Artigo 318 do Processo Penal - Decreto-lei 3689/41 | Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**, Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3689-3-outubro-1941-322206-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso 01/08/2022 às 15h45min.

BRASIL, **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1834**. Disponível em: <<https://goo.gl/5EiMKu>>. Acesso em: 13/05/2023.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de**

gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Relator Ricardo Lewandowski. Habeas-Corpus n.143.641, São Paulo. P. 9. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. A Lei de Execução Penal, nº 7.210, de 11 de Julho de 1984. **Trata sobre o direito do reeducando nas penitenciárias do Brasil, e a sua reintegração à sociedade.** Art. 33, §2º. 1984. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.313, de 07 de julho de 1980. **Inclui no Grupo III — Cargos Profissionais do Plano de Cargos, o Subgrupo 9 - Atividades Profissionais de Natureza Especial - Segurança Penitenciária.** 1980.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal**, 1 de outubro de 1890, 2º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 15 de junho de 2022.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 408, DE 02 DE FEVEREIRO DE 1979. **Dá providências para complementar a implantação do Plano de Classificação de Cargos do pessoal ativo do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.** 1979.

BRASIL. **Gestão Penitenciária no Rio de Janeiro: problemas e Perspectivas Relatório de Pesquisa.** Ministério da Justiça Departamento Nacional de Política Penitenciária; CESeC, Centro de Estudo De Segurança Pública e Cidadania. P. 9, 10. 2002.

BRASIL. Lei n. 7210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 11 de julho de 1984; 163º da Independência e 96º da República.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12993.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.993%2C%20DE%2017%20DE%20JUNHO%20DE%202014.&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2010.826,1%C2%BA%20O%20art. Acesso em: 15 de junho de 2022.

BRASIL. Lei Nº 12.993, de 17 de junho de 2014. **Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma funcional,** Brasília, 17 de junho de 2014; 193º da Independência e 126º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12993.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.993%2C%20DE%2017%20DE%20JUNHO%20DE%202014.&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2010.826,1%C2%BA%20O%20art.. Acesso em: 15 de junho de 2022.

BRASIL. Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984. **Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.**

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7209.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.209%2C%20DE%2011%20DE%20JULHO%20DE%201984.&text=Altera%20dispositivos%20do%20Decreto%2DLei,Penal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 15 de junho de 2022.

BRASIL. Lei Nº 7.783, de 28 de junho de 1989. **Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.** Brasil, 1989.

COELHO, Santos **Edmundo. Oficina do diabo.** Ed, Record, Rio de Janeiro. P. 64, 98, 100, 101. 2005.

DAHMER Tania Maria **“O guarda espera um tempo bom”**: a relação de custódia e o ofício dos inspetores penitenciários RIO DE JANEIRO 2006\ **“O guarda espera um tempo bom”**: a relação de custódia e o ofício dos inspetores penitenciários na custódia. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 365p, 2006.

DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional. Manual do Agente Penitenciário. Das funções e condutas dos agentes penitenciários. P. 2. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/manual_agente_pen.pdf>. Acesso em 20 de Outubro de 2019.

DIUANA Vilma; LHUILIER Dominique; SANCHEZ Alexandra Roma; AMADO Gilles; ARAUJO Leopoldina; DUARTE Ana Maria; GARCIA Mônica; POUBEL Luciene; ROMANO Elizabeth; LOROUZÉ Bernard. Saúde em Prisões: Representações Práticas dos Agentes de Segurança Penitenciária no Rio de Janeiro, **Cad Saúde Pública.** 24 (8): p 1891, 1893. 2008.

FOUCAULT Michel. **A Ordem do Discurso Aula Inaugural No College De France,** Pronunciada em 2 De Dezembro de 1970. 1996.

FOUCAULT Michel. **Microfísica do Poder.** Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Ed, Vozes, Petrópolis. P. 199, 200. 1999.

GODOI, Araújo, Mallart. **Espacializando a prisão: A conformação dos parques penitenciários em São Paulo e no Rio de Janeiro.** P. 597. set - dez. 2019.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face.** Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.

JASKOWIAKI, FONTANAI. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. **Rev Bras Enferm.** 2015 mar-abr; 68(2):235-43. p 241.

Laura Fraga de Almeida Sampaio

LEMGRUBER, Julita. **A Dona das Chaves**, Ed. Record; 1º edição, p 104, 2010.

LOPES, Rosalice. Psicologia Jurídica O Cotidiano da Violência: O trabalho do Agente de Segurança Penitenciária nas Instituições Prisionais. **Revista de la Unión Latino americana de Psicología**. P. 2. 2002.

MAIA. N. C. et al. história das prisões no Brasil. volume II. Ed, ANFITEATRO. LIVRO ELETRÔNICO. PG 7. "História das prisões no Brasil, volume 2 [recurso eletrônico] / organização Clarissa Nunes Maia ... [et. al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Anfiteatro, 2017.

MARGIS Regina, PICON Patrícia, COSNER Annelise Formel, SILVEIRA Ricardo de Oliveira. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul** — SPRS. P 51.

MARGIS, Regina; PICON, Patrícia; COSNER, Annelise Formel; SILVEIRA, Ricardo de Oliveira. **Relação entre estressores, estresse e ansiedade. Copyright à Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul** — SPRS. P 51.

MEDEIROS-COSTA, Mateus Estevam; MACIEL, Regina Heloísa y FERNANDES GURGEL, Fernanda. Transtornos Mentais Comuns e Síndrome de Burnout em Agentes Penitenciários. **Cienc Trab.** [online], vol.20, n.61, pp.36-41. ISSN 0718-2449. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-24492018000100036>.DEPEN, 2018.

MONTEIRO, Leticia Chaves. **Tornar-se Agente Penitenciário: entre os significados, a vulnerabilidade e o poder**. Tese (Doutorado - Doutorado em Ciências Sociais). Salvador. Universidade Federal da Bahia, Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas. P. 82, 86. 2018.

MORAES R Bode Pedro. A identidade e o papel de agentes penitenciários. Ed: Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, v. 25, n. 1, p 147, 2013.

QUEIROZ, N. **Presos que menstruam**. — 1. Ed, Record. 113 Rio de Janeiro. p. 112, 2015.

RECURSO DIGITAL" (from "História das prisões no Brasil II" by Clarissa Nunes Maia, Marcos Paulo Pedrosa Costa, Marcos Luiz Bretas, Flávio de Sá Neto)

RICAS Coutinho Eugênio. O nascimento de um sistema prisional: o processo de reforma no estado do Espírito Santo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. ISSN 1981-1659 São Paulo v. 11, n. 2, 64-76, Ago/Set 2017.

RIO DE JANEIRO, SEAP: **Projeto de Lei 5.661/22, do Poder Executivo que regulamenta o cargo de Agentes de Execução Penal para os servidores que compõem o quadro técnico da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap)**. Disponível em: <<https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/52877>>. Acesso 09/07/2022 às 09h35min.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 3.313, de 07 de julho de 1980. INCLUI** no Grupo III - Cargos Profissionais do Plano de Cargos, o Subgrupo 9 - Atividades Profissionais de Natureza Especial - Segurança Penitenciária. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-3313-1980-rio-de-janeiro-inclui-no-grupo-iii-cargos-profissionais-do-plano-de-cargos-o-subgrupo-9-atividades-profissionais-de-natureza-especial-seguranca-penitenciaria?origin=instituicao>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº. 4583, de 25 de julho de 2005. **Dispõe Sobre a Criação da Categoria Funcional de Inspetores de Segurança e Administração Penitenciária e dá Outras Providências**, Rio de Janeiro, julho de 2005.

RIO DE JANEIRO. Decreto-Lei nº 408 de 02 de fevereiro de 1979. **Dá providências para complementar a implantação do plano de classificação de cargos do pessoal ativo do poder executivo do estado do rio de janeiro**. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/5f26f86a751527ae032569ba00834b5f/edbee33abae66b6483256d02004c79ca?OpenDocument#:~:text=Decreto%2DLei&text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20408%20DE,ESTADO%20DO%20RIO%20DE%20JANEIRO>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 3852 de 23 de novembro de 2004. **Cria E Delimita o Bairro de Gericinó, e Altera a Delimitação do Bairro de Bangu, Na XVII R. A. - Bangu**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/878663/lei-3852-04>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 4583, de 25 de julho de 2005. **Dispõe sobre a criação da categoria funcional de inspetores de segurança e administração penitenciária e dá outras providências**. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/ca2b5fd0bb39eee28325704c006731e6?OpenDocument>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

RUMIN Cassiano Ricardo. O Sofrimento Psíquico no trabalho em Prisões **PSICOLOGIA, CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 31 (1), 189, 2011

RUMIN Cassiano Ricardo. Sofrimento na Vigilância Prisional: O Trabalho e a Atenção em Saúde Mental **PSICOLOGIA, CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 26 (4), 570-58, 2006.

SÁ. Vidal de Cristine Carla. **Bangu A Identidade Perdida? Memória, heranças, valores e mudanças**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. p. 10. Rio de Janeiro 2014

SÃO PAULO. Decreto n.3.706, de 29 de abril de 1924. **Dá regulamento á lei n. 1761, de 21 de dezembro de 1920 que reorganiza a Penitenciária, e, em parte, á lei nº 1.406, de 26 de dezembro de 1913, que estabeleceu o regimen penitenciário no Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1924/decreto-3706-29.04.1924.html>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

SIQUEIRA, Marinho, Rodrigo Cleo. **Cidade Dos Esquecidos: As Dinâmicas Sociais Das Cadeias, No Cotidiano Da Função Do Inspetor De Penitenciário.** P. 12, 2020.

THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária.** Rio de Janeiro: Ed. Forense. P. 20. 2002.

VASCONCELOS Ana Sílvia Furtado. **“A Saúde sob Custódia: um estudo sobre Agentes de Segurança Penitenciária no Rio de Janeiro”.** título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública Rio de Janeiro, maio de 2000.